

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E
CULTURA – PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS - PMGPP**

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO COMITÊ DO RIO ITAJAÍ SOBRE
AS ENCHENTES EM SANTA CATARINA (2008): REVENDO SUAS
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**

FERNANDO SEDREZ SILVA

ITAJAÍ (SC), 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E
CULTURA – PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS - PMGPP**

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO COMITÊ DO RIO ITAJAÍ SOBRE
AS ENCHENTES EM SANTA CATARINA (2008): REVENDO SUAS
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**

Fernando Sedrez Silva

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora no
Mestrado Profissional em Gestão de Políticas
Públicas da Universidade do Vale do Itajaí –
UNIVALI, sob a orientação do Prof. Doutor Sérgio
Luís Boeira, como exigência parcial para obtenção
do título de Mestre em Gestão de Políticas
Públicas.**

ITAJAÍ (SC), 2010

AGRADECIMENTOS

Para a concretização deste trabalho, foi imprescindível o apoio, a compreensão e o auxílio direto e indireto de algumas pessoas. Desta forma, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso desta pesquisa, em especial:

Aos meus pais Jamir e Bernardete, que sempre me deram todo o apoio em minhas empreitadas;

Aos meus irmãos Rafael e Alúcio, pelo apoio e compreensão em todas as horas;

À minha namorada Luana e aos seus pais, pela compreensão, o apoio e, acima de tudo, a paciência nos finais de semana em que precisei me dedicar incondicionalmente à pesquisa;

A todos os meus amigos, pela motivação e o incentivo constante ao meu crescimento acadêmico e profissional;

Aos membros e colaboradores do Comitê do Itajaí, que não mediram esforços para contribuir com a pesquisa;

Aos professores do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, que socializaram de forma brilhante seus conhecimentos; e

Meu agradecimento especial ao professor Dr. Sérgio Luís Boeira, que socializou seus conhecimentos e aceitou ser meu orientador, conduzindo os trabalhos com muita disposição, compreensão e sabedoria.

RESUMO

No ano de 2008, em Santa Catarina (Brasil), ocorreram fortes e constantes chuvas, provocando enchentes e deslizamentos de terra que afetaram em torno de 60 cidades e mais de 1,5 milhões de pessoas. A região já contabilizou diversas cheias, dentre as quais se destacam as enchentes ocorridas nos anos de 1983 e 1984. Apesar da população e seus representantes estarem, de certa forma, “acostumados” com a situação, ficou evidente a fragilidade da região frente à questão devido à ausência de planos e políticas públicas relativas à prevenção, controle e reação a estes tipos de eventos. A lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, trouxe inovações na gestão de recursos hídricos no Brasil, destacando-se o reconhecimento da água como um recurso limitado e a proposta de uma espécie de politização dos recursos hídricos, envolvendo a participação democrática da sociedade no gerenciamento destes. A referida lei criou os comitês de bacia como espaços de participação e deliberação social no gerenciamento dos recursos hídricos. Na região do Vale do Itajaí, esse gerenciamento é realizado pelo Comitê de Bacia do Itajaí, que tem por objetivo promover a articulação de ações de defesa contra secas e inundações e de garantia de fornecimento de água adequada para todos os usos. O Comitê é formado por um conjunto de pessoas que representam organizações públicas e privadas que defendem os interesses dos diversos atores sociais envolvidos na utilização e conservação dos recursos hídricos. Contudo, torna-se imprescindível conhecer as formas pela qual o Comitê de Bacia do Itajaí tem concebido as políticas públicas da região, por ser este um espaço público democrático de proposição e monitoramento de políticas públicas que estão relacionadas à sustentabilidade (ambiental, social, econômica e institucional) do vale do Itajaí. Desta forma, a presente pesquisa faz algumas considerações acerca do pensamento complexo ou paradigma da complexidade trabalhado por Edgar Morin que une modelos de pensamento linear e sistêmico propondo uma nova forma de conhecer a realidade a partir da pluralidade de visões e, em seguida, a pesquisa avança para o contexto da teoria das representações sociais de Serge Moscovici. A representação social se consubstancia em uma forma de transmitir ou partilhar com outros indivíduos idéias, conhecimentos, pensamentos, aspirações etc., valendo-se da utilização de uma determinada simbologia. É neste contexto que se encontra o presente estudo cujo objetivo consiste em analisar e compreender as percepções e representações dos membros do Comitê do Itajaí procurando identificar de que forma as enchentes e os deslizamentos de terras ocorridos em novembro de 2008 podem ter influenciado as representações sociais destes a respeito das políticas públicas na região do Vale do Itajaí, considerando-se o contexto histórico entre 2000 e 2009. Desta forma, o que ficou mais evidente nas análises realizadas foi o consenso no que concerne a conhecimento técnico-científico dos membros do Comitê do Itajaí, ou seja, ficou evidente um consenso sobre as causas das enchentes e deslizamentos ocorridos em 2008. Porém, quando a pesquisa avança para as percepções destes membros acerca de políticas públicas, como posturas governamentais e/ou do próprio Comitê de Bacia, observam-se nitidamente o dissenso de opiniões e percepções, envolvendo conhecimento científico e senso comum. Contudo foi possível identificar a influência dos desastres de 2008 nas representações sociais do Comitê do Itajaí, fazendo com que o Comitê, embora não tenha modificado o foco ou as diretrizes de atuação, buscasse a extensão de suas ações, tratando com maior relevância e atenção a questão das enchentes e

deslizamentos na região e, conseqüentemente, fazendo com que, de certa forma, o Comitê voltasse às origens de sua criação.

Palavras-chave: representações sociais, comitê do Itajaí, enchentes de 2008.

ABSTRACT

In November 2008, in Santa Catarina (Brazil), it rained continuously and heavily, provoking flood and landslides that affected about sixty towns and more than 1.5 million people. Floods had occurred previously in the same region, notably in 1983 and 1984. But although the population and its representatives are, in a certain way, used to this situation, the region's fragility in coping with disasters of this magnitude, and the lack of plans and public policies to prevent, control and deal with these kinds of events, were evident. Law 9,433 of January 8th, 1997, brought changes in the administration of the Brazilian water resources, with an emphasis on the recognition that water is a limited recourse, and the proposal of a kind of politicization of the water resources, involving the democratic participation of society in their management. The above-mentioned law created river basin committees, as forums for social participation and decision-making in the management of the water resources. In the Vale do Itajaí region, this management is done by the Itajaí river basin Committee, which seeks to promote discussion on the defense actions against drought and flood, and guarantee an adequate water supply for all uses. The committee consists of a group of people who represent public and private organizations, and who defend the interests of many different social actors involved in the use and conservation of the water resources. Thus, a knowledge of the ways in which the Itajaí river basin Committee has perceived the public policies of the region is essential, given that this is a democratic public forum for proposing and monitoring public policies related to the sustainability (environmental, social, economic and institutional) of the Vale do Itajaí region. This research therefore offers some considerations on the complex thought or paradigm of complexity of Edgar Morin, who combines linear and systemic models of thought, proposing a new way of seeing the reality based on the plurality of insights. The research then moves on to the context of Serge Moscovici's social representation theory, which substantiates a way of transmitting or sharing, with others, ideas, knowledge, thoughts, aspirations, etc, using a specific symbology. It is this context that this study is inserted, seeking to analyze and comprehend the perceptions of members of the Itajaí Committee, and identify ways in which the floods and landslides of November 2008 may have acted on these social representations of the public policies of the Vale do Itajaí region, taking into consideration the historic context between 2000 and 2009. So, what is the most evident in the analyses realized was the general agreement about the scientific-technician knowledge of members of the Itajaí Committee, in other words, the general agreement was clear about the causes of flood and landslides occurred in 2008. Therefore, when the research goes on to a certain perception of these members about the public policies, as governmental attitudes and/or of the Itajaí river basin Committee itself, it can be clearly observed the disagreement of opinions and perceptions, involving scientific knowledge and common sense. However it was possible to identify the influence of the disasters of 2008 at the social representation of Itajaí Committee, consequently the Committee, although it hasn't modified the focus or the guideline of action, it looked for an extension of its actions, treating the flood and landslides of the region with much more attention and consequently, in other way, the Committee came back to the origins of its foundation.

Key word: social representation, committee of Itajaí, floods of 2008.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Bacia do Itajaí: tendência de urbanização nos períodos de 1980 a 1991.	41
Figura 2. Bacia do Itajaí.	43
Figura 3. Brasil em relevo: Santa Catarina.	44
Figura 4. Bacia hidrográfica do rio Itajaí: sub-bacias e hidrografia principal	45
Figura 5. Localização dos Usuários da Água.	46
Figura 6. Perfil longitudinal do rio Itajaí-açú entre Rio do Sul e sua foz, em Itajaí, SC.	47
Figura 7. Rede hidrográfica da bacia do Itajaí e cursos d'água em que foram registradas enxurradas e enchentes.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características Básicas dos Paradigmas Positivista, Fenomenológico e da Complexidade.	18
Tabela 2. Entrevistados por grupo de representação.	22
Tabela 3. Características Principais de Três Revoluções Científicas e Emergência de Paradigmas.	25
Tabela 4. Número de inundações registradas em Blumenau por períodos.	41

SUMÁRIO

RESUMO	04
ABSTRACT	06
LISTA DE FIGURAS	07
LISTA DE TABELAS	08
INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS	11
CAPÍTULO I - Aspectos metateóricos e teóricos: o pensamento complexo e as representações sociais no tratamento de questões socioambientais	24
1.1 As revoluções científicas e o surgimento de um sujeito “pós-moderno”	24
1.2 Da construção de um pensamento complexo	27
1.3 A Teoria das Representações Sociais	32
CAPÍTULO II - O problema das Enchentes: aspectos históricos e geográficos da Região do Vale do Itajaí	38
2.1 Breve histórico do Estado de Santa Catarina e da região do vale do Itajaí	38
2.2 Aspectos geográficos da região do vale do Itajaí	42
2.3 Mas o que, de fato, aconteceu em novembro de 2008?	50
CAPÍTULO III - O Comitê do Itajaí: democracia e gestão dos recursos hídricos	58
CAPÍTULO IV - Representações sociais dos membros do Comitê: reflexões e análises antes e depois das enchentes de 2008 em Santa Catarina	66
4.1 Representações sociais nas Assembléias Gerais do Comitê	66
4.1.1 Prevenção e Controle de cheias	67
4.1.2 Contenção de Cheias	70
4.1.3 Deslizamentos de terra	72
4.1.4 Articulações Políticas Intergovernamentais	74
4.2 O impacto das enchentes e deslizamentos de terra nas representações sociais dos membros do Comitê acerca das políticas públicas da região do vale do Itajaí	76
4.2.1 O(a) senhor(a) foi de fato surpreendido por aqueles acontecimentos? O(a) senhor(a) ou senhores membros do Comitê já haviam previsto algo semelhante?	77

4.2.2	Comparando o período antes dos acontecimentos com o depois dos acontecimentos, o que mudou em sua visão (pessoal)?	81
4.2.3	Em sua visão, mudou alguma coisa no foco, ou nas prioridades das discussões do Comitê, em razão das enchentes e deslizamentos ocorridos em Santa Catarina em novembro de 2008?	83
4.2.4	O(a) senhor(a) propõe alguma mudança em termos de gestão, ideologia ou de política pública relevante?	86
4.2.5	O que o governo estadual deveria ter feito antes dos acontecimentos? E o que o Comitê deveria ter feito?	89
4.2.6	Quais as suas expectativas com relação a estes fatos? O(a) senhor(a) acredita que o Comitê conseguirá influenciar as políticas públicas estaduais e municipais para evitar a ocorrência de catástrofes do mesmo tipo?	92
4.2.7	Considerações acerca das entrevistas	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	102
	APÊNDICE I	107

INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

As enchentes em Santa Catarina, em 2008, ocorreram depois do período de fortes e constantes chuvas durante o mês de novembro, afetando em torno de 60 cidades e mais de 1,5 milhões de pessoas.

A região do Vale do Itajaí é considerada o maior polo econômico do estado de Santa Catarina e um dos maiores da Região Sul do Brasil. Os prejuízos causados por tais acontecimentos são incalculáveis.

Esse fato não foi isolado, pois a região já contabilizou diversas cheias, dentre as quais se destacam as enchentes ocorridas em 1983 e 1984. A região de clima subtropical e coberta pela mata atlântica é caracterizada pela ocorrência de chuvas fortes e constantes naquela época do ano com o aumento da temperatura.

A região do vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina, é dividida em alto vale, médio vale e foz do Itajaí, sendo composta por 53 municípios que abrigam cerca de 1.400.000 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A bacia hidrográfica do rio Itajaí possui uma área de 15.000 km² e é cercada por serras.

O Rio Itajaí-açu representa o maior curso d'água da Bacia. Ele é formado pela junção dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, no município de Rio do Sul, na região do alto-vale.

Contudo a declividade dos cursos de água da bacia é acentuada, principalmente entre os municípios de Rio do Sul e Blumenau, fazendo com que a velocidade e o volume dos cursos d'água sejam elevados. A partir de Blumenau até a foz do rio, a declividade é muito baixa, formando uma grande planície, o que deixa a região extremamente suscetível a inundações (AUMOND, 2009). Além disso, esta região possui uma grande concentração de populações urbanas, porém também possui grandes extensões de área rural.

As áreas urbanas possuem, de modo geral, superfícies impermeabilizadas e, desta forma, as chuvas acabam escoando para bueiros e posteriormente atingindo rios. Como a infiltração praticamente inexistente, o alto volume de chuvas provoca frequentes inundações nessas áreas.

Outro agravante é o desmatamento e a ocupação desordenada das áreas de várzeas, com o conseqüente assoreamento do leito dos cursos d'água. Tais fatores

são determinantes para a ocorrência de enchentes, comuns em regiões metropolitanas como a do Vale do Itajaí, que possui uma população de 1.403.691 habitantes representando 24% da população do estado de Santa Catarina.

Porém, no que se refere às enchentes de 2008, a proporção desta não limitou-se às áreas metropolitanas. As áreas rurais também foram atingidas, provocando um enorme prejuízo, não apenas à população rural, como também um prejuízo econômico relevante para a região, pois grandes áreas produtivas, tanto na agricultura quanto na pecuária, foram destruídas pelas cheias.

Contudo, diferentemente das enchentes anteriores, a região do vale do Itajaí deparou-se com o aparecimento de um evento novo: os deslizamentos. A região está, de certa forma, preparada para enchentes, sabe como enfrentá-las, o problema atual se concentra nos deslizamentos, que surpreenderam a população da região. (FRANK, 2008 apud GAZETA, 2008).

Os deslizamentos de terra são formas de movimento de massa, que envolvem o desprendimento e transporte de solo e/ou material rochoso. Esses movimentos podem ocorrer lentamente durante anos ou podem acontecer em questão de minutos. A força dos deslizamentos pode fazer casas desabarem, represar rios e destruir cidades inteiras. Embora a ação da gravidade sobre encostas inclinadas seja a principal causa dos deslizamentos de terra, existem outros fatores em ação, dentre eles, a ocorrência de fortes chuvas (HORTON, s/d).

Desde o ano de 1852 há registros de várias cheias na região, foram várias ao longo dos anos, porém os deslizamentos são algo recente e levaram a população a diversos debates e estudos sobre os fatos, principalmente no que concerne à ocupação e ao desmatamento das áreas de várzea. Estes deslizamentos provocaram medo na população que nunca tinha visto tantos eventos catastróficos de uma só vez e, de certa forma, levou à população em geral a uma consciência (ainda que limitada) quanto aos impactos das ocupações irregulares na natureza e como o revés desta pode ser catastrófico.

As enchentes e deslizamentos de terra ocorridos em novembro de 2008 em Santa Catarina receberam, pelos mais diversos órgãos de imprensa, denominações diferentes como calamidade, hecatombe, tragédia, catástrofe e desastre (MATTEDI at al, 2009).

Verificando-se a definição de cada uma destas expressões, tem-se que a calamidade é considerada um desastre coletivo que aflige todo um país, toda uma população. A tragédia, por sua vez, é definida como um evento funesto, terrível. Hecatombe significa massacre, morte de seres humanos. Catástrofe é definida como um evento desastroso, calamitoso, doloroso, que importa em prejuízo. Desastre, por fim, significa evento funesto, calamidade, catástrofe. Com exceção da expressão hecatombe, que não parece ser adequada para definir o evento de novembro, as demais expressam bem o ocorrido, sendo que o termo desastre sintetiza os demais, pois contempla a idéia de calamidade, tragédia e catástrofe. (MATTEDI et al, 2009. p. 14)

Desta forma, na presente pesquisa, as enchentes ocorridas em novembro de 2008 em Santa Catarina serão referidas com o termo “desastre”.

Contabilizar as perdas provocadas pelo desastre pode ser algo impossível, tamanha a complexidade e a quantidade de variáveis existentes, sejam perdas de vidas humanas, animais, plantas etc. bem como perdas materiais, como imóveis, móveis e outros bens da população, lavouras e o impacto econômico, o que se perdeu, o que se deixou de produzir – enfim, mensurar o prejuízo social e ambiental pode ser algo utópico.

Segundo Informações da Prefeitura Municipal de Blumenau, as cifras para a recuperação dos danos causados no Município e seus serviços essenciais passam dos R\$ 300 milhões de reais.

A economia do estado de Santa Catarina foi significativamente afetada pelo desastre em virtude da importância da região do vale do Itajaí, não apenas com relação às perdas de produção, como também do escoamento de produtos em virtude das várias rodovias que foram afetadas e também o porto de Itajaí.

Por outro lado, do ponto de vista ambiental, Antunes (2010, p. 89) afirma que “a enchente de dezembro de 2008 causou alterações imediatas e severas na comunidade de peixes do ecossistema, como a forte queda no número de indivíduos das principais espécies”, referindo-se à região da foz do rio Itajaí-Açú.

Reconhecendo-se que a região do vale do Itajaí é suscetível à ocorrência de enchentes e deslizamentos, torna-se necessária a existência de políticas públicas efetivas de prevenção e preparação para ações emergenciais.

Apesar da população e seus representantes estarem, de certa forma, “acostumados” com a situação, acaba-se de vivenciar a fragilidade frente à questão devido à ausência de planos e políticas públicas relativas à prevenção de cheias e

resolução das possíveis causas destes problemas que, historicamente, atingem a região do Vale do Itajaí (BRITO, 2008. p. 1)

O impacto causado pelo desastre demonstra não apenas a fragilidade ambiental da região, como também a fragilidade dos órgãos governamentais e da população do Vale perante situações de emergência.

Até a ocorrência do evento de novembro de 2008, nenhum administrador municipal do vale do Itajaí preocupou-se verdadeiramente em dar à defesa civil um papel de pólo irradiador de políticas preventivas de desastres e coordenação de medidas operacionais para o momento em que uma catástrofe extrapole a capacidade de resolução operacional do município [...] (NEGREDO, 2009. p. 168).

O que se pode observar é certa negligência por parte dos gestores públicos para ações preventivas. No entanto observa-se uma mobilização dos gestores após os acontecimentos, nos quais as defesas civis municipais ganham papel de destaque.

[...] Em muitos municípios aguarda-se o evento, para depois pedir ajuda, só que a ajuda nem sempre vem. Por um lado, por divergências políticas pessoais ou partidárias, por outro lado, por absoluta falta de visão preventivista que, sem dúvida, não faz parte da cultura da maior parte dos dirigentes municipais. Apressadamente, eles preferem declarar “situação de emergência” ou “estado de calamidade pública”, para ter acesso a verbas especiais e liberdade para fazer aquisições sem o crivo da lei de licitações. (NEGREDO, 2009. p. 168).

Estes acontecimentos chamaram a atenção da mídia e provocaram uma sensibilização nacional para com a população catarinense. Vários veículos de informação (televisão, sites de internet, jornais impressos etc.) de nível regional, estadual, nacional e até internacional acompanharam os acontecimentos.

Fruto desta sensibilização, o estado recebeu verbas públicas de outros municípios, antes da federação, verbas da iniciativa privada, de pessoas físicas e jurídicas para a resolução dos problemas emergenciais e recuperação dos estragos. Houve também campanhas diversas de doação de alimentos, roupas, cobertores etc..

A lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a tratar a água como um recurso limitado e propõe uma espécie de politização dos recursos hídricos, envolvendo a participação democrática da sociedade no gerenciamento destes recursos. A lei instituiu os comitês de bacia como espaços de participação e deliberação social no gerenciamento dos recursos hídricos.

Na região do Vale do Itajaí, esse gerenciamento é realizado pelo Comitê de Bacia do Itajaí, cujo objetivo é promover a articulação de ações de defesa contra secas e inundações e de garantia de fornecimento de água adequada para todos os usos. O Comitê é formado por um conjunto de pessoas que representam organizações públicas e privadas que defendem os interesses dos diversos atores sociais envolvidos na utilização e conservação dos recursos hídricos (COMITÊ..., s/d).

O Comitê de Bacia do Itajaí é composto por 50 membros e seus respectivos suplentes. Estes membros estão divididos em três grupos distintos:

- Usuários da água;
- População da bacia;
- Órgãos públicos.

Os usuários da água compreendem 20 representantes de diversos usos tais como abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos, drenagem e resíduos sólidos urbanos e industriais, hidroeleticidade, captação industrial e diluição de efluentes industriais, agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura, navegação e atividades portuárias pertinentes, lazer e recreação, mineração, transporte rodoviário e outros usos.

A população da bacia está representada por 20 membros distribuídos da seguinte forma: 6 representantes de poderes executivos municipais, 4 representantes de poderes legislativos do estado e municípios, 5 representantes de associações comunitárias e entidades de classe, 4 representantes de universidades e outros entes relacionados ao ensino superior, ao desenvolvimento tecnológico e associações especializadas em recursos hídricos e, por fim, 1 membro de comunidades indígenas.

Já os órgãos públicos compreendem 10 membros representantes eleitos entre os órgãos da administração pública estadual e federal atuantes na bacia e que estejam relacionados com os recursos hídricos.

Até o final do mês de abril de 2009, os suplentes não pertenciam necessariamente ao mesmo órgão do titular, o que remete a uma indagação: como os interesses dos titulares de assentos no Comitê poderiam estar representados por seus suplentes, sendo estes representantes de outras entidades?¹

Conhecer as formas pelas quais o Comitê de Bacia do Itajaí tem concebido as políticas públicas, entre 2000 e 2008, é relevante por ser este um espaço público, uma arena de criação, proposição e monitoramento de políticas públicas que estão relacionadas à sustentabilidade (ambiental, social, econômica e institucional) de toda a região.

Neste contexto, para um melhor entendimento deste trabalho, torna-se necessário estabelecer um conceito de políticas públicas. Partindo do pressuposto de que as políticas públicas visam os interesses da coletividade, têm-se as políticas públicas como o conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado, regulando as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público, transformando-as em programas e ações de governo (LUCHESE, 2004). Em outras palavras, a política pública se consubstancia na materialização dos planos de governo, das intenções, das linhas de ação a que o poder público pretende atuar.

Desta forma, o objetivo desta pesquisa se constituiu em compreender de que forma as enchentes ocorridas em novembro de 2008 na região do Vale do Itajaí repercutiram nas representações sociais do Comitê do Itajaí a respeito das políticas públicas da região, considerando-se o contexto histórico entre 2000 e 2009. Além disso, dois objetivos específicos foram definidos: a) Identificar as mudanças mais significativas das representações sociais do Comitê do Itajaí a respeito das políticas públicas na região do Vale do Itajaí na documentação do Comitê entre anos 2000 e 2009; b) Descrever as representações sociais de lideranças do Comitê de Bacia do Itajaí sobre o impacto das enchentes e suas conseqüências nas políticas públicas da região.

Para viabilizar o alcance de tais objetivos foram necessárias técnicas, procedimentos de pesquisa, que constituem um método.

A noção de método contém uma tradição de debates entre a ciência e a filosofia. Não é propósito deste trabalho entrar no debate sobre filosofia da ciência

¹ Esta questão é apresentada aqui apenas com o objetivo de provocar a reflexão; não foi objetivo da pesquisa encontrar uma resposta.

ou epistemologia. Pretende-se apenas situar os procedimentos metodológicos no contexto desta tradição de debates. Morin (1998), fundador da ciência da complexidade na Europa, escreveu a mais extensa obra sobre a noção de método, em seis volumes. No seu livro *ciência com consciência* ele afirma o seguinte:

[...] a palavra *método* deve ser concebida fielmente em seu sentido original, e não em seu sentido derivado, degradado, na ciência clássica; com efeito, na perspectiva clássica, o método não é mais que um *corpus* de receitas, de aplicações quase mecânicas, que visa a excluir todo sujeito de seu exercício. O método degrada-se em técnica porque a teoria se tornou um programa. Pelo contrário, na perspectiva complexa, a teoria é engrama, e o método, para ser estabelecido, precisa de estratégia, iniciativa, invenção e arte. O método, gerado pela teoria, regenera-a. O método é a *práxis* fenomenal, subjetiva, concreta, que precisa da geratividade paradigmática/teórica, mas que, por sua vez, regenera esta geratividade. Assim, a teoria não é o fim do conhecimento, mas um meio-fim inscrito em permanente recorrência [...] (MORIN, 1998, p. 335).

O método fenomenológico ou interpretativo (MOREIRA, 2002), que serve de base à pesquisa qualitativa, é parcialmente identificado com o paradigma da complexidade, e se distingue claramente do método experimental, quantitativo ou positivista (que se enquadra no paradigma disjuntor-redutor).

Um sumário das características da pesquisa qualitativa é apresentado a seguir, resumindo-se as palavras de Moreira (2002, p. 57): a) Foco na interpretação que os próprios participantes têm da situação em estudo; b) Ênfase na subjetividade, em vez da na objetividade: aceita-se que a busca da objetividade é um tanto quanto inadequada, já que o foco de interesse é justamente a perspectiva dos participantes; c) Flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa: o pesquisador trabalha com situações complexas, que não permitem a definição exata e *a priori* dos caminhos que a pesquisa irá seguir; d) Orientação para o processo e não para o resultado: a ênfase está no entendimento e não num objetivo predeterminado, como na pesquisa quantitativa; e) Preocupação com o contexto, no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência; f) Reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre a situação de pesquisa: admite-se que o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e é por ela também influenciado.

Esta pesquisa caracterizou-se, do ponto de vista metodológico, por certa dualidade. Por um lado partiu de um posicionamento favorável ao paradigma da complexidade, no confronto com o paradigma disjuntor-redutor ou positivista. Por outro lado, está vinculado ao paradigma fenomenológico, por intermédio da teoria das representações sociais, o que nos parece compatível com o paradigma da complexidade em diversos aspectos, conforme é possível perceber no quadro abaixo:

	Positivismo	Fenomenologia	Complexidade
Pressupostos	<ul style="list-style-type: none"> - Mundo é eterno e objetivo - Observador é independente - Ciência é isenta de valores (neutralidade axiológica) 	<ul style="list-style-type: none"> - Mundo é construído socialmente e subjetivo - Observador é parte daquilo que é observado - Ciência é movida por interesses humanos 	<ul style="list-style-type: none"> - Mundo é simultaneamente objetivo e subjetivo; existe unidualidade, ou complexidade, entre realidade externa e interna - Observador é parte do que é observado; portanto, é responsável pelo que percebe e concebe - Ciência é permeada por valores humanos, éticos, econômicos e políticos e tem gerado tanto o bem quanto o mal.
Prioridades	<ul style="list-style-type: none"> - Focalizar fatos - Buscar causalidade e leis fundamentais - Reduzir fenômenos aos seus elementos mais simples - Formular hipóteses e testá-las 	<ul style="list-style-type: none"> - Focalizar significados - Procurar entender o que está acontecendo - Olhar para a totalidade de cada situação - Desenvolver idéias a partir dos dados por meio de indução. 	<ul style="list-style-type: none"> - Focalizar fatos e significados, mostrar as ambigüidades e paradoxos. - Associar sem fundir, distinguir sem separar a parte e o seu contexto; - Observar as emergências da interação das partes num contexto e a repercussão das emergências sobre as partes no mesmo contexto - Observar princípios sistêmicos ou organizacionais, dialógicos, recursivos, retroativos, auto-eco-organizacionais, hologramáticos e a relação entre observador-objeto como reconstrução/tradução por um espírito/cérebro numa certa cultura e num determinado tempo.
Métodos	<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização de conceitos para que eles possam ser medidos - Tomar grandes amostras 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de métodos múltiplos para estabelecer visões diferentes dos fenômenos - Pequenas amostras investigadas em profundidade ou ao longo do tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de métodos múltiplos visando tanto compreender quanto explicar a realidade fenomênica - Pequenas amostras investigadas em profundidade ou ao longo do tempo, podendo conter grandes amostras como dados secundários - Método é tomado como caminho estratégico, que pensa a si mesmo, em constante incerteza e busca de superação de erros e racionalizações ou ideologias. - Método, paradigma e teoria estão em constante interação aberta e reflexiva.

Tabela 1. Características Básicas dos Paradigmas Positivista, Fenomenológico e da Complexidade.
 Fonte: Boeira (2007), com adaptação a partir de Easterby-Smith *et al* (1999) e de Morin (1998).

Todos os ambientes estão cercados de ideologia e senso comum. No meio científico isso também acontece, não apenas a ideologia como um insumo externo, mas como algo que está intrínseco no processo científico, que é incapaz de produzir conhecimento puro, historicamente não contextualizado.

Enquanto o senso comum está despreparado diante de uma realidade mais complexa do que imagina sua visão ingênua, a ideologia é intrinsecamente tendenciosa, no sentido de não encarar a realidade assim como ela é, mas como gostaria que fosse, dentro de interesses determinados. (DEMO, 1995. p. 18)

A pesquisa de representações sociais é em si mesma complexa por envolver senso comum (o que é familiar) e o que é conhecimento especializado, que no caso da teoria das representações sociais destaca a sociologia e a psicologia, fazendo-as convergir. O Comitê de Bacia do Itajaí, por sua vez, envolve atores que também têm seus conhecimentos especializados, ainda que todos tenham como denominador comum as políticas públicas de uma determinada área geográfica. A diversidade de representações sociais, geradas a partir de interesses, desejos, avaliações técnicas, rivalidades entre grupos sociais e setores da administração pública, requer do pesquisador uma postura aberta ao pluralismo.

O pluralismo não está em considerar todas as posturas de igual valor político, porque essa seria a pior postura imaginável, ou seja, a falta de postura. O pluralismo está, antes, no compromisso de abertura, em termos de discutibilidade. Ideologicamente falando, as posições nunca são iguais dentro de uma sociedade desigual. (DEMO, 1995. p. 51)

De acordo com o constatado na participação do pesquisador em assembleias do Comitê do Itajaí, os membros do Comitê e das câmaras técnicas, além de representarem interesses e pontos de vistas de diversas organizações diferentes, possuem formações científicas das mais variadas, inclusive muitos dos membros são mestres ou doutores. Isso, muitas vezes, acaba levando as discussões a um alto nível de cientificidade e ao mesmo tempo promove a interdisciplinaridade ou a transdisciplinaridade nos debates. Por outro lado, leva também à imposição ou

influência de opiniões de especialistas sobre membros que detêm menos conhecimento técnico acerca de determinado tema.

De acordo com Vasconcelos

Uma das possibilidades de encaminhamento da crítica à fragmentação dos saberes seria radicalizar a posição de que todos os fenômenos físicos, biológicos, sociais e subjetivos: a) Seriam da mesma natureza e teriam características fenomenais homogêneas; b) Poderiam ser explicados por um único tipo de saber globalizante; c) Poderiam constituir competência de um superprofissional do tipo intelectual-universal. Entretanto, qualquer análise histórica menos ingênua tem nos revelado que as diversas tentativas concretas de realizar algum tipo semelhante de homogeneização epistemológica foram desastrosas e acabaram significando estratégias de reduzir a complexidade dos fenômenos [...]. (VASCONCELOS, 2007, p. 38).

A pesquisa teve uma base empírica, porém não deixando de lado a teoria.

[...] no contexto clássico das ciências sociais tem grande relevância a discussão sobre a base empírica e a marca formal da cientificidade, cuja aproximação e mesmo imitação das ciências naturais são notórias, para não dizer típicas. [...] a questão da empiria coloca, antes da coleta e uso do dado empírico, problemas teóricos, porque um dado não fala por si, mas pela boca de uma teoria. (DEMO, 1995. p. 133)

A pesquisa foi elaborada em um primeiro momento sob um contexto teórico, destacando-se a teoria das representações sociais, tendo como pressupostos os princípios do paradigma da complexidade.

Neste contexto a pesquisa procurou, conforme o primeiro objetivo específico, identificar as possíveis mudanças mais significativas das representações sociais a respeito das políticas públicas na região do Vale do Itajaí, a partir de uma pesquisa documental no Comitê do Itajaí, em atas das assembleias, resoluções editadas, deliberações, atas das reuniões da diretoria, além de relatos e estudos produzidos por seus órgãos de assessoramento, as Câmaras Técnicas, entre os anos de 2000 e 2009.

Desta forma, a pesquisa foi realizada com base nas atas das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias realizadas, sendo que, destas, cerca de 95% estão disponíveis na internet, no *site* do Comitê, além de resoluções e deliberações do Comitê, que estão em sua totalidade no referido *site*. Além destes documentos,

foram analisados também o plano de bacia – principal atividade atual do Comitê – o qual é dividido em três fases (A, B e C), sendo que as partes A e B já foram totalmente realizadas e já estão disponíveis no *site*.

A pesquisa documental, assim como a pesquisa bibliográfica, é fundamental para uma abordagem dos dados primários, por meio de entrevistas, inclusive para a elaboração de questões pertinentes e bem informadas.

A pesquisa documental e bibliográfica envolve diversas tarefas:

a) procura-se identificar, localizar e obter documentos pertinentes ao estudo de um tema bem delimitado, levantando-se a *bibliografia básica*; b) elabora-se um *esquema provisório* (temas e subtemas do futuro trabalho) e um *rol de descritores* (em português e outras línguas) para servir de *guia* na fase de anotações dos dados de leitura; c) transcrevem-se *em fichas*, segundo critérios, os dados de leitura (resumos, transcrições, notas, etc.); d) enriquece-se o primeiro levantamento pelas bibliografias constantes nos documentos analisados, organizando-se um *conjunto de fichas de anotação* para documentar o trabalho (citações de texto); e) prepara-se o *sumário* do trabalho (reformulando-se o esquema provisório) e dá-se início à *redação* da monografia subsidiada pelas fichas de anotação (MACEDO, 1994, p. 13, 14).

Outra técnica de pesquisa utilizada foi a de entrevistas com membros do Comitê com a qual se buscou identificar as representações sociais de lideranças do Comitê de Bacia do Itajaí sobre o impacto das enchentes e suas conseqüências nas políticas públicas da região, conforme o segundo objetivo específico. A amostragem pela qual se optou foi do tipo intencional não-probalística e limitou-se a 13 (treze) membros devido às dificuldades de agendamento das entrevistas, considerando-se as distâncias a serem percorridas em virtude do grande espaço físico que compõe a bacia do Itajaí. Contudo, a proposta da pesquisa foi a de trabalhar com as lideranças do Comitê. De acordo com Chiavenato (2008, p. 172) “[...] liderança é um tipo de influência pessoal por meio do qual [...] o líder influencia o comportamento dos subordinados para direcioná-lo rumo aos objetivos que se pretende alcançar”. Porém, a liderança não se constitui apenas nas relações de subordinação, podendo aparecer em qualquer relação interpessoal. Desta forma, os critérios de identificação destas lideranças surgiram durante a observação do pesquisador nas assembleias do Comitê, considerando-se a participação nas falas, nas argumentações e influências de determinados membros sobre os demais nas assembleias gerais do Comitê. As entrevistas foram realizadas em vários lugares diferentes, de acordo com

a disposição tanto do entrevistado como do entrevistador e tiveram duração média de uma hora.

Para evitar possíveis constrangimentos optou-se, nesta pesquisa, por não mencionar os nomes dos entrevistados em virtude de estes exporem opiniões pessoais, pontos de vista sobre o Comitê, governos e políticas públicas etc.. Desta forma, segue a tabela 2, que relaciona os entrevistados (identificados pela letra E) e destaca o grupo social a que cada um pertence, além de identificar se o mesmo faz parte ou não da Diretoria do Comitê.

Entrevistados	Grupo	Diretoria
E1	Usuários da Água	Não
E2	População da Bacia	Não
E3	População da Bacia	Sim
E4	Órgãos Públicos	Sim
E5	População da Bacia	Sim
E6	População da Bacia	Sim
E7	Usuários da Água	Não
E8	Órgãos Públicos	Não
E9	Usuários da Água	Não
E10	População da Bacia	Não
E11	Órgãos Públicos	Não
E12	Usuários da Água	Sim
E13	População da Bacia	Não

Tabela 2. Entrevistados por grupo de representação.

Fonte: Elaboração própria

A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador procura obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos (MINAYO, 1993).

A entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. (MANZINI, 2004. p. 2)

As entrevistas com os membros do Comitê buscaram obter o maior número de informações possíveis do ponto de vista dos indivíduos. Cada entrevista teve uma estrutura contendo perguntas principais e complementares, estas de acordo com as respostas às primeiras e de acordo com circunstâncias específicas do momento da entrevista, bem como com a função do entrevistado no que diz respeito à representação.

Além das entrevistas o pesquisador participou como ouvinte da 23ª Assembléia Geral Ordinária do Comitê, realizada no dia 03/12/2009 em Rio do Sul e da 24ª Assembléia Geral Ordinária do Comitê, realizada no dia 25/02/2010 em Indaial. Esta atividade enriqueceu a compreensão das representações sociais por meio da observação direta.

Portanto, a pesquisa, conforme já foi dito, teve um perfil qualitativo.

[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa [...] o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (DENZIN, 2006. p. 17)

A presente pesquisa se constitui em uma análise acerca das representações sociais dos membros do Comitê de Bacia do Itajaí entre os anos de 2000 e 2009, dos tipos e modalidades de representações, bem como estas se transformam em decorrência de determinados fatos, em particular em relação às enchentes ocorridas em novembro de 2008 em Santa Catarina.

CAPÍTULO 1

Aspectos metateóricos e teóricos: o pensamento complexo e as representações sociais no tratamento de questões socioambientais

Para a compreensão e análise das representações sociais dos membros do Comitê do Itajaí, torna-se necessário fazer algumas considerações acerca das teorias envolvidas nas questões ora discutidas.

A partir da segunda metade do século XX, emerge uma crise de paradigmas advinda do reconhecimento da complexidade do mundo, as questões sócio-ambientais passam a ser objeto de debates e discussões na sociedade em geral e em várias ciências. Neste momento, evidencia-se a fragilidade do modelo de pensamento onde as ciências estão cada vez mais fragmentadas e especializadas. Edgar Morin, propõe uma nova forma de construção do conhecimento a partir do diálogo, da pluralidade de visões, entre as ciências e senso comum. A teoria das representações sociais de Serge Moscovici, mostra-se compatível com a proposta de Morin uma vez que esta afirma que as representações sociais são as maneiras com que os indivíduos compartilham idéias, conhecimentos, aspirações etc. e que estas são construídas individual, por meio das culturas, vivências e percepções de cada indivíduo e coletivamente, através do diálogo, onde o coletivo pode influenciar nas percepções do indivíduo.

É neste cerne, que se encontra o presente capítulo, sendo dividido em três tópicos: As revoluções científicas e o surgimento de um sujeito “pós-moderno”; Da construção de um pensamento complexo e; A teoria das representações sociais.

1.1 As revoluções científicas e o surgimento de um sujeito “pós-moderno”:

Para situar o referencial teórico no contexto dos debates sobre as concepções de ciência derivadas de revoluções científicas ou paradigmáticas, apresenta-se a seguir um quadro sintético:

Revoluções Científicas	Algumas Características Relevantes	Periodização
Primeira	Disjunção entre senso comum e ciência, além de disjunção entre ciência e filosofia/humanidades; Emergência da ciência moderna e suas ramificações	Entre séculos XVI e XX. Ainda é predominante no

	disciplinares; método das ciências naturais e exatas, com a física em primeiro lugar, assume a condição de paradigma para o conjunto das ciências. Redução da complexidade às fórmulas simples (abstratas), matemáticas, ou a leis como a da oferta e da procura (economia), da gravidade (astronomia). Emerge o paradigma dominante, disjuntor-redutor ou antropocêntrico.	século XXI.
Segunda	Irrupção da incerteza no âmago das ciências exatas e naturais, especialmente com a emergência da física subatômica e quântica, na contracorrente da física clássica (newtoniana-cartesiana). Incerteza esta que conduz ao questionamento filosófico das ciências (nova epistemologia). Reaproximação entre filosofia e ciência, incluindo aspectos fenomenológicos no debate sobre o positivismo. Há uma crise do paradigma dominante, que se mantém por intermédio da disjunção-redução disciplinar e corporativa nas universidades.	Primeira metade do século XX
Terceira	Emergência de um novo paradigma científico-filosófico, com base na ecologia, na retomada da visão sistêmica e em diversos diálogos inter e transdisciplinares; reaproximação entre ciência e senso comum, ainda que sob uma leitura crítica e analítica. A transição paradigmática se resume no confronto entre um paradigma disjuntor-redutor e um paradigma da complexidade (Morin) ou emergente (Santos), cujo eixo seria a busca de associação sem fusão e distinção sem disjunção/separação entre os saberes. Este novo paradigma permite o questionamento da setorialidade institucional (burocratização) e favorece o diálogo intersetorial, assim como o diálogo entre Estado, sociedade civil e mercado.	Segunda metade do século XX até os dias atuais

Tabela 3. Características Principais de Três Revoluções Científicas e Emergência de Paradigmas.
Fonte: Boeira (2009), a partir de adaptação de Santos (2000); Morin e Le Moigne (2000); Vasconcelos (2002).

Este quadro não pretende mais do que sintetizar um processo que ainda se encontra em curso, que é dependente de transformações políticas, sociais e econômicas, tanto dentro quanto fora dos centros de pesquisa, e sobre o qual não há um consenso a respeito entre os pesquisadores.

Várias são as denominações dadas aos tempos atuais. A chamada, por alguns, pós-modernidade, muitas vezes foi referida com outros termos como era pós-industrial, universo contemporâneo, alta modernidade, modernidade tardia, sociedade da informação, era do capitalismo tardio etc.. Segundo Melucci (1996, p. 199), "a necessidade de adjetivos ou prefixos é um sintoma maior da indecisão teórica corrente". Desta forma, subentende-se que esta confusão ou dúvida terminológica é reflexo da própria conjuntura teórica atual, da qual emerge um novo paradigma científico-filosófico caracterizado pela busca de diálogos inter e transdisciplinares, baseados em muita informação, rápida e global, transformando os indivíduos em sujeitos altamente complexos.

Neste universo contemporâneo, globalização, a visão ou a maneira de construir esta dos sujeitos sofreu modificações significativas. Esta, anteriormente,

era construída de maneira local, com reflexos das culturas e ensinamentos de uma determinada região. No contexto atual, este sujeito constrói uma visão global, amplificada, dinâmica e confusa, repleta de influências das mais adversas.

[...] o mundo contemporâneo se encontra diante de um sujeito em conflito, dividido. [...] O sujeito pós-moderno, com toda a sua complexidade, não pode ser totalmente contido em nenhuma definição, e escapa a qualquer tentativa de apreensão; está em transformação, em metamorfose, em constituição. (PORTELA, 2008. p. 134)

Este sujeito pós-moderno é “bombardeado” de informações advindas de relações adversas, tanto de ordem pessoal como de ordem organizacional, através de mecanismos e recursos de ordem tecnológica dos mais diversos, pelos quais os indivíduos exercem e sofrem influências.

O mundo pós-moderno é, como diz Thompson, o mundo da experiência mediada. Para ele, são três as possíveis formas de relação: a face a face; a mediada (cartas, telefones, internet etc); e a quase mediada (TV, jornais, revistas, Internet, rádio etc.), que criam, na pós-modernidade, uma nova forma de relação, na qual os indivíduos podem criar e estabelecer uma forma de intimidade não compartilhada e essencialmente não recíproca. (PORTELA, 2008. p. 134)

As características destes sujeitos pós-modernos ainda refletem características advindas do paradigma dominante que propõe uma única forma de se atingir o conhecimento verdadeiro, ou seja, aquele decorrente da aplicação de seus próprios princípios epistemológicos e de suas regras metodológicas, a partir de uma redução da complexidade do mundo, por meio da divisão e classificação sistemática dos saberes.

A especialização do conhecimento disciplinar sem dúvida contribuiu positivamente para o avanço do conhecimento. Entretanto, isto teve como efeito colateral uma certa hiperespecialização que mantém os especialistas e as disciplinas voltados para aspectos muitas vezes insignificantes e desvinculados de uma compreensão abrangente e histórica da ciência. Portanto, a especialização faz parte da ciência, mas a hiperespecialização pode voltar-se contra ela. O paradigma

dominante ou disjuntor-redutor parece ignorar este fenômeno, o que vem sendo observado por diversos pesquisadores.

A partir da crise deste paradigma, ou seja, da concepção de ciência que separa os saberes científico e filosófico, assim como separa técnica e política, e separa os saberes em disciplinas que mal conseguem comunicar-se entre si – surge um novo fenômeno nas ciências caracterizado pelo reconhecimento das ciências naturais como sendo também, de certa forma, sociais, humanas e históricas. Este fenômeno se apresenta como um paradigma emergente, a partir do qual busca-se compreender as partes de um problema ou situação nas relações destas com seus contextos, conjuntos ou “todos”.

A compreensão do contexto contribui decisivamente para a interpretação do conhecimento científico. A problemática socioambiental é rica em desafios para os pesquisadores que trabalham com o novo paradigma, já que as ciências sociais e as ciências naturais construíram suas histórias disciplinares a partir do afastamento e diferenciação umas em relação às outras, e a crise atual requer grande capacidade de diálogo inter e transdisciplinar, com aproximação entre os campos do conhecimento científico e destes com o saber não-científico ou leigo. Este é um desafio que anima o chamado pensamento complexo.

1.2 Da construção de um pensamento complexo

Para introduzir aspectos do chamado o pensamento complexo recorre-se aqui não somente à obra de Morin, mas também a alguns autores que tem procurado sintetizar e divulgar a obra do pensador francês, dado o fato de que esta se tornou muito extensa e profunda, dificultando abordagens introdutórias.

Um destes autores é Humberto Mariotti (2007). Ele afirma que a cultura social atual é facilmente identificada com a lógica binária. Trata-se de um modelo de pensamento linear em que o objeto de estudo é fragmentado em partes a serem estudadas separadamente, de maneira a aprofundá-las sem influências das outras partes. Posteriormente, destas análises individualizadas tiram-se as conclusões. A característica da linearidade e a da separabilidade provocam dificuldades ou até mesmo a impossibilidade de tais partes se comunicarem. A conjuntura social contemporânea está entrelaçada neste modelo de pensamento. As ciências estão

cada vez mais divididas em pequenos fragmentos e estes avançam de maneira extremamente rápida, mas sem contato e consciência das interdependências entre os vários ramos científicos e técnico-científicos. Exemplo disso é tecnologia de comunicação, altamente acelerada, com equipamentos jamais imaginados há apenas duas décadas.

O paradigma disjuntor também é redutor ou reducionista por reduzir o complexo ao simples, por exemplo, o humano é reduzido ao nível biológico, que é reduzido ao químico, que é reduzido ao físico. Busca-se obsessivamente a regularidade, a ordem, as médias estatísticas, ignorando-se os efeitos colaterais, o que é aleatório, caótico, os desvios que podem tornar-se novas ordens, novas regularidades.

Outro modelo de pensamento citado por Mariotti (2007) é conhecido como pensamento sistêmico. Neste modelo as partes interagem de uma maneira não linear, diminuindo o espaço entre determinadas partes (fragmentos do objeto de estudo), facilitando sua integração. Mas neste modelo a construção das idéias é realizada de maneira conjunta, ou seja, no estudo de conjuntos, padrões, totalidades. Contudo, assim como no primeiro modelo, este também é reducionista por representar, potencialmente, não necessariamente, uma visão totalitária, um predomínio unilateral do todo sobre as partes. Há diversas abordagens sistêmicas, umas mais instrumentais e tecnocráticas, outras mais flexíveis e democráticas ou dialógicas.

Continuando, a cada dia e em constante aceleração as ciências evoluem em conhecimentos específicos novos, baseados no empirismo. São novas descobertas na física, na química, na biologia etc. que remetem cada vez mais os cientistas a trabalharem com focos de pesquisa ou de pensamento cada vez menores. Obviamente que os avanços científicos, as novas descobertas etc. são positivas, porém paralelamente a estes avanços específicos os indivíduos, cientistas, estão perdendo a visão global. Se por um lado há uma visão cada vez melhor para detalhes específicos por outro existe uma cegueira constante de visões globais.

De acordo com Morin (2006, p. 9)

Necessitamos de uma tomada de consciência radical:

1. A causa profunda do erro não está no erro de fato (falsa percepção) ou no erro lógico (incoerência), mas no modo de

organização de nosso saber num sistema de idéias (teorias, ideologias);
2. Há uma nova ignorância ligada ao desenvolvimento da própria ciência;
3. Há uma nova cegueira ligada ao uso degradado da razão;
4. As ameaças mais graves em que incorre a humanidade estão ligadas ao progresso cego e incontrolado do conhecimento (armas termonucleares, manipulações de todo tipo, desregramento ecológico, etc.)

Cabe complementar que para Morin (1997, *apud* LOUREIRO, 2006.p. 19) os paradigmas são “estruturas de pensamento que de modo inconsciente comandam nosso discurso”.

A incapacidade de conceber a complexidade da realidade antropossocial advêm desta visão fragmentadora, que não relaciona ciências, pelo contrário, as reduz e as distanciam ao invés de promover o entrelaçamento interdisciplinar e transdisciplinar na busca de um conhecimento amplo e profundo, que aborde o não apenas o ser individual como também o conjunto, o social, o incerto, o individuo, a sociedade e o meio ambiente em suas interações e retroações.

Em outras palavras, o que se deve analisar na busca da compreensão da complexidade são os efeitos dos dois modelos de pensamento historicamente impregnados em nossa cultura, ou seja, as conseqüências das soluções ou “evoluções” destes dois modelos.

Para tanto, primeiramente é preciso deixar claro que não se está dizendo aqui que as especializações, a fragmentação e o aprofundamento de estudos em pequenas partes seja algo inerentemente negativo, ou que a evolução tecnológica seja ruim. Muito pelo contrário, a especialização e o aprofundamento do conhecimento, assim como a tecnologia, são fundamentais. Porém, é preciso reconhecer que a não interação com o “todo”, com o que emerge da interação entre as partes, pode trazer ou trouxe conseqüências iguais ou piores que os benefícios advindos da especialização. Por exemplo, a tecnologia evoluiu muito, as empresas cresceram e se aprimoraram, produzindo maiores quantidades mais rapidamente e com qualidade, cada uma produzindo uma pequena de um determinado equipamento, gerando empregos, “qualidade” de vida, movimento econômico, conforto à sociedade etc.. Porém, como conseqüência disso, o todo em que a sociedade está inserida não foi observado. Para se perceber mais facilmente o que se está tentando dizer basta observar os danos ambientais causados principalmente

por este desenvolvimento acelerado que é medido pelo PIB, sem a devida consideração dos aspectos qualitativos ou dos fins a que se destinam as políticas públicas.

Cabe salientar que não é objetivo deste trabalho uma abordagem claramente epistemológica. Estas considerações são necessárias apenas na medida em que a questão da sustentabilidade está nelas implicada, como se vê no trecho a seguir.

Os sistemas vivos são sistemas autoprodutores, ou seja, produzem as suas próprias células e tecidos. Eles se auto-organizam com o objetivo de ampliar ao máximo sua sustentabilidade, isto é, seu equilíbrio em relação a si mesmos e ao meio ambiente. Assim, a sustentabilidade não é a conservação e a sobrevivência de uma parte isolada de um determinado sistema. É a conservação e a sobrevivência do sistema inteiro: a preservação do todo, de suas partes e das relações entre as partes entre si e destas com ele. A sustentabilidade das partes só pode existir se houver a sustentabilidade do todo no qual elas estão contidas. A vida dos indivíduos só será sustentável se também o for a vida da sociedade e a do ambiente. (MARIOTTI, 2007. p. 83)

Neste contexto, emerge a necessidade de um pensamento complexo. Este pensamento complexo seria composto da união de partes heterogêneas, advindas do mundo, das ciências, do sendo comum, juntando acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico.

A abordagem da complexidade, desenvolvida por Edgar Morin, propõe uma nova forma de conhecer a realidade a partir da pluralidade de visões.

A noção de complexidade dificilmente pode ser conceitualizada, por um lado porque está emergindo e, por outro, porque não pode deixar de ser complexa. (...) E a complexidade não é só pensar o uno e o múltiplo conjuntamente; é também pensar conjuntamente o incerto e o certo, o lógico e o contraditório, e é a inclusão do observador na observação (MORIN apud BRECAILO, 2007. p. 14)

A pluralidade de visões e as diferenças enraizadas nos fundamentos da vida pública fazem emergir outros campos de estudo da cognição humana e nos remetem à abordagem do pensamento complexo de Edgar Morin, da necessidade do diálogo dos saberes, da transdisciplinaridade como crítica ao paradigma

disjuntor-redutor. Morin critica inclusive a insuficiência da interdisciplinaridade, conforme se vê abaixo.

a interdisciplinaridade controla tanto as disciplinas como a ONU controla as nações. Cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de desmoronar. (MORIN, 1999. p. 135).

A busca de soluções para problemas complexos requer o diálogo entre as disciplinas, os saberes especializados, e entre estes saberes e o senso comum. Trata-se de uma concepção de democracia cognitiva, de uma ciência aberta e plural.

A ambição da complexidade é relatar articulações que são destruídas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Não se trata de dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas de respeitar as suas diversas dimensões. (MORIN, 1999. p. 138)

Cabe salientar que o paradigma da complexidade proposto por Morin não aparece como receita, resposta, doutrina ou solução para a solução de problemas, mas sim como um desafio. A complexidade surge como dificuldade, como incerteza e não como clareza e como resposta. A proposta é de um caminho que leve ao pensamento dialógico. O pressuposto é o de que a percepção das insuficiências e incertezas do conhecimento constituem um avanço, uma ampliação das possibilidades de conhecimento.

O destino humano depende, sobretudo, da nossa capacidade de compreender os nossos problemas essenciais, contextualizando-os, globalizando-os, interligando-os, e da nossa capacidade de enfrentar a incerteza.

A ecologia científica, as ciências da terra, a cosmologia etc. são ciências pluridisciplinares que têm por objeto um sistema complexo. Da mesma forma as ciências políticas, sociais, psicológicas etc. não podem isolar-se em ciências reducionistas, pois necessitam de inter-relação com outras ciências para compreender os fenômenos que a cercam. Neste contexto surgem os problemas socioambientais, como um novo campo de preocupação de várias ciências como: economia, política, sociologia, psicologia, biologia, antropologia etc..

A abordagem do pensamento complexo é um desafio concebível à medida que se considere a pluralidade de visões, o diálogo entre os mais diversos conhecimentos, atores sociais, sem desconsiderar o próprio senso comum, e a necessidade de acordos, de articulações, ainda que parciais e momentâneas.

Para Mariotti (2007.p. 88) a inter-relação entre sujeitos em múltiplas circunstâncias pode provocar a anarquia e a dissociação. Porém, por um outro lado, pode formar uma zona de interseção entre ordem e a desordem fazendo emergir estruturas organizadas as quais o autor denomina de fenômenos emergentes. O autor aprofunda a idéia exemplificando:

É o caso dos ecossistemas e dos sistemas culturais humanos: os grupos, as organizações e as instituições. Apesar de nossas tentativas, não é possível eliminar a complexidade. Explicações simplistas, quantificações, fórmulas ou esquemas conceituais limitados só fazem alienar-nos da questão. Por outro lado, é um equívoco pensar que a complexidade de um sistema é determinada pela quantidade de seus componentes [...]. O que determina a complexidade de um sistema não é o número de partes de que ele é composto, mas a dinâmica das relações entre essas partes (MARIOTTI, 2007. p. 88).

Neste contexto é que se encontra a presente pesquisa, pois o Comitê do Itajaí se constitui em um órgão de discussão e deliberação sobre questões socioambientais, contendo diversos membros de conhecimentos, interesses, comunidades, segmentos etc. diferentes que defendem interesses e idéias sejam de ordem ecológica, política, moral, econômica, social etc. de assuntos relacionados à bacia do rio Itajaí.

Estes membros representam segmentos, sejam industriais, comerciais, órgãos públicos e comunidade do entorno da Bacia, porém como indivíduos representam, também, conhecimentos, culturas, ideais políticos, interesses pessoais e coletivos etc.. Desta forma, torna-se imprescindível conhecer o que são estas representações, como, quando e por que elas acontecem.

1.3 Teoria das Representações Sociais

A teoria das representações sociais foi criada por Serge Moscovici, romeno naturalizado francês, que influenciou diversos pesquisadores não apenas na Europa como também na América Latina, inclusive no Brasil.

A teoria das representações sociais de Serge Moscovici é compatível com o paradigma da complexidade, na medida em que promove o diálogo entre as ciências sociais, especialmente a sociologia e a psicologia, além de fazer uma crítica ao positivismo e ao cartesianismo.

Esta teoria procura compreender os fenômenos humanos a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade. Vincula-se também ao paradigma fenomenológico². Está principalmente relacionada com o estudo das simbologias sociais, ou seja, o estudo das trocas simbólicas desenvolvidas entre o Eu, o Outro e o Objeto-Mundo. Procura identificar como as relações interpessoais influenciam na construção do conhecimento compartilhado.

Representar, isto é, tornar presente o que está de fato ausente por meio do uso de símbolos, é fundamental para o desenvolvimento ontogenético da criança, está na base da construção da linguagem e da aquisição da fala, é crucial para o estabelecimento das inter-relações que constituem a ordem social e é o material que forma e transforma as culturas, no tempo e espaço (JOVCHELOVITCH, 2008. p. 33).

Desta forma, subentende-se a representação como uma forma de transmitir ou partilhar com outros indivíduos idéias, conhecimentos, pensamentos, aspirações etc., valendo-se da utilização de uma determinada simbologia, como a própria linguagem.

Acerca desta relação entre linguagem e representação, Oliveira (2004. p. 181) as sintetiza em três pontos fundamentais:

1) entre o que se acreditava cientificamente ser a psicanálise e o que a sociedade francesa entendia por ela existia um intermediário de peso, as representações sociais; 2) essas representações não eram as mesmas para todos os membros da sociedade, pois dependiam tanto do conhecimento de senso comum (ou popular), como do contexto sociocultural em que os indivíduos estavam inseridos; e 3) no caso de novas situações ou diante de novos objetos, como, por

² Na seção de “Introdução e Aspectos Metodológicos” apresenta-se tabela 1 que sintetiza características do positivismo, da fenomenologia e do paradigma da complexidade.

exemplo, a psicanálise, o processo de representar apresentava uma sequência lógica: tornar familiares objetos desconhecidos (novos) por meio de um duplo mecanismo então denominado amarração – “amarrar um barco a um porto seguro”, conceito que logo evoluiu para sua congênere “ancoragem” –, e objetivação, processo pelo qual indivíduos ou grupos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais que se apresentam e com os quais têm de lidar.

A obra de Serge Moscovici procura identificar o poder das idéias de senso comum, ou, em outras palavras, procura entender como os sujeitos partilham o conhecimento e a partir deste conhecimento constroem sua realidade comum ou como transformam estas idéias em práticas. Observa-se na obra de Moscovici toda uma interlocução ou preocupação entre conhecimento científico e senso comum, como estes são construídos e como se relacionam, ou como se influenciam.

Contudo, reconhecendo que as representações sociais dependiam tanto do senso comum como do contexto sociocultural no qual os indivíduos estavam inseridos, fica evidente que as representações não são construídas por sujeitos individuais, mas sim a partir das inter-relações entre sujeitos.

[...] é importante compreender a representação como um processo simbólico imbricado em arranjos institucionais, na ação social, na dinâmica ativa da vida social, onde grupos e comunidades humanas se encontram, se comunicam e se confrontam. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 35)

Cada indivíduo, independentemente de contextos e tempos, produz diferentes visões de mundo, do que é real. Torna-se necessário buscar entender como diferentes representações interagem e quais as conseqüências destas no mundo social.

Porém, neste contexto, várias são as influências do contexto social no qual cada indivíduo está inserido, como por exemplo, as maneiras de se expressar de uma comunidade: a fala, as danças, as crenças, os símbolos etc.. Seguindo este raciocínio, retornamos à importância dos símbolos, como supracitado.

É a função simbólica das representações que permite o abandono da idéia do conhecimento como correspondência plena entre representação e o mundo “lá fora” e é ela que desestabiliza a velha

idéia de representação como uma cópia do mundo exterior. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 35)

Jovchelovitch (2008, p. 35) conceitua a representação como “uma forma triangular cuja arquitetura básica é construída pelas inter-relações sujeito-outro-objeto”. A teoria das representações sociais procura explicar a construção dos saberes, dos conhecimentos e como estes se transformam em processos de inter-relação social.

As representações são maneiras de compartilhar um conjunto de regularidades empíricas através da inter-relação entre indivíduos. Este conjunto de regularidades refere-se às idéias, os valores e as práticas de comunidades humanas sobre objetos sociais específicos e, também, sobre os processos sociais e comunicativos que os produzem e reproduzem.

Desta forma, a teoria das representações sociais, a partir da transdisciplinaridade, procura elucidar a estrutura das diferentes visões de mundo, das crenças e valores que produzem teorias sobre a vida cotidiana e seus saberes.

O conceito de representações sociais é uma transformação psicossocial do conceito Durkheimiano de representações coletivas. [...] As representações coletivas referem-se precisamente a isto: às crenças, sentimentos e idéias habituais, dadas e homogeneamente compartilhadas de uma comunidade. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 96)

Durkheim propôs uma diferenciação radical entre a idéia de representação individual e representação coletiva sugerindo que a primeira pertence ao campo da psicologia e a segunda ao campo da sociologia (MOSCOVICI, 2003). O conceito de representações coletivas de Emile Durkheim afirma que os saberes que são produzidos coletivamente formam a cultura de uma sociedade. Para tanto, afirma que os saberes individuais não são mais do que a forma ou expressão de representações coletivas. Moscovici propõe a teoria das representações sociais não apenas como uma nova terminologia em relação às representações coletivas de Durkheim, mas como uma mudança conceitual significativa. De acordo com Durkheim, nas representações coletivas a sociedade impõe aos indivíduos as formas, os saberes, a maneira de “viver a vida”. Já nas representações sociais de Moscovici, pelo contrário, as formas, os saberes, a maneira de “viver a vida” são

gerados pelos sujeitos sociais, que influenciam o grupo ao mesmo tempo em que são influenciados pelo grupo. Em outras palavras o conceito de representação de Durkheim implica uma reprodução da idéia social enquanto na teoria das representações sociais é constituído como uma produção e desenvolvimento de um caráter social, sem que seja injetado externamente nas consciências individuais.

Contudo, para um melhor entendimento do conceito das representações coletivas torna-se necessário compreender o conceito de comunidade. O que é? Como pode se constituir?

As comunidades podem ser formadas por afinidades de ideologias, conhecimentos, espaços geográficos etc.. As comunidades formulam uma infinidade de saberes comuns, oferecendo aos seus membros parâmetros a partir dos quais estes dão sentido à vida. Os discursos dos indivíduos e os discursos da comunidade estão diretamente vinculados um ao outro, ou seja, o discurso individual conterà características culturais, econômicas, acontecimentos etc. da comunidade na qual o indivíduo está inserido, bem como os discursos comunitários conterão características dos indivíduos membros da comunidade.

Acerca do conceito de comunidade, entende-se esta como:

um espaço intermediário que nos oferece recursos simbólicos e materiais para a vivência da dialética entre o sujeito singular e o mundo social. É como membros de uma comunidade que nos tornamos nós mesmos, emergimos como atores sociais competentes e aprendemos a falar uma língua. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 96)

O conceito de comunidade supracitado nos remete a uma idéia democrática de participação social, figurando esta como um espaço mediador de participação social na esfera pública. Sobre o conceito de esfera pública, este pode ser definido como:

um espaço comum a todos os membros da comunidade onde a vida comunitária se torna visível e conhecida pela comunidade. Espaços públicos são pontos de encontro, territórios de conexão e comunicação, cuja principal característica é produzir visibilidade, de modo que questões de interesse comum possam emergir e que a pluralidade de perspectivas que constitui a comunidade possa ser trabalhada e resolvida. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 146)

Neste contexto, observa-se o poder democrático que uma comunidade pode oferecer, na discussão e construção de políticas públicas a partir de representações sociais de indivíduos ou grupos, mediante uma possível participação na esfera pública na defesa de interesses comuns.

Ao transformar o conceito sociológico de representações coletivas no conceito psicossocial de representações sociais Moscovici proporcionou os meios para aprender como o conhecimento simbólico produzido por uma comunidade muda em função de transformações mais amplas que ocorrem na esfera pública. (JOVCHELOVITCH, 2008. p. 157).

Contudo, este interesse comum é subjetivo e provém de representações sociais de indivíduos. A simetria de representações é rara em virtude das diferentes formas de representações, de visões de mundo, de conhecimento etc. Torna-se necessário o aparecimento da figura do diálogo e da negociação, para a busca de soluções de problemas sociais.

O reconhecimento da pluralidade e da perspectiva como fundamentos da vida pública coloca o problema de lidar com a diferença enraizada nestes fundamentos; razões e perspectivas diferentes devem ser negociadas se os membros de uma comunidade desejam coesão e agir em comum acordo. (JOVCHELOVITCH, 2008. p. 151)

O Comitê do Itajaí se constitui em um espaço público que busca o diálogo de interesses e conhecimentos na busca de soluções para a gestão da bacia do Itajaí. É nesse contexto que o presente estudo se situa, ou seja, na investigação das possíveis mudanças nas representações sociais do Comitê de Bacia do Itajaí entre 2000 e 2009, em Santa Catarina, tomando-se como referência as enchentes ocorridas em Santa Catarina em novembro de 2008. Para tanto, torna-se necessário introduzir alguns aspectos da região para compreensão dos problemas socioambientais e para um melhor entendimento das representações sociais.

CAPÍTULO 2

Problemática das Enchentes: aspectos históricos e geográficos da Região do Vale do Itajaí

O Estado de Santa Catarina já contabilizou diversas cheias e inundações, com destaques para as enchentes ocorridas em 1983, 1984 e 2008. Existem três vertentes principais a serem consideradas para a compreensão dos fatos: intervenção humana, geografia e eventos naturais.

Neste contexto, o presente capítulo procura retratar aspectos históricos do processo de colonização e urbanização da região do vale do Itajaí para a compreensão dos efeitos da intervenção humana como um dos possíveis fatores relativos à ocorrência de enchentes e/ou deslizamentos. Por outro lado, o capítulo procura evidenciar aspectos geográficos da região do vale do Itajaí que a tornam suscetível à ocorrência de desastres deste tipo e, por fim, faz-se uma análise dos desastres ocorridos em novembro de 2008 em Santa Catarina considerando aspectos históricos e geográficos da região e analisando a opinião dos membros do Comitê do Itajaí acerca da compreensão dos desastres, através da seleção de trechos das entrevistas realizadas.

2.1 Breve histórico do Estado de Santa Catarina e da região do vale do Itajaí

Neste capítulo, procura-se contextualizar o leitor acerca de aspectos históricos relevantes da ocupação do estado que possam influenciar direta ou indiretamente a ocorrência enchentes e deslizamentos de terra, tendo como fontes principais os autores Silvio Coelho dos Santos (1997) e Maria Licínia Fernandes dos Santos (1999).

O estado de Santa Catarina foi, desde os tempos do descobrimento, visitado por navegadores de várias nacionalidades, principalmente na região litorânea.

Em 1915, a expedição de Juan Díaz de Solís naufragou na costa do estado e alguns tripulantes sobreviventes depararam-se com índios carijós com os quais, em virtude da forte dominação exercida, iniciaram intensa miscigenação. Esses povos indígenas viviam de caça, da pesca e cultivavam variedades de milhos, batatas, mandiocas e amendoins, além de tecerem redes e cestos. Suas terras se estendiam

desde a Cananéia, no litoral de São Paulo até a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. Eles ocupavam toda essa região litorânea e tinham como limite, pelo interior, as matas habitadas por índios inimigos: os Kaingang, os Xokleng e Guaranis. Os Guarani dominavam extensa parte do planalto, as margens dos rios que integram as bacias do Paraná/Paraguai e o litoral. Já os Kaingang dominavam as terras interiores do planalto, enquanto os Xokleng ficavam nas florestas que se localizavam entre o litoral e o planalto (SANTOS, 1997).

A chegada dos europeus ao Sul do Brasil deu início a drásticas mudanças nessa região que, de certa forma, permanecem até hoje. Todos os povos indígenas logo foram impactados pela presença de várias doenças até então desconhecidas, tais como a varíola, o sarampo, a tuberculose etc. Além disso, estes povos começaram a ser utilizados como mão-de-obra escrava. Estes fatos motivaram a fuga de diversos grupos indígenas para o interior, deixando o litoral praticamente despovoado de índios (SANTOS, 1997).

A imigração de europeus para o Brasil foi intensificada a partir da proclamação da independência, porém a distribuição de terras se dava por meio de conflitos envolvendo grande violência entre trabalhadores rurais (escravos), proprietários e grileiros apoiados por bandos armados. Em 1850, o Império buscou ordenar o campo ao editar a Lei das Terras. Porém, dentre vários dispositivos, estabeleceu a proibição de ocupar áreas públicas e a determinou que as terras somente seriam adquiridas mediante pagamento em dinheiro. Estes aspectos reforçaram o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses de pequenos produtores. A partir daí foram criadas diversas colônias oficiais no sul. Em Santa Catarina, a colonização iniciou a partir de 1829, em São Pedro de Alcântara, próximo a Florianópolis, sendo intensificada a partir de 1850 com a instalação da colônia Blumenau e, em 1851, com a colônia Joinville. Entre 1850 e 1859, Santa Catarina foi governada por João José Coutinho, cujo governo caracterizou-se por uma busca e incentivo à cultura e pelo incentivo à atividade das colônias de imigrantes. Merece destaque também a criação da colônia de Brusque em 1860. A partir de 1870, começaram a chegar italianos, que fundaram diversas colônias também no sul do estado, como Urussanga e Nova Veneza (SANTOS, 1999). Nesta época, a província de Santa Catarina possuía cerca de 160 mil habitantes, a floresta dava lugar às cidades, às estradas, às propriedades de colonos, com seus pastos e roças. Os povos indígenas aos poucos foram extinguindo-se em virtude desta ocupação, não

apenas pela falta de alimento, que o homem branco passou a extrair da natureza para estocar em suas colônias, mas também pela intensa disputa de terras. Outro agravante natural dessa ocupação na região foi a intensa extração de madeira e criações de gados e outros animais em pastos (SANTOS, 1997).

Ao ser proclamada a república em 1889, a população do estado era cerca de 200 mil habitantes, divididos em numerosas vilas e cidades litorâneas. Blumenau e poucas outras colônias já iniciavam o embrião de um processo industrial, principalmente na área têxtil (SIEBERT, 2009).

No que concerne aos aspectos políticos do Estado à época, estes eram constituídos de grandes acontecimentos, muitas mudanças em curtos espaços de tempo, brigas por poder etc., havia problemas e cisões dentro do Partido Republicano Catarinense, etc.. A partir daí, algumas personalidades catarinenses começaram a aparecer com projeção nacional, como Vidal Ramos, Adolfo Konder e Vítor Konder. O domínio político, então, não era mais exercido exclusivamente pelas famílias tradicionais do litoral, mas dividido com figuras influentes do planalto e descendentes de imigrantes (SANTOS, 1999).

Entre 1930 e 1945, o Estado foi governado por interventores federais, processo este advindo da revolução de 1930 que conduziu Getúlio Vargas ao poder.

A partir de 1945, uma grande área do estado, o meio e o extremo oeste, região para a qual não era dado muito valor e a povoação era relativamente escassa, passou a ter importância cada vez maior. Essas terras foram sendo ocupadas por colonos estrangeiros e seus descendentes, que iniciaram um novo e acelerado processo de exploração natural no estado. Neste período, florestas no vale do Itajaí foram queimadas, exterminadas para combater uma epidemia de malária. Ao mesmo tempo todo o país, incluindo o estado de Santa Catarina, passava por um processo de urbanização.

O processo de urbanização do estado foi crescente ao longo dos anos e cada vez mais acelerado e, como consequência, começam a surgir regiões sem infraestrutura adequada e ocupações irregulares. Determinadas regiões estavam ficando atraentes à imigração seja pelas oportunidades de trabalho em virtude da aceleração da indústria e do comércio, seja pelas terras adequadas para agricultura e pecuária.

A figura 1 evidencia as regiões mais atraentes para a imigração, entre 1980 e 1991, destacando os centros urbanos de Blumenau e Itajaí, as áreas consideradas

rural-urbanas de timbó, Rio do Sul, Brusque, Penha e Navegantes e as áreas rurais de Salete, Agronômica, Imbuia, Indaial, Guabiruba, Gaspar, Luiz Alves e Piçarras.

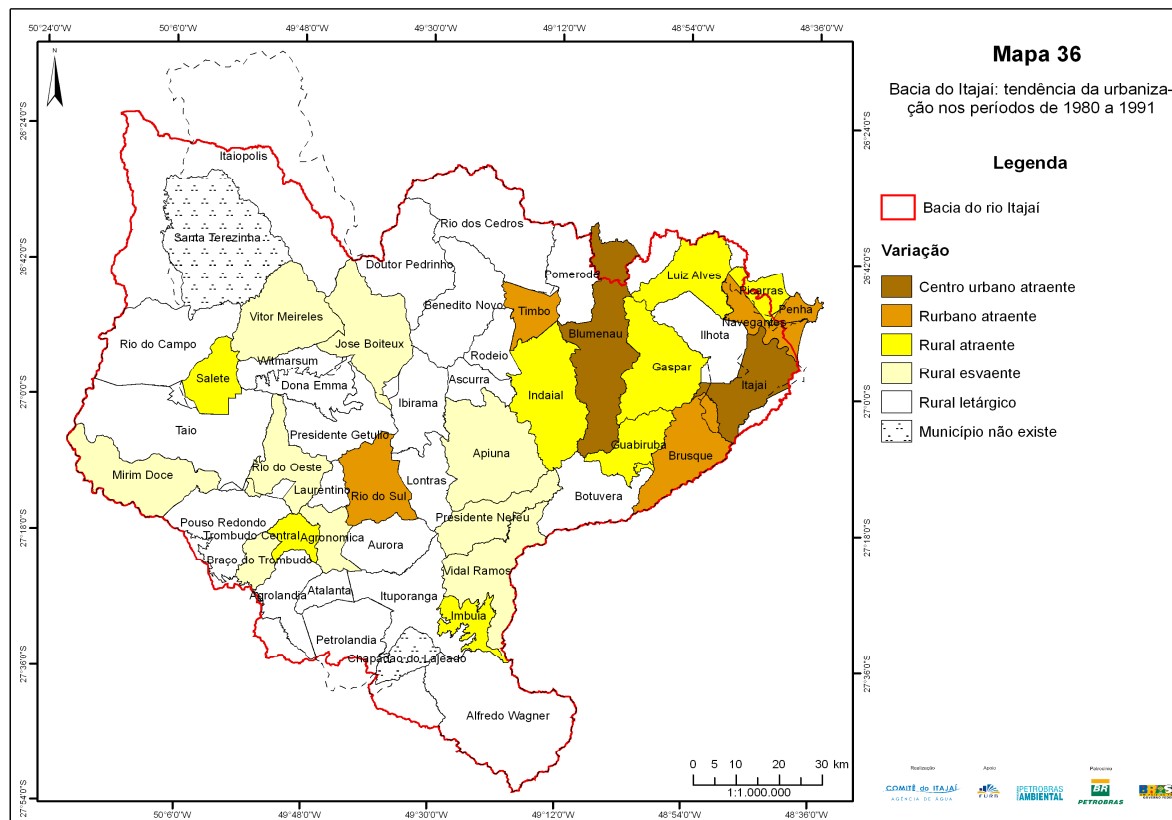


Figura 1. Bacia do Itajaí: tendência de urbanização nos períodos de 1980 a 1991. Fonte: Comitê do Itajaí (2009).

Em julho de 1983, o estado foi atingido por uma das mais graves enchentes de sua história. A área urbana do município de Blumenau, localizado às margens do rio Itajaí-Açu, ficou praticamente submersa. Nesta enchente, 136 municípios foram declarados em estado de calamidade pública e quase 100 ficaram totalmente isolados. No ano seguinte, em 1984, o fenômeno se repetiu de forma menos violenta, porém os dois fenômenos afetaram as produções industrial e agrícola do estado. Entre 1881 e 2008 foram registradas mais 11 (onze) inundações em Blumenau, destacando-se obviamente as ocorridas em 1983 e 1984 conforme supracitado e 2008, objeto de referência do presente estudo. (AUMOND, 2009)

Período	Características	Nº. de inundações
1852 a 1888	Imigração de europeus para o Brasil Com as instalações das colônias de Blumenau, Joinville,	8 inundações registradas em

	Brusque e um pouco depois várias outras colônias também no Sul do estado, como Urussanga e Nova Veneza. As principais atividades de exploração natural estavam relacionadas a pastagens para animais, campos para a agricultura e extração de madeira.	Blumenau
1889 a 1929	O estado já possuía cerca de 200 mil habitantes. Blumenau e poucas outras colônias já iniciavam o embrião de um processo industrial, principalmente na área têxtil.	11 inundações registradas em Blumenau
1930 a 1959	O Estado era governado por interventores federais. A partir de 1945, o meio e o extremo oeste do estado começaram a ser ocupados por colonos estrangeiros. Muitas florestas no vale do Itajaí foram exterminadas para combater uma epidemia de malária. Processo de urbanização no estado.	20 inundações registradas em Blumenau
1960 a 1980	Criação da Universidade Federal de Santa Catarina. Processo de urbanização acelerada sem infra-estrutura adequada e com ocupações irregulares.	19 inundações registradas em Blumenau
1981 a 2008	Urbanização cada vez mais acelerada e crescimento econômico constante. A maioria dos Municípios ainda não possui infra-estrutura adequada e as ocupações de Áreas de Preservação Permanente são cada vez maiores.	11 inundações registradas em Blumenau, destacando-se as enchentes de 1983, 1984 e 2008 .

Tabela 4. Número de inundações registradas em Blumenau por períodos.
Fonte: Elaboração Própria com adaptações de AUMOND, et al. (2009).

Desde então estes fenômenos passaram a preocupar a população do estado, principalmente os habitantes dos municípios localizados no entorno da bacia do rio Itajaí, considerados até então os mais propícios a este tipo de ocorrência, tanto em virtude de fatores históricos quanto fatores naturais e geográficos.

2.2 Aspectos geográficos da região do vale do Itajaí

A bacia hidrográfica do rio Itajaí possui uma área de aproximadamente 15.000 km², que representam cerca de 16% do território catarinense.

A região do vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina, é dividida em alto vale, médio vale e foz do Itajaí, sendo composta por 53 municípios que abrigam cerca de 1.400.000 pessoas segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Bacia é cercada de serras: serras da Boa Vista, dos Faxinais e do Tijucas ao sul; serras Geral e dos Espigões a oeste e serras da Moema e do Jaraguá ao norte.

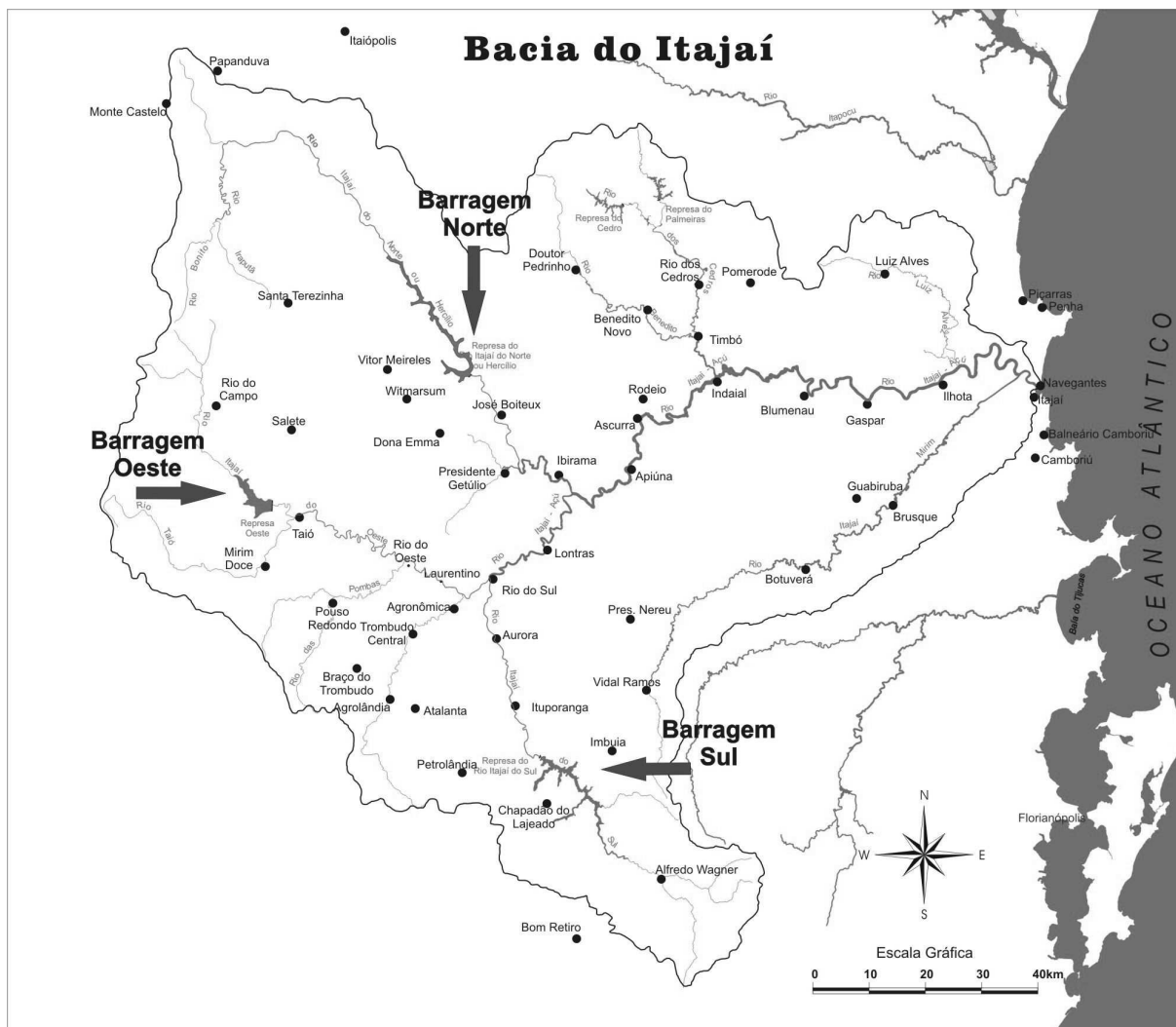


Figura 2. Bacia do Itajaí.
Fonte: Comitê do Itajaí (2009)

A figura 2 evidencia o mapa da Bacia do Itajaí com os municípios que a compõem e destacando as barragens Norte no município de José Boiteux, Oeste no município de Taió e Barragem Sul no município de Ituporanga, que entraram em operação nos anos de 1992, 1973 e 1976 respectivamente, como instrumentos para a contenção de cheias e enchentes na região do Vale do Itajaí.

O Relevo da Bacia constitui-se de demasiada fragilidade ambiental, sendo extremamente vulnerável às erosões.

O relevo de Santa Catarina é considerado entre os mais acidentados do Brasil, sendo que a Bacia do Itajaí é cercada por serras, destacando-se a Serra Geral que, juntamente com a Serra do Mar, formam uma espécie de barreira que divide o estado entre planície costeira e a região do Planalto Central. Na figura 3 pode-se visualizar estes aspectos geográficos acerca do relevo do Estado e da

Bacia, sendo que as áreas esverdeadas são as áreas de pouca altitude (praticamente no nível do mar) e as áreas destacadas na cor marrom representam as áreas com maior altitude.

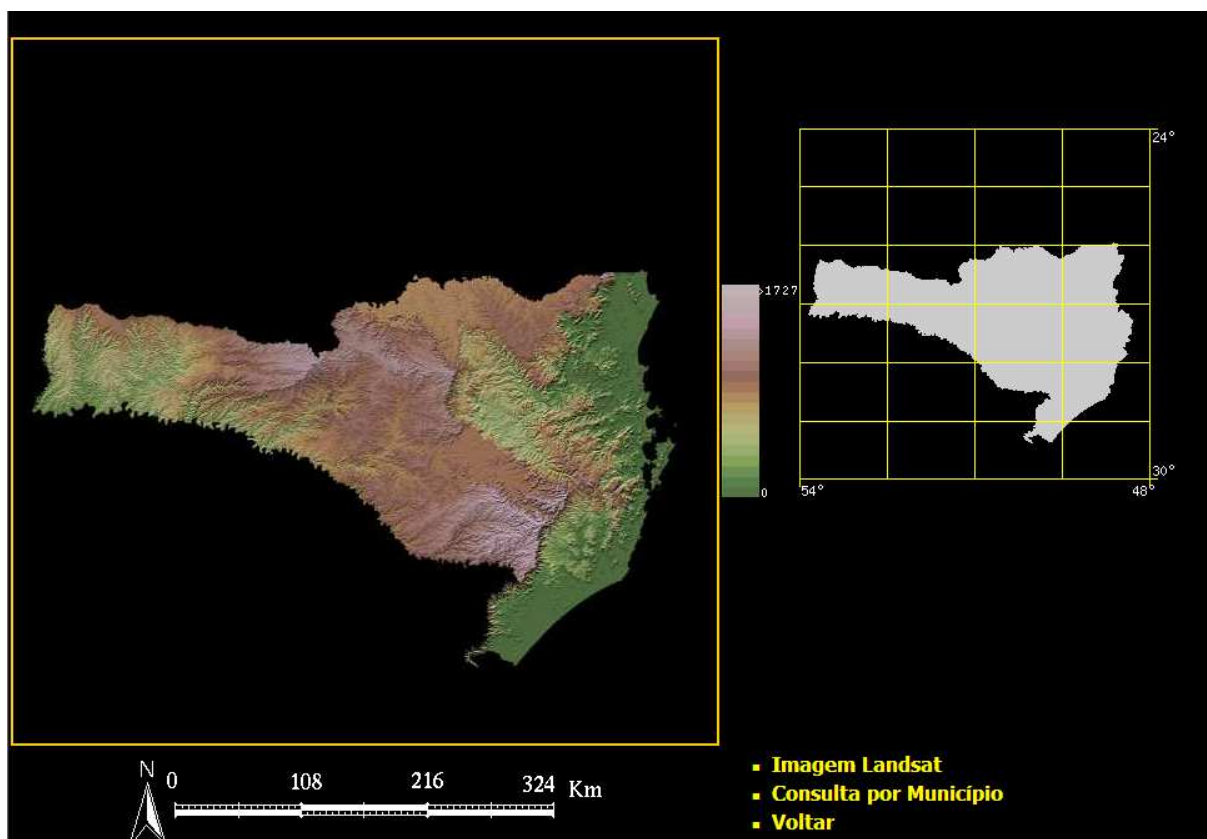


Figura 3. Brasil em relevo: Santa Catarina.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2010).

O Rio Itajaí-Açu representa o maior curso d'água de toda a Bacia. Ele é formado pela junção dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, no município de Rio do Sul, na região do alto-vale e deságua no oceano atlântico dividindo os municípios de Navegantes e Itajaí. Como maiores afluentes o rio Itajaí-Açu tem, pela margem esquerda, o rio Itajaí do Norte na divisa de Lontras e Ibirama, o rio Benedito em Indaial e o rio Luís Alves em Ilhota. No município de Itajaí, o rio Itajaí-Mirim é seu principal afluente pela margem direita. Contudo a Bacia do Itajaí é dividida em sete sub-bacias principais, conforme pode ser observado na figura 4: Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste, Itajaí do Norte, Benedito, Luis Alves, Itajaí-Açu e Itajaí Mirim.

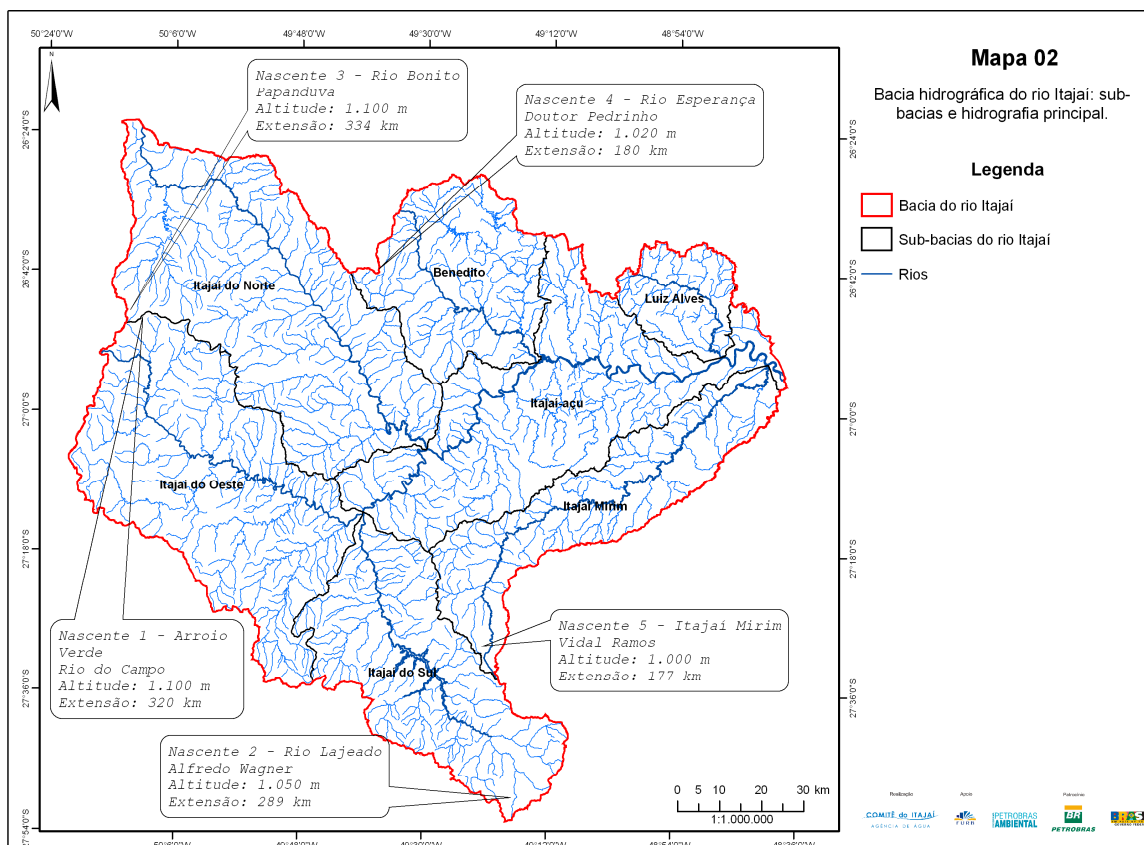


Figura 4. Bacia hidrográfica do rio Itajaí: sub-bacias e hidrografia principal.
 Fonte: Comitê do Itajaí (2009)

A exploração (uso) do rio Itajaí-Açu é concebida por diversos segmentos atuantes principalmente no abastecimento da população, uso industrial, na irrigação por parte dos agricultores, para a produção de energia elétrica, na criação animal, dentre outros usos e, na foz do rio, destacando-se a atividade portuária, conforme mostra o mapa a seguir:

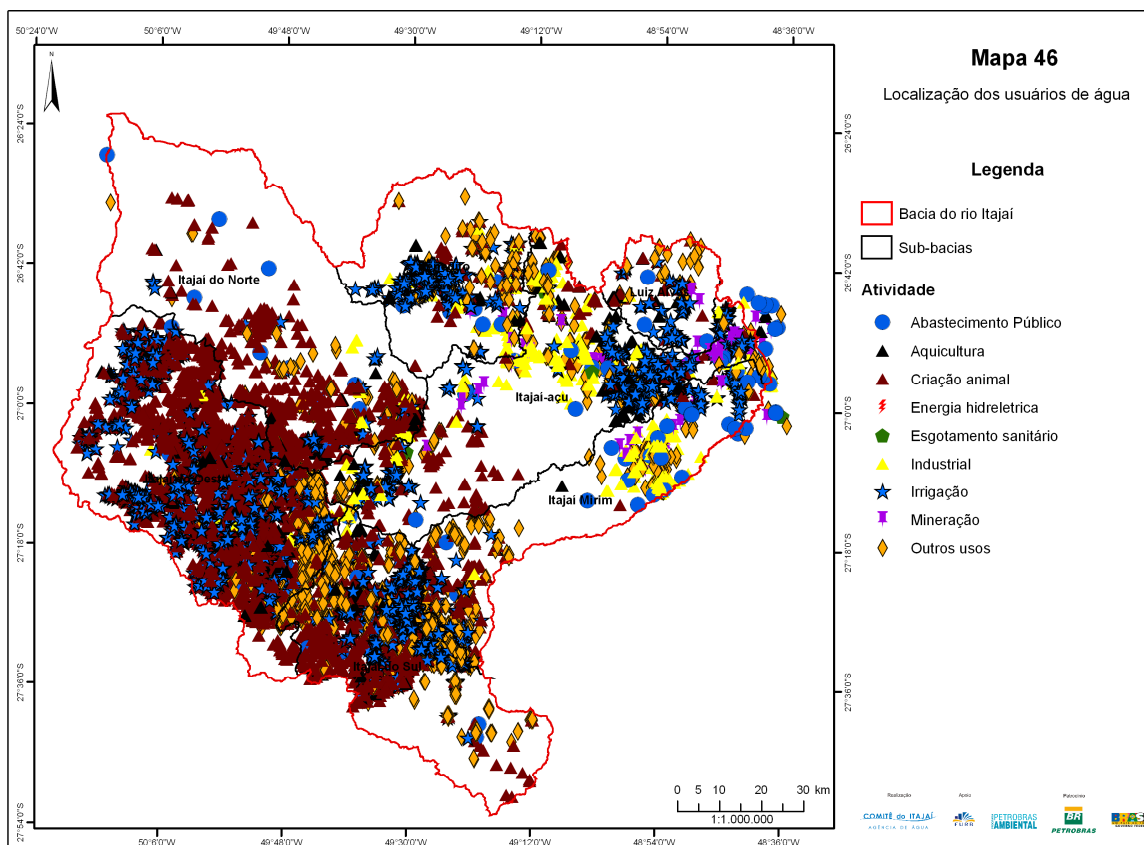


Figura 5. Localização dos Usuários da Água (2009)

Uma das características da Bacia do Itajaí é a declividade muito acentuada dos cursos de água, principalmente entre os municípios de Rio do Sul e Blumenau. Esta característica, em particular, resulta em uma elevada velocidade dos cursos d'água. A partir de Blumenau até a foz do rio, a declividade é muito baixa, formando uma grande planície que pode ser visualizada na figura 3 representada pela cor verde, identificada como planície costeira, o que deixa a região extremamente suscetível a inundações. Os rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste iniciam na Serra Geral, a cerca de 1.000 m de altitude. Quando se unem na região de Rio do Sul, formam o rio Itajaí-acú, neste ponto já a uma altura de cerca de 330m. Em Blumenau a altitude já é de apenas 18,5 m. Observa-se a alta declividade, que representa entre Rio do Sul e Blumenau uma variação percentual de 94,39%. Esta situação pode ser melhor visualizada na figura 5, abaixo:

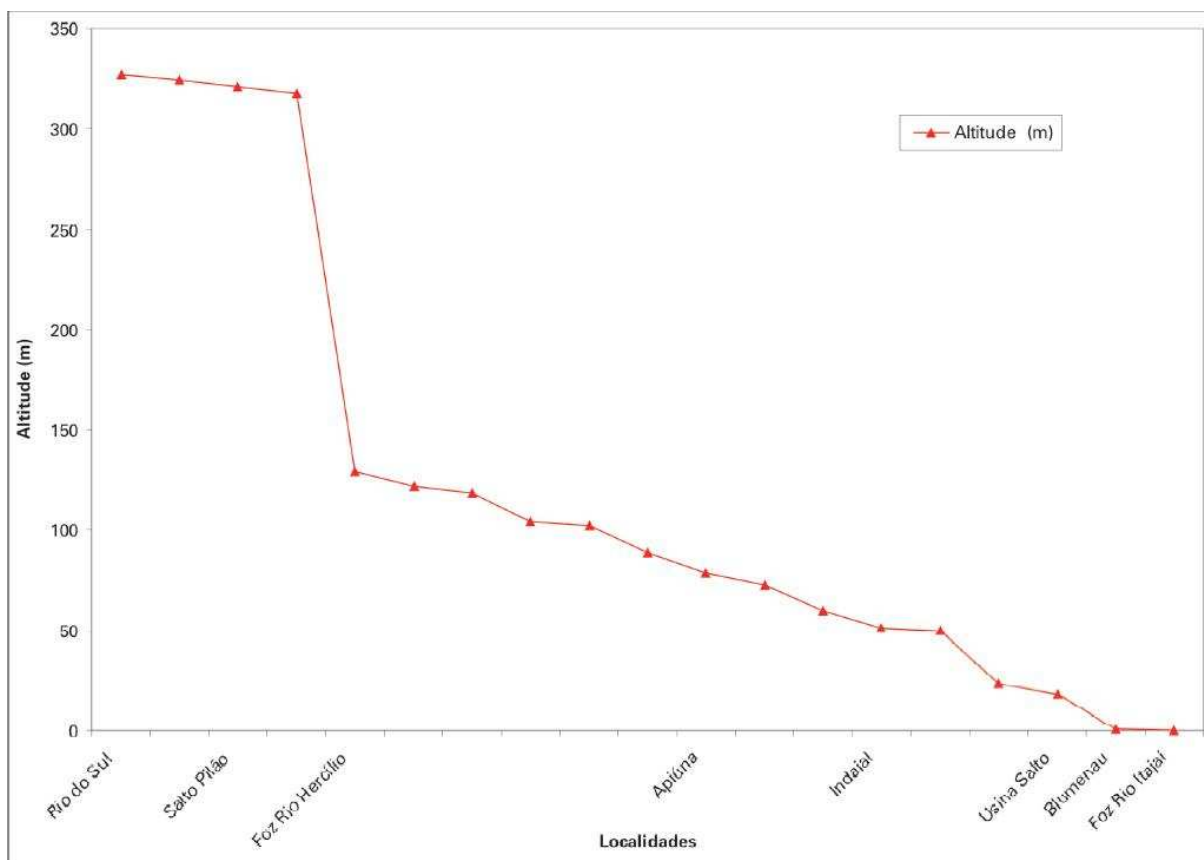


Figura 6. Perfil longitudinal do rio Itajaí-açu entre Rio do Sul e sua foz, em Itajaí, SC.
 Fonte: Aumond et al. (2009).

Conforme observado nos aspectos históricos da região do vale do Itajaí, em Blumenau já foram registradas 69 inundações entre 1852 e 2008. Isto mostra uma certa fragilidade ambiental, pois em 1852 a influência da ocupação e desmatamento ainda eram irrelevantes, a colônia de Blumenau havia sido “fundada” em 1850, apenas há dois anos. Além disso, os dados mencionados não afirmam que as inundações começaram a partir de 1852, ou seja, antes desse período apenas não haviam registros, afinal a ocupação da região era basicamente indígena.

As inundações não apresentam sazonalidade, ou seja, não existe período do ano em que o fenômeno prevalece, conforme os registros de inundações de Blumenau [...]. Entretanto, verifica-se uma tendência maior de ocorrência no inverno e na primavera. (AUMOND et al, 2009. p. 26)

Contudo, os maiores desastres foram registrados a partir da década de 80, destacando-se as enchentes de 1983, 1984 e 2008, período durante o qual houve uma grande concentração de populações urbanas.

No entanto, vários são os fatores que podem influenciar direta ou indiretamente a ocorrência de enchentes e deslizamentos de terra.

Em primeiro lugar, principalmente no que concerne aos deslizamentos, há que se considerar os aspectos da paisagem, ou seja, do solo e da vegetação da região do vale do Itajaí.

Obviamente, como em qualquer ambiente, a ação da natureza foi transformando a paisagem do vale do Itajaí ao longo dos anos, sejam com as ações dos ventos, das chuvas ou da própria gravidade moldando a paisagem que se conhece atualmente com vales, planícies etc.. Toda essa transformação acabou tornando o solo da região poroso, permeável e, ao mesmo tempo, frágil. Somando-se a isso, a posição geográfica do vale do Itajaí favorece a entrada de umidade, vinda do litoral, além de a região estar submetida a condições de clima quente e úmido, o que facilita a ocorrência de precipitações intensas, principalmente na primavera e no verão.

Neste contexto de intensas precipitações em um solo poroso e permeável, é possível identificar que, nos morros, a água infiltra com demasiada facilidade chegando até as rochas (praticamente sem permeabilidade), de onde irá seguir o trajeto de descida de acordo com a ação da gravidade, favorecendo o escorregamento do solo.

Nas áreas com encostas mais íngremes, o solo é raso e a rocha fraturada está mais próxima da superfície. Quando chove, a água da chuva adentra as rachaduras facilitando os escorregamentos de rochas, que levam consigo o solo e a vegetação que estão sobre elas. Em regiões como sul de Blumenau (nos bairros Garcia, Progresso, Glória e Ribeirão Fresco), onde as rochas formam camadas dobradas, fraturadas e inclinadas, em áreas de vales fechados e com encostas íngremes, as possibilidades de escorregamentos são bem maiores. (AUMOND et al, 2009. p. 29)

Nos rios, a vazão de água provoca, dentre outros fenômenos, a erosão e queda das margens. Quando ocorrem as chuvas intensas, em virtude das subidas e descidas constantes do nível de água, estes fenômenos são mais frequentes.

Outro fator significativo no escoamento ou no movimento da água é a vegetação. Como visto nos aspectos históricos da região do vale do Itajaí (2.1), a região vem sendo colonizada e explorada desde o século XIX. Muitas áreas foram

desmatadas em virtude de atividades econômicas: criação de animais, agricultura extração madeireira etc..

Várias destas áreas ainda foram, posteriormente, objeto de programas de recuperação, gerando uma vegetação secundária que modifica o ambiente, ou seja, afetando o ecossistema da região. Em outras palavras, a vegetação primária é fundamental na fixação do solo às encostas, em virtude das maneiras com que esta fixa suas raízes. Quando a vegetação é destruída, ou seja, quando árvores e outras plantas são cortadas, suas raízes morrem e apodrecem, fazendo com que a água infiltre nos locais deixados por estas raízes e, conseqüentemente, fragilizando o solo. Quando a vegetação é recuperada, gerando a chamada vegetação secundária, é necessário muito tempo para que a vegetação retome suas funções diversas.

Além das características naturais da região do vale do Itajaí, sua exploração, seja com o uso de áreas de pastagens, ou de plantios de bananeiras, eucaliptos, palmeiras etc. com desmatamentos e uso de agrotóxicos, contribuiu ao longo dos anos na formação de um solo frágil, vulnerável aos fatos “novos” que marcaram as enchentes de 2008 que são os deslizamentos de terra.

No que concerne às inundações em áreas urbanas, pode-se facilmente identificar, além dos fatores naturais, a urbanização desordenada, desestruturada, transformando grandes áreas urbanas com solos altamente impermeáveis, sem infra-estruturas adequadas de drenagem da água.

No vale do Itajaí o crescimento populacional veio do processo de industrialização. O dito progresso, neste contexto, trouxe a esperança de oportunidades para diversas famílias que migraram para a região na busca por melhores condições de vida. A falta de condições de se obter moradias regularizadas, com infra-estrutura adequada, abrangidas pelo planejamento e serviços municipais, levou estas pessoas a ocupação irregular de morros, margens de rios e outras áreas características de áreas de preservação permanente (APP). Este problema cresceu ainda mais a partir da década de 90 em virtude do processo de automação e terceirização, que acabou gerando um acentuado desemprego na região do vale do Itajaí (SIEBERT, 2009).

Outros agravantes advindos desta urbanização são as quantidades de edificações e pavimentações de ruas. As necessidades de transporte de mercadorias e até mesmo de locomoção utilizando-se caminhões e automóveis faz as comunidades exigirem do poder público pavimentações de vias públicas.

Com a impermeabilização da superfície do solo por construções ou pavimentação ocorre a redução da capacidade de infiltração da água. O adensamento urbano está diretamente relacionado ao aumento rápido das vazões, sobrecarregando o sistema de drenagem e provocando inundações bruscas e danosas (TACHINI; KOBAYAMA; FRANK, 2009. p. 98).

Desta forma, fica evidente que o crescimento populacional alinhado ao processo desordenado de urbanização interfere diretamente na ocorrência de inundações, em virtude de contribuir significativamente na impermeabilização do solo.

Estas características não são privilégios da região do vale do Itajaí, em todo o país observa-se uma cultura de não preocupação com estes aspectos. Prova disso é que várias cheias e inundações estão ocorrendo em muitas cidades do país, chamando a atenção de todos e levando a população a indagações acerca de questões ambientais e de políticas públicas. Exemplo mais evidente disso foram as enchentes ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, no mês de abril de 2010.

2.3 Mas o que de fato aconteceu em novembro de 2008?

Para compreender de forma sintética o que ocorreu em novembro de 2008 é importante destacar na dissertação duas partes distintas: as inundações e os deslizamentos de terra.

Em primeiro lugar, acerca das inundações, é preciso considerar que estas podem ser provocadas pela elevação das águas, de maneira mais lenta, em virtude das precipitações e de outras condições naturais, geralmente em regiões marginais a estes rios. Estas são até consideradas freqüentes na região do vale do Itajaí. Porém existe um outro contexto a ser considerado, que são as inundações provocadas por chuvas intensas e concentradas, que provocam rápidas elevações nos níveis de água. Este tipo de inundação, conhecido como enxurradas, em virtude da rapidez, tem um poder destrutivo muito elevado.

As enxurradas, em virtude da velocidade da água com seu elevado poder destrutivo, desloca desde sedimentos diversos a objetos como veículos e outros destroços de imóveis etc..

A intensidade das chuvas registradas em novembro de 2008 foi tamanha e tão extensa territorialmente que atingiu mais de 60 Municípios e cerca de 1,5 milhões de pessoas.

No evento hidrometeorológico de novembro de 2008, tivemos, sem distinção dos municípios atingidos, a ocorrência de inundações bruscas em grandes extensões dos cursos d'água [...]. Estes eventos foram desencadeados por precipitações que chegaram a 250 mm em um dia [...], em grande extensão do médio vale e da foz do rio Itajaí. A intensidade e a extensão das inundações bruscas foram tamanhas que elas provocaram as enchentes dos rios Itajaí-açu e Mirim no seu baixo curso. (TACHINI; KOBIYAMA; FRANK, 2009. p. 97)

Estes fatos revelaram a vulnerabilidade da região do vale do Itajaí, principalmente médio vale e foz do rio Itajaí, em relação à incidência de enchentes e enxurradas. Esta situação pode ser melhor visualizada na figura 6, abaixo:

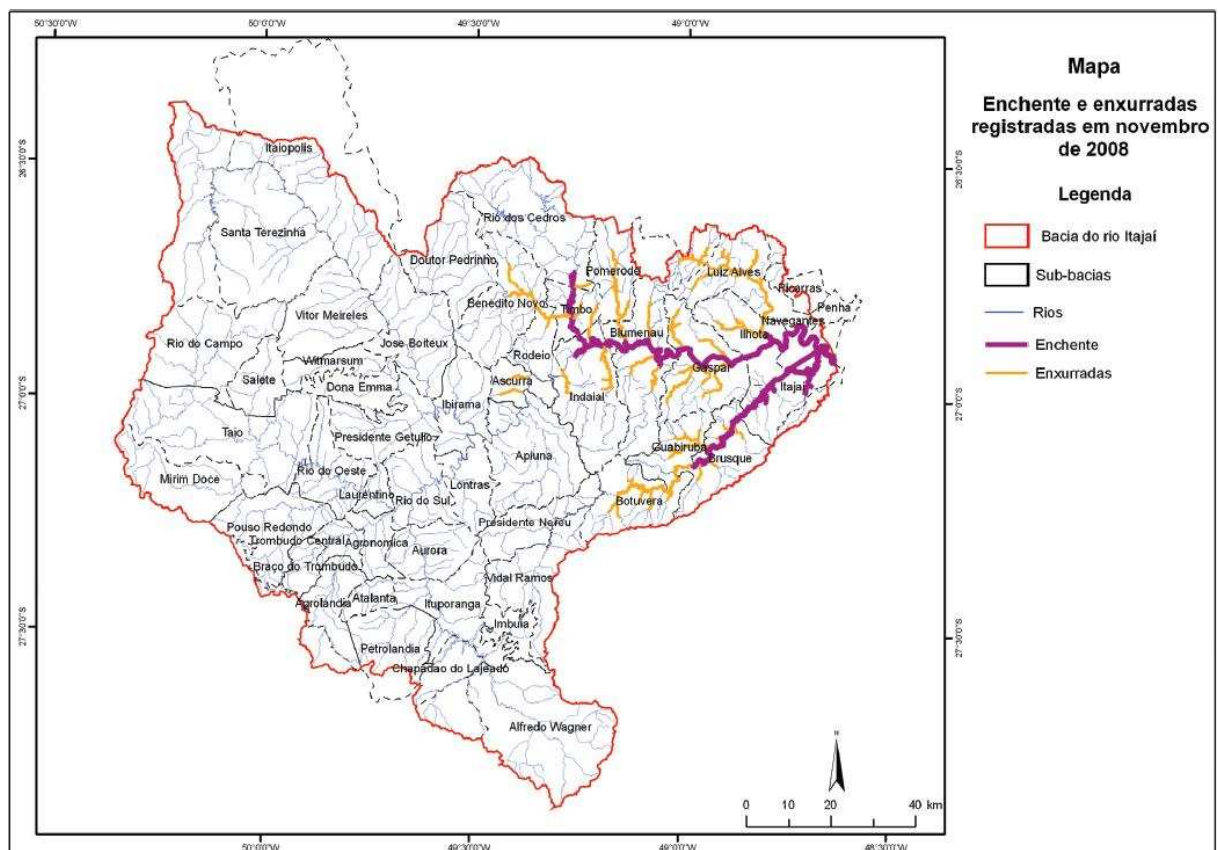


Figura 7. Rede hidrográfica da bacia do Itajaí e cursos d'água em que foram registradas enxurradas e enchentes.

Fonte: Tachini; Kobiyama; Frank (2009)

O outro segmento dos desastres ocorridos em novembro de 2008 em Santa Catarina são os deslizamentos de terra. Os deslizamentos de terra são formas de movimento gravitacionais de massa, que envolvem o desprendimento e transporte de solo e/ou material rochoso. Esses movimentos podem ocorrer lentamente durante anos ou podem acontecer em questão de minutos. A força dos deslizamentos pode fazer casas desabarem, represar rios e destruir cidades inteiras. Embora a ação da gravidade sobre encostas íngremes seja a principal causa dos deslizamentos de terra, existem outros fatores em ação, dentre eles, a ocorrência de fortes chuvas (causa natural) e cortes na base da encosta, no meio e no topo para a construção de estradas, residências, indústrias etc. (intervenção humana). (AUMOND; SEVEGNANI, 2009)

As corridas de massa, em geral, ocorrem após longo período de chuvas, seguidas de eventos de precipitação intensa. Com o encharcamento do solo, ele perde sua estrutura e coesão e desequilibra-se iniciando movimento gravitacional encosta abaixo. A perda da coesão e o acréscimo de água provocam liquefação da massa do solo, que passa a fluir encosta abaixo, levando consigo tudo que encontra pelo caminho, podendo, inclusive se transformar em corrida de detritos (AUMOND; SEVEGNANI, 2009, p. 80).

Desde o ano de 1852 há registros de cheias na região do vale do Itajaí, foram várias ao longo dos anos, 69 registradas em Blumenau, porém os deslizamentos são algo recente e levaram a população a diversos debates e estudos sobre os fatos, principalmente no que concerne à ocupação e ao desmatamento das áreas de várzea.

O caráter destrutivo dos deslizamentos chamou a atenção da população, da mídia regional, nacional e internacional, além dos órgãos públicos e privados diversos, pesquisadores etc..

O desastre de novembro de 2008 conjugou quatro causas imediatas: topografia acidentada; geologia frágil; precipitação intensa e prolongada que saturou o solo; e ocupação desordenada. As três primeiras são causas naturais, a ocupação desordenada é uma ação

humana. A precipitação intensa, o grande dilúvio, foi o agente detonador que fez explodir a bomba relógio [...]. (SIEBERT, 2009, p. 49)

É importante salientar que uma parcela da geologia frágil tem influência da ocupação humana, com o desmatamento e, em determinadas áreas, recuperação (vegetação secundária), influenciando significativamente na fragilidade geográfica da região, conforme visto neste capítulo (2.2).

Contudo, não é objetivo desta pesquisa detalhar de forma analítica aspectos técnicos causais dos desastres ocorridos, mas apresentar uma contextualização com informação técnico-científica que contribua quanto à compreensão das representações sociais do Comitê do Itajaí acerca das políticas públicas na região.

Neste contexto, embora as entrevistas sejam tratadas no capítulo 4, parece plausível abrir um espaço para uma breve abordagem de algumas respostas dos membros do Comitê do Itajaí acerca do que aconteceu em novembro de 2008. Perguntou-se a cada membro do Comitê: Em sua opinião, o que aconteceu em novembro de 2008 e por que aconteceu?

De acordo com o entrevistado E1, o que houve foram eventos trágicos causados pela ingerência ou negligência principalmente de gestores públicos.

Trecho da entrevista com o entrevistado E1:

Como eu acompanhei nos meios de comunicação [...], uma coisa que ficou clara: ou poderia chamar de ingerência ou negligência, porque a situação está lá, aquela ocupação desorganizada, desordenada, por muito tempo os governos ainda continuam dando concessões nessas áreas, então eu vejo como uma ingerência ou negligência.

O entrevistado E2 também procura atribuir os fatos à gestão pública, porém não menciona negligência e, sim, falta de planejamento.

Trecho da entrevista com o entrevistado E2: “Falta de planejamento, de visão estratégica de gestão pública [...]. Mais de 90 % das áreas que deslizaram foi porque estavam ocupadas ou já tiveram algum tipo de intervenção [...]”.

Ainda no contexto de responsabilização do Poder público, o entrevistado E9 afirma que os eventos são resultados de causas naturais somados a intervenção humana, porém menciona a ausência dos governos na questão.

Trecho da entrevista com o entrevistado E9:

Para mim, foi o resultado da união entre eventos naturais e intervenção humana, que cada vez mais proporciona eventos catastróficos como é o caso das enchentes de 2008. Fortes chuvas somadas a exploração e ocupação irregular do solo. Acho que houve ausência do poder público quanto ao problema das enchentes. Agora em 2010 o Governo do Estado lançou o Plano de Prevenção e Mitigação. Claro que o plano é importante e, executá-lo é mais ainda, mas por que não se fez antes?

Visão semelhante é apresentada pelo entrevistado E12, que define a soma de motivos, mencionando a ausência do poder público.

Trecho da entrevista com o entrevistado E12:

A região do vale do Itajaí está meio que acostumada com cheias e inundações, porém catástrofes do tipo não são tão comuns. Bom, até onde sei, a região é suscetível a estes acontecimentos devido a suas condições geográficas, porém acho que não é só isso. As ações humanas (asfalto em todo lugar, ocupações de morros e encostas) influenciaram diretamente, principalmente na dimensão dos fatos. A superfície das áreas urbanas está praticamente impermeável, ou seja, a água não tem pra onde ir. No que diz respeito aos deslizamentos, é sabido que quando o homem desmata ou interfere nestas áreas o solo fica frágil, aí é só aplicar a lei da gravidade. Porém, tudo isso somado a um poder público ausente, preocupado em realizar obras rápidas e superficiais que lhes proporcionem votos deu ao evento as proporções vistas.

O entrevistado E11 também possui uma visão semelhante, porém, ao invés de citar o poder público, utiliza o termo políticas públicas.

Trecho da entrevista com o entrevistado E11:

Pra mim, foi uma combinação de diversos fatores: as fortes chuvas ocorridas em novembro de 2008, juntamente com uma região com características que propiciam acontecimentos deste tipo, ocupações totalmente irregulares [...] e uma ausência de políticas públicas voltadas para este tipo de problema.

O entrevistado E7 define os fatos, em um primeiro momento, como fenômenos naturais, porém atribui parte da responsabilidade à população e parte aos órgãos públicos.

Trecho da entrevista com o entrevistado E7:

Acho que o forte volume de chuva, acima do normal, provocou os acontecimentos. Claro que a população é também culpada pela falta de consciência, eles ocupam áreas de risco e só pedem asfalto nas ruas etc., mas o poder público deveria trabalhar esta conscientização da população, fiscalizar mais para evitar aquelas ocupações nos morros e nas encostas.

O entrevistado E8 define os acontecimentos como “[...] fenômenos naturais extremos que atingiram o nosso estado que estava e ainda está despreparado para estes tipos de acontecimentos”. O entrevistado E3 também define os acontecimentos como fenômenos naturais, porém afirma a necessidade de discutir mais acerca dos fatos criticando: “o problema é que sempre só quando acontecem casos assim é que se discute, depois apenas se volta a discutir quando acontecer novamente”. O entrevistado E3 refere-se à população em geral. Pode-se perceber uma crítica semelhante no discurso do entrevistado E9 supracitado, ao se referir ao Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais, elaborado pelo Governo do Estado.

O entrevistado E4 tem uma visão dualista: de um lado os aspectos naturais e de outro lado a intervenção humana.

Trecho da entrevista com o entrevistado E4:

O que aconteceu e se repetiu foi uma ocorrência cíclica no Vale do Itajaí. Naquele ano, mais especificamente, verificou-se a ocorrência de um volume excepcional de chuva, num curto período, tendo resultado nos deslizamentos, devido às características do ambiente local (solo), associado com a intervenção humana (cortes de morros); em muitos locais. Infelizmente, não existe forma de prever este tipo de ocorrência, exceto para o caso de previsão climática por parte do Serviço de Meteorologia.

A mesma linha de pensamento pode ser observada no entrevistado E13, que afirma:

No meu entender, até como vários estudos demonstram, a região já era suscetível a ocorrências do tipo, tanto por fatores geográficos quanto por fatores relativos à exploração e ocupação humana. A junção destes fatores com as fortes chuvas provocou a catástrofe que vimos.

Uma visão dualista também é apresentada pelo entrevistado E5, porém com pesos diferenciais, ou seja, de um lado os fenômenos naturais e de outro lado o uso da terra e ocupações irregulares, porém atribui à intervenção humana a dimensão de catástrofe.

Trecho da entrevista com o entrevistado E5:

Diversos fatores podem ser levantados como causa do acontecimento de 2008. No meu ponto de vista as ocupações irregulares e o uso do solo de maneira leviana deram ao evento a dimensão de catástrofe. A população estava, infelizmente, acostumada com as cheias, mas os deslizamentos não faziam parte do histórico recente da região.

O entrevistado E6 também coloca em evidência a junção de fenômenos naturais e fatores que sujeitam a região a este tipo de ocorrência:

Na verdade o que acontece é um pouco de tudo, quando ocorrem fenômenos intensos e você tem as condicionantes, a junção destes dois fatores provocam os desastres. Choveu intensamente muito além do normal, e a região já era extremamente frágil por motivos diversos, estes dois fatores levaram ao desastre ocorrido.

Esta visão também é apresentada pelo entrevistado E10, que afirma:

[...] vejo da seguinte forma: desde o início do processo de colonização da região, o homem vem interferindo significativamente na natureza, explorando o solo, desmatando, modificando etc.. Tudo isso deixou a região, ao longo do tempo, frágil a este tipo de situação. Porém penso também que o que ocorreu não foi apenas por causa disso. As enchentes obviamente foram resultados das chuvas torrenciais que, somadas à fragilidade da região, tomaram tal proporção. Neste evento, apareceu também a figura do deslizamento de terra. Neste caso, penso que é consequência da exploração e ocupação irregular de morros, encostas etc.. Áreas estas que deveriam ser de preservação permanente.

Contudo, identificam-se nos discursos dos entrevistados, nesta questão, três pontos relevantes: eventos naturais, intervenção humana e ausência do poder público. Pode-se perceber que, dos 13 (treze) entrevistados, todos, de forma direta

ou indireta, alinham a idéia de que os fatos se deram devido a causas naturais somados a intervenção humana. Outro fator relevante é que, destes entrevistados, 06 (seis) atribuem grande parte da responsabilidade ao poder público, citando negligência, ingerência, falta de planejamento, visão de gestão, ausência etc.. Destes últimos, 04 (quatro) pertencem ao grupo “usuários da água”, 01 (um) faz parte do grupo (população da bacia) e 01 (um) representa o grupo “órgãos públicos”. Importante ressaltar que, destes seis, nenhum faz parte da Diretoria do Comitê. Cabe salientar que isso não significa que os membros da diretoria não responsabilizam o poder público.

Entretanto, o que se deve extrair desta parte da pesquisa é o entendimento dos fatos ocorridos em novembro de 2008. Neste contexto, foi possível visualizar que, tanto nas fontes bibliográficas pesquisadas quanto nas entrevistas com os membros do Comitê, que os desastres se deram devido a três fatores principais: eventos naturais atípicos (chuvas intensas e prolongadas), formação do relevo do vale do Itajaí (fator natural estrutural) e intervenção humana. No que concerne ao poder público, este não causou diretamente os desastres. Na verdade a intervenção humana citada é que pode ter acontecido em virtude de uma possível omissão do poder público ao longo dos anos no que concerne à elaboração e implementação de políticas públicas de fiscalização em prol da não ocupação de áreas de preservação permanente, encostas e morros, políticas públicas específicas de prevenção de desastres, de uso do solo, de meio ambiente em geral etc..

CAPÍTULO 3

Comitê do Itajaí: democracia e gestão dos recursos hídricos

Conforme visto no item 2.1 a colonização do vale do Itajaí inicia-se a partir da criação da colônia de Blumenau no ano de 1850. Esta colonização possui ligação direta na utilização do rio Itajaí-açu, seja para o consumo, seja para o transporte (tanto de cargas quanto de passageiros) ou para a exploração de áreas para agricultura etc..

Conforme visto também no capítulo 2, ao longo destes anos várias cheias e enchentes foram registradas na região do vale do Itajaí, trazendo prejuízos enormes à população da região, fazendo com que muitos perdessem casas, móveis, lavouras, animais etc..

Em 1934 foi instituído o Decreto Federal 24.643, conhecido como Código das Águas, constituindo-se na primeira tentativa legal de estabelecer o direito legal de propriedade e de exploração dos recursos hídricos para o consumo, usos industriais agrícolas etc., para a navegação e, neste momento, com uma preocupação especial para com a geração de energia (NOVAES; JACOBI, 2002).

No vale do Itajaí o problema das cheias e enchentes ainda eram uma constante. Estes fatos levaram a população a indagações ao longo dos anos sobre como conviver com estes fatos ou se existiria alguma forma de intervenção para a resolução destes problemas.

Em um primeiro momento, houve o entendimento de que obras de engenharia (barragens em diversos afluentes do rio) seriam a solução para o problema, uma vez que a água ficaria retida em reservatórios, evitando o alagamento dos locais com cotas mais baixas ou das suas margens. Foram construídas então três barragens (em 1973, 1975 e 1992) pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Contudo, esta ação não se mostrou suficiente para evitar os efeitos das grandes enchentes de 1983 e 1984. (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2010)

A partir dos anos 90 estes sistemas de contenção de cheias foram aos poucos sendo esquecidos pelo poder público fazendo com que algumas entidades representativas de classe se mobilizassem para discutir e desenvolver possíveis soluções para estes problemas (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2010).

A Constituição Federal de 1988 determina a criação de um sistema nacional de gestão de recursos hídricos. Porém, a Carta Magna também dividiu o domínio da água entre estados e União, promovendo um profundo processo de transformação institucional no Brasil. Desta forma, entre 1991 e 1997, 14 estados criaram legislações sobre recursos hídricos com a criação de comitês participativos de bacia hidrográfica e da cobrança pelo uso da água.

Contudo uma das maiores mudanças na gestão dos recursos hídricos no Brasil ainda estava por vir. Em janeiro de 1997, a união aprova a Lei nº. 9.433/97, que ficou conhecida como lei das águas e se originou de esforços de diversos setores envolvidos na gestão de recursos hídricos. A respeito desta lei, Novaes e Jacobi afirmam:

[...] Tal Lei estabeleceu um marco fundamental na implementação dos comitês de bacia no Brasil, ao instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos e criar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Este Sistema é integrado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (instituído em 1998), pelos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, pelos órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e municipais de recursos hídricos, pelas Agências de Água e pelos Comitês de Bacias Hidrográficas. Como continuidade deste processo, foi criada em julho de 2000 a Agência Nacional de Águas (ANA), com a missão de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.(NOVAES; JACOBI, 2002. P. 4)

Com o advento da lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a água passou a ser tratada como um recurso limitado, constituindo-se uma outra mentalidade no que concerne aos recursos hídricos no Brasil. Além disso, a referida lei propõe uma espécie de politização dos recursos hídricos, envolvendo a participação democrática da sociedade no gerenciamento destes recursos. A lei criou os comitês de bacia como espaços de participação e deliberação social no gerenciamento dos recursos hídricos. Na região do Vale do Itajaí, esse gerenciamento é realizado pelo Comitê do Itajaí.

Principalmente após as enchentes ocorridas na região de Blumenau em 1992, iniciou-se uma mobilização dos municípios atingidos em relação às barragens, reivindicando o término das obras da barragem Norte e, posteriormente, reivindicando a responsabilidade e manutenção das barragens Norte, Oeste e Sul,

que após a extinção do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), em 1990, estavam a cargo do governo estadual. Houve uma forte pressão no sentido de que o Governo Federal reassumisse a responsabilidade pelas barragens (IGLESIAS, 2005). Em maio de 1995, por iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB), surge o embrião para a formação do Comitê do Itajaí.

Para tratar do processo de instituição e instalação desse organismo, foi formado um grupo de trabalho pró-comitê, com representantes das seguintes organizações: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), ACIB, Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul (ACIRS), Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e Universidade Regional de Blumenau (FURB). (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2010)

Como resultado desta articulação regional e com base na política estadual de recursos hídricos, criou-se o Comitê do Itajaí, através do Decreto Estadual nº. 2109/97, mesmo ano do advento da supracitada “lei das águas”. Contudo foi necessário criar um regimento para o Comitê definindo analiticamente as atribuições, responsabilidades e sua composição. Desta forma, o Comitê do Itajaí só foi realmente instalado em março de 1998.

O objetivo do Comitê é promover a articulação de ações de defesa contra secas e inundações e de garantia de fornecimento de água adequada para todos os usos. O Comitê é formado por um conjunto de pessoas que representam organizações públicas e privadas que defendem os interesses dos diversos atores sociais envolvidos na utilização e conservação dos recursos hídricos na Bacia do rio Itajaí (COMITÊ..., s/d).

Sua abrangência, ou seja, os municípios que compõem a Bacia se constituem em um total de 50 (cinquenta) e são definidos em seu regimento conforme segue:

- | | | |
|-------------------|-----------------------|---------------------|
| 1. Agrolândia | 7. Aurora | 13. Chapadão do |
| 2. Agronômica | 8. Benedito Novo | Lageado |
| 3. Alfredo Wagner | 9. Blumenau | 14. Dona Emma |
| 4. Apiúna | 10. Botuverá | 15. Doutor Pedrinho |
| 5. Ascurra | 11. Braço do Trombudo | 16. Gaspar |
| 6. Atalanta | 12. Brusque | 17. Guabiruba |

18. Ibirama	29. Mirim Doce	40. Rio do Sul
19. Ilhota	30. Navegantes	41. Rio dos Cedros
20. Imbuia	31. Penha	42. Rodeio
21. Indaial	32. Petrolândia	43. Salete
22. Itaiópolis	33. Piçarras	44. Santa Teresinha
23. Itajaí	34. Pomerode	45. Taió
24. Ituporanga	35. Pouso Redondo	46. Timbó
25. José Boiteux	36. Presidente Getúlio	47. Trombudo Central
26. Laurentino	37. Presidente Nereu	48. Vidal Ramos
27. Lontras	38. Rio do Campo	49. Vitor Meireles
28. Luís Alves	39. Rio do Oeste	50. Witmarsum

As vagas ou cadeiras são definidas no regimento do Comitê e, estas, ao longo dos anos, foram sofrendo alterações, aprovadas em assembleias, visando garantir a participação da maneira mais democrática possível. Os pretendentes se candidatam a uma cadeira no Comitê e estes ficam sujeitos aos critérios de escolha pré-estabelecidos em deliberação do Comitê em assembleia geral. De acordo com o regimento, os mandatos são de dois anos e as novas eleições far-se-ão na primeira assembleia geral ordinária dos anos pares mediante votação secreta.

Os membros são representantes de indústrias, comércio, agricultura, associações de municípios, municípios, câmaras de vereadores, organizações não governamentais, órgãos dos governos etc., que buscam discutir e definir políticas públicas sustentáveis relativas à Bacia do rio Itajaí e que atendam os diversos interesses.

Para tanto, a estrutura atual do Comitê de Bacia do Itajaí se compõe 50 membros e seus respectivos suplentes. Estes membros estão divididos em três grupos distintos:

- Usuários da água;
- População da bacia;
- Órgãos públicos.

O grupo *usuários da água* compreende 20 representantes de diversos usos tais como abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos, drenagem e

resíduos sólidos urbanos e industriais, hidroeletricidade, captação industrial e diluição de efluentes industriais, agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura, navegação e atividades portuárias pertinentes, lazer e recreação, mineração, transporte rodoviário e outros usos.

Atualmente os membros que compõem o grupo *usuários da água* são representantes das seguintes instituições:

1. SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau;
2. SEMASA - Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infra-estrutura de Itajaí;
3. CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
4. SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto Brusque;
5. Consórcio Intermunicipal Serra São Miguel;
6. Consórcio Empresarial Salto Pilão;
7. CEESAM Geradora S/A;
8. Estação Indaial Energética S/A;
9. CELESC Geração S/A;
10. CRAVIL - Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí;
11. Industrial e Agrícola Rio Verde Ltda.;
12. SIMMMERS - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul;
13. Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ibirama;
14. SINTEX - Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem e do Vestuário de Blumenau;
15. ACII – Associação Empresarial de Itajaí;
16. ACIRS – Associação Empresarial de Rio do Sul;
17. Unidade Secadora e Armazenadora de Cereais Voltapinho;
18. Sociedade Armazenadora de Cereais Mirim Doce;
19. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agrônômica;
20. Associação de Aquicultores de Braço do Trombudo.

O grupo *população da bacia* também está representado por 20 membros distribuídos da seguinte forma: 6 representantes de poderes executivos municipais, 4 representantes de poderes legislativos do estado e municípios, 5 representantes

de associações comunitárias e entidades de classe, 4 representantes de universidades e outros entes relacionados ao ensino superior e ao desenvolvimento tecnológico e associações especializadas em recursos hídricos e, por fim, 1 membro de comunidades indígenas.

Atualmente a estrutura do grupo *população da bacia* é composta por representantes das seguintes entidades:

1. AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí;
2. AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí;
3. AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí;
4. CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí;
5. FAMAI - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí;
6. Prefeitura Municipal de Taió;
7. Câmara Municipal de Benedito Novo;
8. Câmara Municipal de Trombudo Central;
9. UCAVI - União das Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí;
10. Câmara Municipal de Ibirama;
11. ACAPRENA - Associação Catarinense de Preservação da Natureza;
12. CEMEAR - Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais;
13. Comissão Pastoral da Terra;
14. Fundação Praia Vermelha de Conservação da Natureza;
15. Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina;
16. ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental;
17. ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos;
18. FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau;
19. UNIFEBE - Centro Universitário de Brusque;
20. Comunidade Indígena.

Já o grupo *órgãos públicos* compreende 10 membros representantes eleitos entre os órgãos da administração pública estadual e federal atuantes na bacia e que estejam relacionados com os recursos hídricos.

Atualmente este grupo é formado por membros que representam as seguintes entidades:

1. ALESC - Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
2. CEF - Caixa Econômica Federal;
3. DEINFRA - Departamento de Infra-Estrutura;
4. EPAGRI - Estação Experimental de Itajaí;
5. EPAGRI – Gerência Regional de Ituporanga;
6. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama;
7. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itajaí;
8. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió;
9. SDS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável;
10. FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

O comitê possui duas câmaras técnicas, que produzem trabalhos paralelos constantes de caráter técnico-científico acerca de questões específicas: A Câmara Técnica de Planejamento – CT Plan, e a Câmara Técnica de Prevenção de Desastres Naturais – CT Prevenção.

A Câmara Técnica de Planejamento foi criada pela resolução nº. 19/2004, tendo por objetivos a elaboração de proposta da política de recursos hídricos para a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, elaborar o termo de referência para o plano de recursos hídricos e captar recursos para o desenvolvimento do plano.

A Câmara Técnica de Prevenção de Desastres Naturais, que anteriormente era denominada CT-Cheias, foi criada pela resolução nº. 27/2005, para coordenar o sistema de prevenção de cheias da bacia do Itajaí. Após as enchentes ocorridas em Santa Catarina em 2008, os trabalhos da “CT-Cheias” foram influenciados e, intensificados, através da resolução nº. 37 do Comitê do Itajaí, inclusive com algumas modificações regimentais e de participação, além da mudança de nome para “Câmara Técnica de Prevenção de Desastres Naturais”.

Contudo, este pesquisador participou de assembleias gerais, reuniões da diretoria do Comitê e realizou entrevistas, conhecendo melhor os representantes, observando sua atuação, engajamento, profissão, formação etc.. Neste contexto, foi possível observar o alto nível de conhecimento técnico entre os membros do Comitê acerca de questões ambientais, direito, administração, economia etc., sendo uma grande parte dos membros especialistas e doutores. Por outro lado, o senso comum também está presente nas discussões, nas quais representantes das comunidades do entorno da bacia defendem seus interesses, levando em consideração questões

sociais e não apenas técnicas e ambientais, tentando garantir não apenas o caráter democrático do Comitê, mas uma junção dos saberes na busca de soluções para os problemas socioambientais nos quais o Comitê está envolvido. Esta observação pode-se confundir com o pensamento complexo tratado no capítulo 1, item 1.2 desta pesquisa, porém cabe ressaltar que o pensamento complexo não é uma estrutura ou um modelo de debate pré-formatado, mas sim, uma forma de se construir o conhecimento a partir da pluralidade de visões.

CAPÍTULO 4

Representações sociais dos membros do Comitê: reflexões e análises antes e depois das enchentes de 2008 em Santa Catarina

Neste capítulo, se concentram as análises das representações sociais dos membros do Comitê do Itajaí, procurando identificar como estas acontecem antes e depois das enchentes ocorridas em novembro de 2008 em Santa Catarina. Para melhor compreensão, o capítulo foi fragmentado em duas análises distintas: análise das representações sociais nas Assembléias Gerais do Comitê, através das atas destas (Apêndice I) e da observação do pesquisador enquanto presente em algumas destas assembléias e análise do impacto das enchentes e deslizamentos de terra nas representações sociais dos membros do Comitê acerca das políticas públicas da região do vale do Itajaí por meio de entrevistas semi-estruturadas.

4.1 Representações sociais nas Assembléias Gerais do Comitê

Os temas discutidos nas assembléias do Comitê do Itajaí são os mais diversos, incluindo desde regimentos, legislação ambiental, programas, premiações, planos estratégicos, conflitos, contenção de cheias, qualidade da água etc..

Desta forma, para fins de análise, foi necessária uma seleção de assuntos ou temas discutidos. Neste contexto, diante da diversidade de temas, em um primeiro momento foram destacados trechos das assembléias que contêm assuntos relacionados com enchentes e/ou deslizamentos de terra, conforme se pode observar no apêndice 1 deste trabalho. Em um segundo momento, foram estabelecidas algumas categorias visando melhor identificar assuntos específicos e facilitar a distinção entre as representações sociais dos membros do Comitê acerca de políticas públicas na região do vale do Itajaí. A análise foi dividida conforme segue:

- Prevenção e Controle de cheias;
- Contenção de cheias;
- Deslizamentos de terra;
- Articulações Políticas Intergovernamentais.

Para melhor entendimento desta categorização, entenda-se, neste trabalho, a categoria *prevenção e controle de cheias* como as ações relacionadas à previsão e monitoramento de cheias, monitoramento do volume de água dos rios bem como articulações relativas a previsões meteorológicas, telemétricas etc.. Já no que concerne à contenção de cheias, entendam-se as ações relativas à manutenção e/ou construções de infra-estruturas de barragens ou quaisquer outras ações que visam evitar que as cheias venham a ocorrer. Quanto aos *deslizamentos de terra*, entendam-se os movimentos de massa, que envolvem o desprendimento e transporte de solo e/ou material rochoso e, por fim, no que concerne às *articulações políticas intergovernamentais*, entenda-se as ações conjuntas entre governos tanto no âmbito dos municípios como com o governo estadual como a celebração de pactos, acordos, convênios etc., a partir do Comitê do Itajaí.

Estas categorizações representam o resultado de um processo de raciocínio indutivo do pesquisador, considerando tanto a teoria das representações sociais quanto a percepção de padrões na leitura de diversos dados singulares, visando distinções que facilitassem as análises com vistas a atingir os objetivos da pesquisa.

A propósito cabe observar o que dizem certos autores sobre o raciocínio indutivo:

As pessoas geram conclusões em situações problemas, tais como julgamentos de probabilidades, mesmo que as informações disponíveis possam ser incompletas ou fornecer poucas pistas. Isto é possível porque os indivíduos utilizam informações adicionais, relacionando a informação dada a outras fontes de conhecimento estabelecendo, por exemplo, cadeias de derivações indutivas. Assim, a informação proveniente de uma única fonte poderia se relacionar a outras fontes de conhecimento não explicitadas no problema. Essa estratégia, que caracteriza o raciocínio indutivo, possibilitaria produzir conclusões, mesmo na ausência de certeza absoluta sobre a veracidade de julgamentos (CASTILHO; JANCZURA, 2002. p. 1)

4.1.1. Prevenção e Controle de cheias

O Comitê do Itajaí foi criado em 1997, porém sua primeira assembléia geral ordinária foi realizada em 1998 em Blumenau, tratando basicamente da eleição e posse da diretoria do Comitê. No mesmo ano, na segunda assembléia realizada, o

presidente do Comitê, à época, Hans Prayon, representante da Associação Empresarial de Blumenau (ACIB), solicitou a inserção do tema “Sistema de Alerta de Cheias e Qualidade da Água” na pauta da assembléia que foi aprovada por unanimidade. Neste momento, nasce um embrião de política pública de prevenção e alerta de cheias no vale do Itajaí, com influência européia através da chamada “Missão Europa”³, que desperta o interesse de todos os membros à época. O resultado desta discussão inicial apareceu no ano seguinte, em 1999, com a primeira deliberação do Comitê do Itajaí: o “Pacto de proteção e controle de enchentes”⁴, do qual se originaram algumas ações, destacando-se a Semana da Água e o Programa de Recuperação da Mata Ciliar.

Na elaboração do Pacto supracitado começam a aparecer algumas importantes formas de representação, através de manifestações individuais durante a assembléia que tratavam, dentre outras, da ausência de determinado grupo, da importância de inclusão no pacto de alguns temas e da forma de implementação prática do pacto. Ainda em 1999, a primeira deliberação do Comitê, referente ao Pacto, foi aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).

Com relação à prevenção de cheias, com ações relacionadas ao Pacto, nos anos seguintes (2000/2001) as discussões ficaram limitadas à implementação do programa de recuperação das matas ciliares, com destaque para a aprovação e assinatura do protocolo de intenções. Na segunda assembléia geral ordinária do ano de 2001, fazia-se presente na ordem do dia a apresentação e discussão acerca do

³ Com a finalidade de conhecer técnicas modernas de prevenção de cheias, o Comitê do Itajaí promoveu uma viagem de estudos à Suíça e à Alemanha entre os dias 11 e 25 de outubro de 1998. Esta viagem ficou conhecida como Missão Europa e foi integrada por 12 pessoas, que visitaram órgãos federais e estaduais de obras, energia e água, institutos, prefeituras, empresas e comitês de bacia, todos atuantes nas bacias hidrográficas do rio Reno e afluentes. Entre as contribuições técnicas para aplicação na bacia do Itajaí, a Missão Europa trouxe como exemplos pequenas obras como bolsões de água de chuva, bacias de retenção de água, meandragem dos rios e faixas ciliares e revegetação da drenagem natural. Tais ações estavam se mostrando como alternativas viáveis e adequadas de controle de cheias, de conservação de estradas rurais e de reabastecimento do lençol freático, seguindo a premissa de que a água deve ser retida na bacia hidrográfica. (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2010)

⁴ Com os resultados da Missão Europa, o governo do Estado se dispôs a renegociar as bases do financiamento com o governo do Japão estabelecidas neste protocolo, e para tanto solicitou o pronunciamento do Comitê do Itajaí. O Comitê decidiu reunir os atores envolvidos em uma oficina de planejamento, orientada para definir as diretrizes para um plano de proteção e contenção de enchentes no Vale do Itajaí. Esta oficina ocorreu de 14 a 16 de junho de 1999, reunindo técnicos, políticos, representantes do Comitê, entre outros interessados, que identificaram as diretrizes para o plano que deveria embasar as negociações. A oficina gerou o Pacto de prevenção e controle de cheias, contendo as diretrizes a serem observadas na elaboração de quaisquer planos de prevenção e contenção de enchentes na bacia hidrográfica do rio Itajaí. O Pacto, aprovado em 13 de julho pelo Comitê do Itajaí, em Timbó, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos no ano seguinte. Durante muitos anos ele serviu ao Comitê do Itajaí como plano de recursos hídricos, dando origem a diversas ações na bacia hidrográfica, como a Semana da Água e o Programa de Recuperação da Mata Ciliar. Como documento orientativo para a proteção contra enchentes, entretanto, acabou sendo ignorado. (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2010)

Sistema de Prevenção e Controle de Cheias, porém esta ficou prejudicada em virtude da ausência dos órgãos que fariam a apresentação sobre a Rede Telemétrica.

Nos anos de 2002, 2003 e 2004 as discussões sobre controle e prevenção de cheias cessaram nas assembléias gerais. Cabe salientar que o programa de recuperação da mata ciliar continuou, com implementação na prática, porém também não aparece mais nas discussões do Comitê nestes anos.

Somente no ano de 2005, na 12ª assembléia geral extraordinária do Comitê do Itajaí, aparece novamente a preocupação com as cheias, através da discussão acerca da proposta de gestão do Sistema de Controle de Cheias do Vale do Itajaí e do Projeto da Rede de Monitoramento. As intenções eram de criação de uma rede de monitoramento articulada, sejam as telemetrias, as barragens, defesas civis, enfim, todos os agentes envolvidos, além de buscar trazer o controle das barragens e das redes de telemetrias para a região. Nesse sentido foi discutido um modelo de gestão através de um arranjo institucional. Nesse contexto é discutida a criação de uma Câmara Técnica de Controle de Cheias, que teria como função coordenar o sistema de prevenção e controle de cheias da bacia do Itajaí. A apresentação envolveu uma pré-definição de quais seriam os representantes que fariam parte desta Câmara Técnica, porém houve apenas uma manifestação acerca de maior regionalização das decisões na Câmara Técnica, a qual foi acatada e, assim, foi aprovada a criação de uma Câmara Técnica de Controle de cheias. Esta Câmara Técnica seria coordenada mediante um rodízio entre as defesas civis e denominada CT-Cheias.

Nos anos de 2006 e 2007, as discussões do Comitê não trataram de prevenções ou controle de cheias com exceção das vezes em que os representantes da CT-Cheias demonstraram, perante os membros do Comitê, as atividades por eles desenvolvidas.

No ano de 2008, na 20ª assembléia geral ordinária do Comitê (antes das enchentes e deslizamentos ocorridos) um dos itens da pauta tratou da modernização e ampliação da rede de monitoramento hidrometeorológico da Bacia do Rio Itajaí. O coordenador da CT-Cheias e diretor da Defesa Civil do município de Itajaí, Sérgio Burgonovo, assumiu a palavra para conduzir o tema e iniciou com um “desabafo”: “este ano completam-se 25 anos das enchentes de 83. Infelizmente a maioria dos administradores públicos do vale do Itajaí não compreendeu a importância da

criação da CT-Cheias e das defesas civis municipais”. Ele refere-se aos problemas enfrentados pela Câmara Técnica quanto à participação e apoio dos municípios, às ausências de defesas civis efetivas em vários municípios. Além disso, ele discursa acerca de vários outros problemas como recursos financeiros que haviam sido previstos e não foram repassados para a implementação e manutenção de programas, outros que foram repassados, mas não atendiam a necessidade real, além de problemas quanto à gestão do sistema de prevenção de cheias, manutenção das barragens, telemetrias etc., ou seja, segundo ele ainda havia muitas dúvidas quanto à delegação de responsabilidades.

Apesar de todo o “desabafo” do coordenador da CT-Cheias, foi solicitado por membros da diretoria do Comitê que todos focassem apenas o tema principal. Neste sentido o Comitê aprovou um encaminhamento solicitando que a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável incorporasse, no convênio que já existe com a FURB, um estudo sobre as alternativas de manutenção do sistema de alerta.

Após os acontecimentos catastróficos de novembro de 2008, e devido a estes acontecimentos, o Comitê do Itajaí participou, no âmbito do GTC (Grupo Técnico Científico, instituído pelo Decreto Estadual nº. 2.445/1317, de 13/07/2009), da elaboração do “Plano integrado de prevenção e mitigação de riscos de desastres naturais na bacia hidrográfica do rio Itajaí” e da negociação de um novo acordo de cooperação com a Japan International Cooperation Agency (JICA).

O referido Plano foi alvo de algumas discussões e informes para acompanhamento nas assembleias gerais do Comitê e, conforme previsto, o Plano foi elaborado entre o Governo do Estado em parceria com diversas instituições, dentre elas o Comitê do Itajaí.

Além disso, na 21ª Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 06 de agosto de 2009, foi informado que a Agência de Água está concluindo o desenvolvimento do Sistema de Alertas de Cheias, que é parte do sistema de informações apresentado ao Governo do Estado pela FURB para acompanhamento das quantidades de chuvas de dos níveis dos rios da Bacia.

4.1.2. Contenção de Cheias

No que concerne às ações e/ou discussões do Comitê do Itajaí para a contenção de cheias, em 1999, na 3ª assembléia geral ordinária, houve a inserção de tema relativo à contenção de cheias. Tratava-se de uma exposição da intenção do Governo do Estado de buscar o entendimento quanto à proposta para definição e elaboração do projeto de contenção de enchentes, partindo-se da adequação e reformulação do projeto elaborado pela JICA. De acordo com a exposição, órgãos como o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, organizações ambientais estruturadas na região e o Governo do Estado seriam o fórum que determinaria a melhor alternativa para atender aos interesses socioeconômicos da região face aos fenômenos das cheias.

Na 7ª assembléia geral ordinária do Comitê do Itajaí, realizada em Blumenau no ano de 2001, foi apresentado, dentre outros temas, aspectos gerais e problemáticos sobre as barragens. A apresentação foi procedida pelo representante do governo estadual engenheiro Luiz Braga Martins. Em sua apresentação, o engenheiro ressalta a importância de se discutir a responsabilidade e a cooperação para a manutenção das barragens e a importância das barragens para a contenção das cheias, dando destaque à barragem Norte, localizada no município de José Boiteux, afirmando que ela tem um fechamento estratégico porque conseguiu deter várias cheias em Blumenau. O representante do governo estadual ainda enfatizou o conflito com a ocupação indígena nas barragens causando algumas preocupações. Em seguida, a discussão se voltou para os aspectos financeiros, deixando de lado a discussão acerca das barragens, para tratar da cobrança pelo uso da água, que seria a fonte de financiamento de todas as ações do Comitê.

Um ano depois, em 2002, na 9ª assembléia geral ordinária do Comitê do Itajaí, outro representante do governo estadual apresentou um relatório sobre as operações das barragens. Enfatizou novamente os conflitos com a comunidade indígena. Nesta ocasião o cacique-geral da Reserva Indígena Duque de Caxias, Aniel Priprá, esclareceu os motivos da manifestação dos *Xokleng*⁵. Logo em seguida houve ainda manifestação em favor das comunidades indígenas por parte do representante da FUNAI no Comitê, que aproveitou para solicitar o apoio do Comitê às reivindicações indígenas. De acordo com a ata houve ainda várias manifestações acerca do tema, porém o documento não as detalhou.

⁵ Xokleng. Comunidade indígena que habita a região do médio e alto-vale do Itajaí. Ver capítulo 2, item 2.1 desta pesquisa.

Apenas em 2005 foram retomadas as discussões sobre as barragens no Comitê, mais especificamente na 14ª assembléia geral ordinária, realizada no município de Rio do Sul. Na ocasião foi discutido o projeto de estadualização das barragens, que teria o objetivo de facilitar e implementar políticas públicas colegiadas na manutenção e recuperação das barragens que fazem parte da bacia do Itajaí. Vários membros se manifestaram sobre o tema contribuindo com informações relevantes, levando o Comitê a aprovar um grupo de trabalho para o acompanhamento das manutenções das barragens na bacia do Itajaí.

Em 2007, o tema “barragens” retorna às discussões do Comitê por intermédio da, já criada, Câmara Técnica de Controle de Cheias (CT-Cheias). Representantes da CT-Cheias enviaram e apresentaram ao Comitê um pedido de moção a ser encaminhada aos governos estadual e federal, bem como alguns órgãos que compõem suas estruturas, tais como Ministério Público estadual e federal, FUNAI, polícia federal, DEINFRA etc.. A moção trata novamente sobre a questão da ocupação indígena nas barragens. De acordo com os documentos do Comitê, a última manifestação indígena na barragem Norte incluiu atos de depredação. A moção visa solicitar aos órgãos competentes o cumprimento dos acordos firmados entre estes e a comunidade indígena para que atos como o supracitado não venham a se repetir, colocando em risco não apenas o patrimônio público, mas as pessoas que vivem abaixo da barragem. De acordo com a ata, houve muita discussão sobre a questão, porém a ata do Comitê não detalha. Contudo, não apenas a moção foi aprovada como também foi feita uma solicitação de informações ao Governo do Estado e ao Ministério da Integração sobre o cumprimento dos acordos firmados entre estes órgãos e comunidade indígena.

4.1.3. Deslizamentos de terra

Como já dito anteriormente, os deslizamentos de terra são fenômenos mais recentes. Ficou evidenciado não apenas nos documentos do Comitê como também nas entrevistas realizadas com os membros do Comitê que os deslizamentos de terra nunca fizeram parte das discussões do Comitê até 2008, em virtude de ser um problema reconhecido recentemente, que fez parte dos acontecimentos de novembro de 2008, mas que não ocorreu nas enchentes anteriores. Porém, durante

os desastres de novembro de 2008 em Santa Catarina, estes eventos causaram estado de pânico na população em virtude do número de mortos e feridos. Além disso, estes deslizamentos passaram a acontecer em outros lugares do país e tomaram lugar de destaque nas principais notícias, representando um alerta geral no país principalmente quanto às ocupações irregulares de morros e encostas.

Nas discussões do Comitê a figura do deslizamento de terra só apareceu pela primeira vez após os desastres de novembro de 2008, na primeira assembléia após a catástrofe, em 2009. Na ocasião foi incluída na pauta da assembléia a discussão sobre a elaboração do código ambiental catarinense. Neste contexto é ressaltada a questão das Áreas de Preservação Permanente (APP). Afirmou-se que o código a ser aprovado não contempla as Áreas de Preservação Permanente urbanas. Em seu discurso Noêmia Bohn afirma:

Em relação às áreas de preservação permanente, não se fala nada sobre as APP urbanas. Se estamos regulamentando esse assunto é necessário saber como ficará essa questão, depois de termos vivenciado essa problemática que foi esse final de ano aqui no Vale do Itajaí, e em outros municípios do estado com as áreas de risco com ocupações inadequadas. Não é possível simplesmente passar uma borracha nessa questão, é preciso que isso seja abordado no código. (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2009)

A professora em seu discurso não utilizou a palavra deslizamento, porém ela comenta acerca da inclusão da questão das áreas de risco e ocupações inadequadas no Código Ambiental estadual, referindo-se a este novo fenômeno. A exposição da professora prosseguiu com outros assuntos pertinentes ao código bem como sobre o Movimento por um Código Ambiental Legal para Santa Catarina (MOVICAL). Neste momento, todos os interessados participam e propõem melhorias na proposta de código ambiental para o estado. O discurso termina com a votação pela adesão do Comitê ao movimento. A adesão foi aprovada com 03 (três) abstenções.

Ainda no que concerne às situações que tenham relação com deslizamentos de terra, na última Assembléia Geral Ordinária realizada em 2009 foi discutida uma moção sobre obras na Av. Beira Rio, no município de Blumenau. A moção deverá ser encaminhada às Prefeituras Municipais contendo orientação sobre a execução de obras às margens dos rios, tendo como exemplo o projeto denominado “margem

esquerda” do município de Blumenau, na qual este pleiteava recursos para execução de obras que modificariam a margem. Entretanto, o Ministério das Cidades exigiu um parecer do Comitê do Itajaí e este manifestou a necessidade de alterações no projeto, que não foram acatadas pelo respectivo município, resultando no cancelamento do projeto.

Neste contexto, vale salientar o avanço do Comitê do Itajaí em termos de intervenção em políticas públicas municipais, neste caso relativas à preocupação com os deslizamentos em encostas dos rios.

4.1.4. Articulações Políticas Intergovernamentais

No que concerne às articulações políticas intergovernamentais destaca-se o Pacto para a Prevenção e Controle de Cheias em 1999, que tratava diversos enfoques acerca de gestão e articulação intermunicipal para o controle das cheias. O pacto foi aprovado por unanimidade entre os membros do Comitê e posteriormente pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

As seguintes entidades participaram da oficina de trabalho que desenvolveu o Pacto: a Secretaria de Estado de Transporte e Obras (STO), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM), Departamento de Edificações de Obras Hidráulicas (DEOH), Fundação Amparo Tecnologia Meio Ambiente (FATMA), Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), Prefeituras Agrolândia, Brusque, Gaspar, Rio do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí (AEAVI) e a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI).

Em resumo o Pacto consiste na adoção das diretrizes estabelecidas na Oficina de Planejamento supracitada. As diretrizes são apresentadas na forma de linhas de ação inseridas dentro de 5 (cinco) eixos temáticos: conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural; gestão urbana para controle de enchentes, implantada em toda a bacia; gestão e controle na rede de drenagem;

implementação de educação ambiental na bacia hidrográfica; implementação de sistema emergencial.

O Pacto se converteu em um dos pilares das ações do Comitê, transformando-se, no maior norteador de suas ações, destacando-se algumas: criação da agência de água, em 2001; desenvolvimento de uma Semana da Água anual em todos os municípios, para sensibilizar as comunidades; criação do Programa de Recuperação da Mata Ciliar, etc..

Ainda no contexto de articulações políticas intergovernamentais destaca-se, como resultado do Pacto, a assinatura do protocolo de intenções do programa de recuperação da mata ciliar em 2001. O programa criado pelo Comitê do Itajaí teve o apoio unânime dos membros, sendo que muitos dos membros ofereceram apoio de corpo técnico e financeiro para o programa.

Em um primeiro momento o programa foi implementado, sendo que, de acordo com os documentos do Comitê, a experiência foi positiva, principalmente para os 10 (dez) municípios que apoiaram seus grupos de trabalho, entre 2002 e 2003.

Entre 2005 e 2007, por meio do Projeto Piava⁶, patrocinado pela Petrobras e executado pela Fundação Agência de Água, a metodologia original do PRMC foi aprimorada e disseminada. Nesse momento, 34 municípios se envolveram em ações de recuperação. O resultado evidenciou, segundo relatos de documentos, a importância do fortalecimento da ação local, sob responsabilidade dos municípios.

Atualmente o plano de bacia contém mecanismos para a implementação de programas municipais de recuperação da mata ciliar. O programa é constantemente discutido e avaliado em assembleias gerais do Comitê do Itajaí e chegou a um novo estágio. O programa está em fase de articulação com os municípios na prática. Por intermédio do Projeto Piava foi elaborada uma minuta de projeto de lei municipal para a implementação do Programa nos municípios. Desta forma, visitas estão sendo realizadas nos municípios e Secretarias de Desenvolvimento Regional com o intuito de implementação do Programa em nível municipal. Alguns municípios já

⁶ O Projeto Piava foi idealizado pelo Comitê do Itajaí e executado pela Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, com o objetivo de desenvolver uma política de proteção da água nos 52 municípios da bacia do Itajaí e fortalecer o processo de gestão participativa e integrada dos recursos hídricos. Foi elaborado em 2003 e submetido ao edital do Programa Petrobras Ambiental, sendo selecionado para um patrocínio de dois anos, entre maio de 2005 e julho de 2007. Pelos resultados alcançados no período, o patrocínio foi renovado por mais dois anos, entre junho de 2008 e maio de 2010. (COMITÊ DO ITAJAÍ, 2010)

aprovaram leis relativas ao Programa e, em outros, os projetos estão nas respectivas casas legislativas.

4.2 O impacto das enchentes e deslizamentos de terra nas representações sociais dos membros do Comitê acerca das políticas públicas da região do vale do Itajaí

Como visto na descrição das representações do Comitê no decorrer dos anos acerca das cheias, enchentes e deslizamentos evidenciadas principalmente nos documentos (atas de assembleias) do Comitê, aparentemente não houve mudanças significativas. Após os desastres as discussões do Comitê mantiveram uma postura linear acerca do Plano de Bacia. As discussões acerca do Plano de Bacia, em 2009, versaram basicamente sobre as metas de enquadramento dos rios (qualidade da água) e a cobrança pelo uso da água. A única mudança identificada nos documentos foi o comentário de Noêmia Bohn sugerindo a inclusão das áreas de preservação permanente urbanas na proposta de Código Ambiental Estadual, em virtude das áreas de risco e ocupações irregulares. Pela primeira vez foi feito um comentário no comitê que possui relação com os deslizamentos de terra, porém nas discussões do Comitê as mudanças nas representações se limitaram a este comentário.

Contudo, não é possível analisar os impactos das enchentes de 2008 nas representações sociais a partir tão somente das discussões do Comitê do Itajaí.

Para tal análise é preciso buscar estes impactos nas percepções individuais dos membros do Comitê. Para tanto foi necessário analisar as respostas dos entrevistados, separadamente, para que se pudesse visualizar as combinações e divergências de opiniões de cada membro, de cada grupo etc.. As perguntas selecionadas foram as seguintes:

- O(a) senhor(a) foi de fato surpreendido por aqueles acontecimentos? O(a) senhor(a) ou senhores membros do Comitê já haviam previsto algo semelhante?
- Comparando o período anterior aos acontecimentos com o posterior aos acontecimentos, o que mudou em sua visão (pessoal)?

- Em sua visão, mudou alguma coisa no foco, ou nas prioridades das discussões do Comitê, em razão das enchentes e deslizamentos ocorridos em Santa Catarina em novembro de 2008?
- O(a) senhor(a) propõe alguma mudança em termos de gestão, ideologia ou de política pública relevante?
- O que o governo estadual deveria ter feito antes dos acontecimentos? E o que o Comitê deveria ter feito?
- Quais as suas expectativas com relação a estes fatos? O(a) senhor(a) acredita que o Comitê conseguirá influenciar as políticas públicas estaduais e municipais para evitar a ocorrência de catástrofes do mesmo tipo?

Devido à quantidade de perguntas selecionadas e, conseqüentemente, a quantidade de respostas, pelo fato de serem 13 (treze) entrevistados, optou-se por fragmentar este item do capítulo por pergunta.

4.2.1. O(a) senhor(a) foi de fato surpreendido por aqueles acontecimentos? O(a) senhor(a) ou senhores membros do Comitê já haviam previsto algo semelhante?

Este questionamento procurou identificar se os membros em suas concepções individuais e se o Comitê do Itajaí como um todo, estavam cientes que desastres, como o de novembro de 2008 em Santa Catarina, pudessem acontecer.

Diante desta pergunta, os entrevistados responderam como segue:

Não, na verdade já tivemos em 1983 uma enchente que prejudicou muito a nossa empresa [...] e já existe aquela preocupação, então a gente já imaginava que isso pudesse vir a ocorrer. Sempre que começa a chover intensamente eu já começo a monitorar barragem, então eu já imaginava que isso pudesse vir a acontecer, não, é claro, na dimensão em que ocorreu [...]. Já dentro do Comitê nós não chegamos [...] a tocar nesse assunto nessa dimensão, até porque infelizmente aqui no Brasil apenas quando o problema surge é que se vai dar atenção, então a gente falava sobre cheias, mas como já era algo lá do início dos anos 80 e depois ocorreram algumas pequenas cheias, o pessoal acabou deixando para ser visto depois e acabou acontecendo isso que a gente já sabe. (Entrevistado E1)

Eu não esperava, claro que a gente vem vendo todo dia na televisão, é furacão aqui, é enchente aqui, é pedra demais ali, mas eu não esperava que fosse viver a enchente como eu vivi ali em novembro de 2008. Quanto ao Comitê, eu não ouvi a palavra previsão, mas desde que eu entrei no Comitê em 2006, sempre a questão da rede de telemetria, da contenção das barragens, volta e meia veio a tona, então foi uma discussão que inclusive motivou a criar o Comitê em 97, mas isso era constante dentro do Comitê [...], várias vezes o Comitê teve que bater na porta do Governo do Estado pra pedir ajuda, procurar fazer pactos, convênios para melhorar a rede de telemetria, e daí teve que acontecer essa desgraça toda mais uma vez. (Entrevistado E2)

Bom quando se participa de espaço como Comitê, isto não é mais surpresa, pois no Comitê em todo momento se discute problemas relacionados à água [...]. O problema é que sempre só quando acontecem casos assim é que se discute depois apenas se volta a discutir quando acontecer novamente, isto estou falando do povo em geral, mas quem participa de forma ativa no Comitê tem um melhor entendimento. (Entrevistado E3)

O entrevistado E4 afirma: “Infelizmente, não existe forma de prever este tipo de ocorrência, exceto para o caso de previsão climática por parte do Serviço de Meteorologia”.

A população estava, infelizmente, acostumada com as cheias, mas os deslizamentos não faziam parte do histórico (recente) da região. Não posso falar em nome do Comitê, mas eu não havia previsto nada daquele porte, talvez por falta de atenção ou percepção. Pois se estivesse atenta aos fatores que levaram ao acontecido - ocupações irregulares, excesso de chuvas, construções inadequadas, etc., poderia ter imaginado que algo assim aconteceria. (Entrevistado E5)

De certa forma, não. É óbvio que os acontecimentos me chocaram, é como se fossem 20 anos de trabalho em vão, que não serviram para nada. Mas as coisas do dia a dia vão tomando o nosso tempo e atenção e acabamos nos desvinculando um pouco disso tudo, mas de certa forma, eu sabia sim que poderia acontecer a qualquer momento, bem como o Comitê do Itajaí de uma maneira geral. (Entrevistado E6)

Tenho e tinha a consciência que enchentes voltariam a acontecer em virtude do poder público nada fazer para se prevenir, mas acho que ninguém esperava algo dessa magnitude, pelo menos eu não esperava. No Comitê, desde que faço parte, a CT cheias fala sobre as barragens e coisas do tipo, mas estes assuntos não eram

prioridades nas discussões das assembleias, eles ficam mais restritos aquele pequeno grupo técnico e poucas vezes foram trazidos para as assembleias. Acho que culturalmente aqui no Brasil as coisas precisam primeiro acontecer para depois se dar atenção. (Entrevistado E7)

Fui sim, há muitos anos que eu não via nada igual acontecer no Estado. Eu era criança quando ocorreram as enchentes de 1983 e 1984. De lá pra cá, sei que houveram algumas cheias, mas nada que se compare. Acho que o Comitê também foi. Até teve assembleia em que foi discutido sobre rede de telemetria, sobre barragens etc., mas não se falava na possibilidade de algo de tal magnitude. (Entrevistado E8)

As enchentes mesmo não me surpreenderam, pois eu acompanho bastante as previsões e os volumes dos rios e outros assuntos relacionados. A única coisa que me surpreendeu foi a dimensão dos eventos. A CT Cheias também acompanhava bastante e tinha essa preocupação, mas acredito que, assim como eu, não se previa algo nestas proporções. (Entrevistado E9)

Eu diria que sim e não. Não, porque na atualidade a todo o tempo nos deparamos com eventos deste tipo e até outros, resultantes da ação da natureza como consequência, as vezes direta e as vezes indireta, da ação humana. Mas sim, porque eu não estava esperando um desastre nestas proporções em Santa Catarina. Já o Comitê, existia a preocupação mais no início do Comitê, posteriormente as diretrizes do Comitê rumaram para a qualidade da água, visando recuperar e conservar os recursos hídricos da Bacia. (Entrevistado E10)

Bom, quem acompanha jornais, programas de TV com caráter técnico e científico vê, todos os dias, catástrofes acontecendo em todas as partes do mundo (é tsunami, é terremoto, é vulcão, é vazamento de petróleo, é enchente e deslizamento etc.). De certa forma, como já conhecemos o problema do vale do Itajaí quanto às cheias (principalmente na região de Blumenau), sabemos que isto pode acontecer. Lógico que é algo imprevisível de saber quando vai acontecer, ainda mais naquelas proporções. Então, acho que, de certa forma, fui surpreendido sim. Creio que o Comitê também não tenha previsto nada nesta proporção. Que o Comitê discute assuntos do tipo? Claro que sim, o pessoal da CT Cheias sempre procura nosso apoio quando verifica algum problema com as barragens etc., mas nas Assembleias do Comitê, que eu me lembre, nunca foi discutida a possibilidade de uma catástrofe desse porte. (Entrevistado E11)

Posso dizer que não. Claro que eu não tinha como saber quando e que seria de tal proporção, mas eu estava consciente que mais cedo

ou mais tarde seríamos atingidos por este tipo de evento. Quanto aos membros não sei. Nas discussões do Comitê até tratamos medidas de contenção e tal, mas de maneira mais por cima. (Entrevistado E12)

Fui, claro, em virtude da dimensão do evento, mas estava consciente que algo do gênero pudesse vir a acontecer. No vale do Itajaí, assim como em várias outras regiões do país, os governantes não têm dado atenção para políticas públicas ambientais e a população em geral também não. A cada dia se vê mais construções, desmatamento, obras que degradam o meio ambiente, tudo geralmente em prol de fatores econômicos etc.. Aí quando acontece um evento como as enchentes em Santa Catarina é que começam a se mostrar preocupados. Quanto ao Comitê, pode-se dizer que já previa algo semelhante, pois lá até tem uma Câmara técnica voltada para isso, ou seja, a preocupação sempre existiu, mas acho que não foi dada a atenção necessária. (Entrevistado E13)

No que concerne a estes dois questionamentos é importante evidenciar que estes possuem um caráter um tanto objetivo, ou seja, o entrevistado quando questionado se ele foi surpreendido ou se o Comitê foi surpreendido, obviamente as respostas, deverão iniciar com sim ou não. No entanto, quando o entrevistado complementa justificando sua resposta, estas possuem características subjetivas da individualidade de cada membro.

Desta forma, fica fácil identificar que as percepções individuais dos membros entrevistados acerca destes questionamentos apresentam dissenso. Pode-se dizer que houve um consenso de opiniões quanto à surpresa em relação às dimensões dos fatos, mas há uma grande diversidade quanto à surpresa dos membros em relação às enchentes, ou seja, uns disseram que sim e outros disseram que não. Neste aspecto as respostas remontam a individualidade de percepções dos entrevistados.

Cabe ressaltar que, mesmo não sendo equitativas as quantidades de entrevistados de cada grupo, ou dos que fazem parte da Diretoria ou não, pode-se perceber, no que concerne a este questionamento, uma similaridade nas respostas dos membros do grupo *órgãos públicos*, ressaltando a imprevisibilidade de ocorrências deste tipo.

Porém, foi interessante averiguar a segunda pergunta. Esta, assim como a primeira, possui certa objetividade facilitando a análise. Da mesma forma que a primeira pergunta houve um grande dissenso, só que esta representa a percepção

de cada membro sobre um mesmo objeto, ou seja, não se cada indivíduo foi surpreendido, mas sim, a percepção de cada indivíduo para afirmar se o Comitê de modo geral foi surpreendido ou não.

4.2.2. Comparando o período antes dos acontecimentos com o depois dos acontecimentos, o que mudou em sua visão (pessoal)?

Neste questionamento procurou-se identificar influências dos desastres de novembro de 2008 em Santa Catarina nas percepções de cada membro do Comitê do Itajaí.

Diante desta pergunta, os entrevistados responderam como segue:

[...] a gente tem acompanhado pelos meios de comunicação, e aquela velha questão: ocorreu o problema e aí é que se vai dar atenção, mas eu vejo como muito morosas as ações para atender as pessoas que foram atingidas, bem como as ações de prevenção e de verificação do porque ocorreu para trabalhar em cima [...].
(Entrevistado E1)

A princípio na resposta do entrevistado E1 não se identifica se houve ou não mudança na sua visão e suas percepções, porém o pesquisador, se valendo da observação e combinação de respostas, identificou que o entrevistado já tinha esta visão, porém ela foi alimentada ou reforçada pelos acontecimentos que sucederam as enchentes.

Voltando para enchente, eu percebi que o Estado, criando esse grupo de trabalho técnico científico, deu uma sacudida, no sentido até de abrir para o Comitê essa discussão. O Comitê do Itajaí participou com cerca de dez integrantes, a convite do Governo do Estado da elaboração do Plano de Mitigação de Riscos e Desastres, então em nível de governo do estado houve uma sacudida e o Comitê está aproveitando essa aproximação para fazer as coisas, que já vem sendo discutidas no Comitê a mais de dez anos, acontecerem. (Entrevistado E2)

A resposta do entrevistado E3 foi mais genérica: “Muita gente só aprende com catástrofes como esta, então pode ter certeza muita gente aprende na dor e não no

amor”. Nesta resposta, não foi possível perceber algum tipo de mudança ou não de visão em relação aos fatos, pois este se referiu como “muita gente”, ou seja, não afirma este está incluído ou não. Analisando o restante da entrevista deste não é possível tirar conclusões quanto a este questionamento.

Na minha visão pessoal, o ocorrido serviu para aumentar um pouco a consciência da população e das autoridades sobre os problemas ambientais e sobre os quais precisamos atuar para minimizar os riscos de desastres similares voltem a ocorrer no Vale do Itajaí. (Entrevistado E4)

Acho que algumas pessoas começaram a perceber a importância das questões ambientais no seu dia a dia, coisa que até então não passava de discurso de ambientalistas [...]. Mas quanto ao Poder Público não tenho percebido todas as mudanças necessárias, pois estes se elegem através de votos da população, fazendo com que a pressão social exerça um poder maior do que deveria neste sentido, ou seja, que não se faça as mudanças necessárias no que diz respeito à fiscalização de áreas ambientalmente protegidas, bem como retirada de seus moradores. Acredito que com o acontecido, o Poder Público passou a tomar mais precauções no sentido de prevenir estas ocupações, mas ainda sofrendo muita pressão relacionada às questões sociais. (Entrevistado E5)

A análise desta resposta (entrevistado E5) também ficou prejudicada em virtude de este expressar acerca “das pessoas” de uma maneira generalizada.

O entrevistado E6 responde de maneira direta: “Nada, permaneço com as mesmas idéias. Lógico que os fatos me fizeram refletir sobre o todo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, mas não mudaram minha visão”.

Desde que participo do Comitê, minha visão sobre questões ambientais mudou muito. As enchentes em si, não mudaram muito a minha visão, pois eu já tinha a noção da força da natureza frente as ações humanas, mas acredito que na visão da população em geral mudou e muito, houve uma conscientização muito grande após os desastres. (Entrevistado E7)

Com certeza passei a dar mais importância às políticas de prevenção e controle deste tipo de evento. Precisamos elaborar planos para prevenir e evitar as enchentes no Estado e, ao mesmo tempo, precisamos capacitar e incentivar os profissionais das defesas civis. (Entrevistado E8)

Já o entrevistado E9 afirma: “Mudar mesmo não mudou, pois eu já acreditava que isso pudesse vir a acontecer. Claro que a dimensão dos eventos me preocupou mais com ocorrências do tipo”.

O entrevistado E10 possui visão semelhante: “Não mudou muito, apenas aumentou minha preocupação com a questão e me atentou para a importância de reivindicar do poder público ações que visem coibir este tipo de evento”.

Passei a me preocupar mais. Quando essas coisas acontecem é que percebemos o quanto somos insignificantes, pequeninos frente às forças da natureza. Isso, pra mim, mostra a importância de levarmos a sério as políticas públicas voltadas a preservação e conservação do meio ambiente. (Entrevistado E11)

Não, minha visão continua a mesma, na verdade os eventos apenas confirmaram com propriedade a minha visão, de que é preciso trabalhar mais a conscientização da população e que o poder público procure realmente intervir de maneira responsável para buscarmos soluções rápidas e eficazes para estes problemas. (Entrevistado E12)

O entrevistado E13 também afirma à não influência dos fatos sobre sua visão, conforme sua resposta: “Acho que nada. Como detenho conhecimento técnico, sempre estive ciente dos problemas e das possíveis conseqüências”.

Este questionamento refere-se à individualidade nas representações de cada membro, ou seja, se suas percepções individuais foram influenciadas pelas enchentes ocorridas em novembro de 2008.

As respostas, de certa forma, refletem o mesmo que as respostas da primeira pergunta do item 4.2.1, ou seja, aqueles que afirmaram “terem sido surpreendidos pelos fatos” responderam que mudaram ou apenas reforçaram suas visões em virtude dos desastres enquanto aqueles que disseram “não terem sido surpreendidos” afirmam que suas visões continuam as mesmas.

4.2.3. Em sua visão, mudou alguma coisa no foco, ou nas prioridades das discussões do Comitê, em razão das enchentes e deslizamentos ocorridos em Santa Catarina em novembro de 2008?

Este questionamento procurou identificar se, na visão de cada membro, as prioridades nas discussões do Comitê do Itajaí foram afetadas direta ou indiretamente pelos desastres ocorridos em novembro de 2008.

Diante desta pergunta, os entrevistados responderam como segue:

Eu diria que, num certo nível, ela aumentou, não de uma forma substancial, porque ainda hoje está se trabalhando muito na questão da outorga, para chegar a ter uma definição, para se poder ter uma receita para gerir os trabalhos do Comitê, mas algumas coisas já estão sendo vistas [...]. (Entrevistado E1)

Já o entrevistado E2 afirma: “Como eu disse antes, o Comitê está pegando o gancho desta brecha que o Governo do Estado abriu, e tem que aproveitar mesmo, para reivindicar, orientar para que ações realmente aconteçam na prática”. A brecha a que o entrevistado refere-se é a elaboração do Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, ou seja, que o Governo do Estado abriu para a participação e contribuição do Comitê. Desta forma, subentende-se que na visão do entrevistado houve mudanças.

Com esta enchente o que melhorou foi aproximação do Governo do Estado com as ações e discussões das soluções que o comitê vem trabalhando, senão sempre são obras de drenagem que resolveriam. (Entrevistado E3)

De maneira geral, o Comitê do Itajaí sempre esteve bem focado e com preocupação em relação à discussão de temas de interesse para a Bacia do Itajaí. O grande desafio do Comitê Itajaí é fazer com que a sua atuação seja efetivamente um processo de participação, com o efetivo engajamento dos diferentes setores (usuários, população da bacia e órgãos públicos). (Entrevistado E4)

A análise da resposta deste entrevistado ficou prejudicada em virtude do mesmo não afirmar efetivamente se em sua visão houve mudança nas prioridades ou no foco das discussões do Comitê do Itajaí após os desastres de novembro de 2008.

Sim, durante algum tempo este tema passou a ser o foco principal das discussões e também estreitou os laços com o governo do estado, com o qual o comitê passou a trabalhar conjuntamente, estabelecendo um diálogo mais aberto e direto. (Entrevistado E5)

Já o entrevistado E6 afirma: “Nas discussões do Comitê mudou muito, muito. Porque este assunto já não era mais pauta há muito tempo, então mudou muito”.

Claro que após as enchentes, todos os membros estavam chocados, mas as discussões do Comitê, a meu ver, seguiram no mesmo ritmo, pois é muito importante para o Comitê, no momento, que se siga com o Plano de Bacia. Recentemente foi até mudado o nome da CT Cheias, mas a meu ver é uma tentativa de reascender os trabalhos da câmara técnica frente a tudo que aconteceu. (Entrevistado E7)

Acho que nas discussões ou nas diretrizes em que o Comitê tem trabalhado, creio que não. Claro que depois dos fatos a preocupação ficou presente entre os membros e Comitê em geral, mas o Comitê está engajado no Plano de Bacia. Contudo, alguns membros do Comitê participam junto ao governo do Estado para discussões sobre o tema. (Entrevistado E8)

O entrevistado E9 apresenta uma visão semelhante: “Não nas prioridades, mas acho que a preocupação influenciou o Comitê sim, que inclusive reformulou a CT Cheias mostrando assim a preocupação com estes tipos de evento”.

O entrevistado E10 também apresenta visão similar: “Acho que influenciou indiretamente. O foco continua sendo o mesmo, porém o assunto voltou à tona em virtude do ocorrido e, de certa forma, acabou sendo incluso nas diretrizes do Comitê”.

O senhor tem acompanhado as assembléias. As discussões estão totalmente centradas no plano de bacia, principalmente no enquadramento dos rios e nas metodologias de cobrança pelo uso da água. Então, mudar no foco acho que não. Claro que os fatos influenciaram alguma coisa, o Comitê está dando mais ouvidos para isso, mas não mudou o foco do Comitê. Para o Comitê é essencial que este plano de bacia se concretize. (Entrevistado E11)

Acho que mudou muito a visão de alguns membros do Comitê e, do Comitê em geral. Mas o Comitê está focado no plano de bacia, que é um passo muito importante para o Comitê e para a região do vale do

Itajaí, desta forma, eu não diria que os fatos mudaram o foco do Comitê. (Entrevistado E12)

Não, talvez se tenha dado um pouco mais de atenção a um determinado programa dentro do plano de bacia em virtude disso, mas não acredito que tenha mudado nenhuma prioridade do Comitê em virtude de este estar muito engajado e centrado na elaboração do Plano de Bacia. (Entrevistado E13)

Neste questionamento, novamente refere-se à idéia de percepções individuais dos membros do Comitê sobre um mesmo objeto ou mesmo fato: se mudaram o foco das discussões e/ou as prioridades do Comitê.

Pode-se observar que há algumas contraposições. Os membros que fazem parte da Diretoria do Comitê afirmaram que sim, que houve mudanças significativas no foco ou nas discussões do Comitê em virtude dos desastres. Quanto aos demais membros entrevistados, dois afirmaram que houve mudanças significativas e a outra parte, e esta maior, afirma que não. Contudo esta análise não pode ser singular, pois a maior parte daqueles que afirmam que “não”, faz referencia à existência de uma maior preocupação por parte dos membros e do Comitê de uma maneira geral, sendo que alguns inclusive citaram as alterações ocorridas na Câmara Técnica que anteriormente era chamada de “CT Cheias” e atualmente, por meio da resolução nº. 37 do Comitê, passou a denominar-se “Câmara Técnica de Prevenção de Desastres Naturais”, que logo passou a ser chamada de maneira resumida de “CT Prevenção”, que ganhou novas atribuições e nova estruturação.

Contudo, há divergências nas respostas, ou seja, as percepções individuais dos membros sobre o mesmo objeto são distintas, porém, nos discursos dos entrevistados que responderam “não haver mudanças nos focos ou prioridades” observa-se que todos fazem uma referencia de que algo mudou, ou na preocupação por parte dos membros ou na atenção do Comitê a temas pertinentes, ou na aproximação com a esfera pública estadual e até mesmo na população em geral.

4.2.4. O(a) senhor(a) propõe alguma mudança em termos de gestão, ideologia ou de política pública relevante?

Diante desta pergunta, os entrevistados responderam como segue:

Eu diria o seguinte: a gestão, e é algo que eu já defendo há bastante tempo, por exemplo, nós temos o presidente do Comitê, mas o nosso presidente do Comitê, ele é uma pessoa política, quando eu defendo que teria que ser uma pessoa com conhecimento técnico, porque nós temos uma pessoa política e uma pessoa com conhecimento técnico, a pessoa política vai tomar decisões embasadas ou orientadas pela pessoa com conhecimento técnico, eu penso que se todos tivessem o conhecimento técnico as discussões seriam muito mais ricas e produtivas [...]. (Entrevistado E1)

Eu acho que as defesas civis do Município deveriam ser um pouco mais estruturadas, os municípios levarem isso um pouco mais a sério, porque volta e meia tem um município lá em estado de alerta, então penso que as defesas civis deveriam estar mais estruturadas. (Entrevistado E2)

O entrevistado E3 propõe: “[...] tem que se começar a trabalhar forte para evitar que catástrofes como esta, ocorram. [...] o Governo do Estado se aproximou do Comitê, acho que essa é uma boa oportunidade para fazermos a coisa andar”.

Penso que o Comitê está e sempre esteve presente reivindicando, cobrando enfim, políticas públicas voltadas para o meio ambiente da bacia. O Governo Estadual é que talvez pudesse desenvolver ações um pouco mais voltadas para a realidade da Bacia do Itajaí, mas depois da tragédia, creio que isto já está acontecendo. (Entrevistado E4)

O entrevistado E5 também comenta acerca da participação do Governo do Estado: “[...] acredito que deve haver um estreitamento ou uma aproximação, além do Governo do Estado, com os Municípios, estes também precisam participar ativamente, senão não tem como, não adianta a gente cobrar só do Estado”.

O entrevistado E6 apresenta uma visão pessimista sobre as possibilidades de uma mudança de gestão: “Isso vai levar muitos anos. É preciso que aconteçam muito mais desastres. Só quando acontece é que é dada atenção para estes fatos. Então muitas catástrofes ainda precisam acontecer”. Contudo o entrevistado apenas manifestou-se de maneira crítica fazendo relação ao fato de que é preciso acontecer desastres como os de novembro de 2008 para que políticas públicas pertinentes venham a ser efetivamente implementadas. Desta forma, a análise desta resposta ficou prejudicada.

O Governo do Estado parece que está se mexendo, aprovou agora o Plano de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais e, começou a dar mais atenção ao Comitê, coisa que não acontecia antes. Mas acho que ainda faltam os Municípios participarem mais e realizarem ações conjuntas em um único sentido. O problema é que isso não dá voto. (Entrevistado E7)

O entrevistado E8 propõe uma integração entre estado e Municípios na busca de soluções para as questões da Bacia do Itajaí:

O Governo do Estado acabou de aprovar o Plano de Prevenção e Mitigação de Desastres. Acho que os Municípios deveriam buscar participar juntos na execução deste plano visando evitar a ocorrência de futuras catástrofes como as de 2008.

Com certeza, acho que deve haver uma preocupação geral pelo poder público, Estado e Municípios, no sentido de trabalharem juntos e realmente investirem em ações que visem prevenir, evitar e conscientizar a população, no que concerne as enchentes. (Entrevistado E9)

Creio que as soluções não são tão simples assim. Proponho a atenção, a articulação entre poder público, especialistas e comunidade, no sentido de identificar a melhor forma de resolver ou tentar prevenir tais situações, tamanha a complexidade das questões envolvidas: empresas que dependem do rio, comunidade, agricultores etc.. (Entrevistado E10)

Penso que as políticas públicas voltadas para o meio ambiente devem ser levadas a sério. As leis existem, existe política federal, estadual e municipais de meio ambiente, só que são muito “bonitinhas” só no papel, ninguém as faz cumprir de verdade. É preciso que o poder público se conscientize da importância de se fazer cumprir estas leis, e que as pessoas ou empresas, levem a sério e não fiquem com seus advogados tentando achar brechas para burlá-las. (Entrevistado E11)

Sim, é preciso que haja boa vontade política, da comunidade técnica e da sociedade em geral, para se unirem na busca de um único objetivo. Penso que a participação de todos é imprescindível, pois possíveis soluções mexem com interesses diversos. É preciso que grupos abram mão de determinados interesses em função de um bem maior. (Entrevistado E12)

Proponho todas [...]. É preciso construir uma mentalidade totalmente nova desde a base (a população em geral) até chegar aos gestores e às organizações. Só com isso poderiam se criar mecanismos sólidos na resolução de problemas relativos ao meio ambiente. (Entrevistado E13)

Neste questionamento, de que trata subjetivamente de percepções individuais acerca de políticas públicas para evitar, prevenir e solucionar os problemas das enchentes e deslizamentos observa-se representações das mais diversas.

O entrevistado E1 entende que se a estruturação do Comitê (membros) fosse mais técnica (referindo-se como exemplo ao presidente do Comitê) as discussões seriam mais ricas e produtivas. Este foi o único a mencionar tal fato, o que não quer dizer que os demais membros do Comitê discordem desta visão.

Além disso, cabe ressaltar o discurso do entrevistado E11, membro do grupo *órgãos públicos*, que apresentou uma visão bastante crítica a respeito do descumprimento da legislação ambiental, responsabilizando governos e sociedade.

Outros entrevistados afirmam a necessidade de o Governo do Estado intervir mais significativamente nestas questões, mencionando suas expectativas quanto a “nova” postura do Governo Estadual em 2009 pós enchentes.

Outro fator relevante a ser extraído destas respostas foi o fato de que a maior parte dos entrevistados defende a idéia de articulações políticas com a participação efetiva do Estado e dos Municípios.

Contudo, os entrevistados E10 e E12, fazem menção, além da articulação entre Estado e Municípios, à necessidade de participação e engajamento da comunidade técnica e da população em geral em virtude da complexidade dos temas e dos interesses diversos envolvidos. Estes posicionamentos condizem com o paradigma da complexidade que, conforme tratado no capítulo 1, propõe uma nova forma de construção do pensamento através da pluralidade de visões advindas do mundo, das ciências, do sendo comum, juntando acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos etc. para que possa analisar o todo, em contraposição à fragmentação dos conhecimentos.

4.2.5. O que o governo estadual deveria ter feito antes dos acontecimentos? E o que o Comitê deveria ter feito?

Neste questionamento, as respostas se deram conforme segue:

O foco do Comitê talvez devesse ter sido outro e mesma coisa os órgãos governamentais, o governo em si, deveria ter mapeado essas áreas de risco com antecedência e até pra evitar toda essa tragédia, então quero dizer, é aquela questão da omissão, da negligencia etc.. (Entrevistado E1)

Acho que o código ambiental do estado é um exemplo de uma postura que o governo já vinha adotando antes e que após as enchentes, porque o código foi aprovado no início de 2009, o governo continua adotando, o código abre muito a questão da habitação, enfim, o governo está andando na contramão, mesmo tendo criado a GTC (Grupo Técnico Científico, instituído pelo decreto estadual nº. 2.445/1317 de 13 de julho de 2009) eu sinto que pra prevenir ainda está se fazendo muito pouco. Tem gente que defende que as enchentes são um problema ambiental, é normal, enfim, mas o que eu penso é que se a gente puder prevenir para que pessoas não sejam mortas, ou seja, aquelas pessoas que morreram estavam próximas a um barranco, próximas de uma área de APP, então se a gente conseguir evitar que pessoas morram por causa disso já é um grande avanço. Quanto ao Comitê acho que talvez devesse ter feito muito mais barulho, o barulho que fez em suas discussões ficaram restritos às assembléias e às instituições que participam do Comitê. (Entrevistado E2)

O entrevistado E3 afirma a aproximação entre Comitê do Itajaí e Governo do Estado: “Antes o entendimento entre Governo do Estado e Comitê divergia, agora com catástrofe pelo menos houve um melhor entendimento entre os dois”.

Especificamente, em relação ao evento de 2008, acredito que o Comitê Itajaí sempre atuou no sentido de estimular e apoiar ações e políticas de conservação do ambiente. Em relação ao Estado, o mesmo precisa desempenhar o papel de proponente de políticas públicas mais voltadas para a nossa realidade de Santa Catarina e do Vale do Itajaí. O Estado catarinense precisa também melhorar o aparelhamento de fiscalização ambiental. (Entrevistado E4)

Acredito que muitas coisas deveriam ter sido feitas e ainda estão por fazer. O governo do estado está agora trabalhando em parceria com a JICA, que é uma agência de cooperação internacional japonesa, no sentido de realizar projetos para prevenção e mitigação dos desastres. O comitê tem participado ativamente desta discussão, inclusive disponibilizando informações. Talvez o comitê devesse

pensar em uma maneira de cobrar mais eficazmente que as legislações ambientais sejam cumpridas, mas não somente do estado, mas também dos municípios. (Entrevistado E5)

O Comitê é um tanto quanto impotente neste sentido, a gente vê o tempo todo, os Municípios tentando resolver determinados problemas de forma errada, mas o Comitê se restringe a articulação política, a própria legislação que dispõe sobre os Comitês de Bacia os coloca desta forma. Falta uma atuação do Governo Estadual. (Entrevistado E6)

Ao Comitê não posso dizer, afinal o Comitê vem fazendo um grande trabalho neste plano de bacia. Pra mim, o Governo estadual nunca deu a importância que deveria dar ao problema. Se tivesse ao programa de contenção mais efetivo e um programa de prevenção talvez a dimensão dos fatos pudesse ser bem menor. (Entrevistado E7)

O Entrevistado E8 salienta que diversos órgãos deveriam estar engajados e preparados para os desastres, afirmando: “Não só o Governo do Estado [...] todos os Municípios atingidos deveriam ter feito algo, se preparado, o próprio Comitê, mas infelizmente é preciso acontecer para só depois as pessoas se preocuparem”.

Já o entrevistado E9 defende diretamente posturas que deveriam ter sido adotadas: “Quanto ao Governo Estadual, a resposta é o Plano que falei antes e sua execução na prática. Quanto ao Comitê, esta preocupação deveria voltar a ser uma das prioridades como era na época de sua criação”. No final desta resposta pode-se evidenciar que na opinião deste membro as discussões do Comitê do Itajaí não priorizavam assuntos relativos a enchentes e deslizamentos de terra.

O entrevistado E10 não identifica como possível uma outra postura destes órgãos em virtude da impossibilidade de previsão: “Até poderia, mas eventos como estes não aconteciam há muitos anos. Creio que ninguém esperava”.

É difícil dizer, assim como prever. O Governo do Estado estava muito distante do Comitê, na verdade o Comitê parecia mais um “calo no sapato” do Governo do Estado e, depois destes fatos, o Estado começou a solicitar a participação do Comitê nestes assuntos. (Entrevistado E11)

Acho que sozinho o Governo Estadual não poderia fazer nada. Creio que o Governo Estadual estava muito ausente sim, pois não se entendia com o Comitê, quando deveriam ser grandes parceiros.

Mas não posso culpá-los sozinhos, acho que a culpa é de todos nós, que só resolvemos nos mexermos depois que desastres do tipo acontecem. (Entrevistado E12)

O Governo Estadual poderia ter participado mais ativamente do Comitê, como foram várias vezes convidados, dado mais atenção às moções a ele encaminhadas, porém foi preciso acontecer a tragédia para eles mudarem o perfil e começarem olhar o Comitê com “outros olhos”. O Comitê, talvez, devesse ter dado mais atenção também, mas é difícil criticar, pois o Plano de Bacia trará muitos benefícios em todos os sentidos relativos ao futuro do rio Itajaí-açú e o Comitê sabe disso e está trabalhando muito para isso se tornar realidade. (Entrevistado E13)

Nestes questionamentos, deve-se fazer a análise sobre dois aspectos distintos: Governo do Estado e Comitê do Itajaí. Dentre os entrevistados, 06 (seis) deles fazem referência ao Comitê do Itajaí, no sentido de que este, deveria ter adotado uma outra postura anteriormente aos desastres ocorridos em novembro de 2008. Neste caso as percepções individuais dos membros a partir de suas representações apresentam dissenso, ou seja, não são construídas pelo Comitê. No entanto, todos os entrevistados afirmaram a necessidade de uma outra postura por parte do Governo do Estado, sendo que a maioria mencionou a aproximação entre Governo do Estado e Comitê após os desastres de novembro de 2008. Neste contexto, pode-se observar que as percepções dos indivíduos acerca da postura do Governo do Estado frente à ocorrência destes tipos de desastres, remontam um consenso unânime e, desta forma, podem ter sido construídas pelo coletivo, ou seja, pelo Comitê de uma maneira geral, mediante afirmações, relatos, opiniões etc. concebidas em assembleias gerais do Comitê.

4.2.6. Quais as suas expectativas com relação a estes fatos? O(a) senhor(a) acredita que o Comitê conseguirá influenciar as políticas públicas estaduais e municipais para evitar a ocorrência de catástrofes do mesmo tipo?

Neste questionamento procurou-se identificar não apenas as expectativas dos membros sobre o Comitê, como também, identificar a visão de cada membro sobre o “poder” do Comitê do Itajaí frente às políticas públicas relativas à Bacia do rio Itajaí.

Neste contexto, o entrevistado E1 afirma a necessidade de aproximação entre governos: “Eu acredito que sim, mas desde que haja um canal bastante favorável com os governos, porque o poder está ali, então é dali que a coisa vai partir. Se houver um canal e os governos corresponderem, a coisa vai acontecer”.

O entrevistado E2 mostra expectativas em relação ao Governo do Estado em virtude da postura que este procurou adotar após os desastres de novembro de 2008: “Eu tenho um pouco mais de expectativa porque o Governo Estadual também está se mexendo, ou seja, penso que quando a coisa vem do Governo Estadual ou Federal os municípios respeitam mais”.

Já o entrevistado E3 afirma que isto já está acontecendo na atualidade: “O Comitê já está influenciando sim, nas políticas estaduais e federais”.

O entrevistado E4 afirma: “O Comitê Itajaí tem buscado influenciar as políticas públicas estaduais e municipais no sentido de prevenir/minimizar os efeitos climáticos na Bacia do Itajaí”. Esta análise ficou prejudicada em virtude do entrevistado responder o quê o Comitê do Itajaí tem feito e, não, as suas expectativas de influências do Comitê do Itajaí sobre as políticas públicas da região, conforme foi perguntado.

Já o entrevistado E5 demonstra expectativas: “Eu espero que sim, aliás faz parte do seu papel, e temos trabalhado para que consiga realizá-lo efetivamente”. O Entrevistado E7 possui visão semelhante: “Acredito que sim, depois de tudo isso acho que os órgãos governamentais vão dar mais atenção para isso”. O entrevistado E10 possui visão similar: “Acredito sim, e é só por isso que estou aqui lutando”.

No entanto, o entrevistado E6 demonstra uma visão com expectativas, porém ressalta a morosidade deste processo: “Isso ainda vai levar muito tempo, como eu disse, ainda precisam acontecer muito mais desastres”. O entrevistado E9 apresenta uma visão semelhante, porém com menos expectativas: “Olha, se acontecer, ainda vai demorar muito”.

A percepção do entrevistado E8 mostra-se diferente das anteriores, afirmando: “Acho que isso já está acontecendo”.

Espero que sim, tenho esperança que este movimento ambiental mundial influencie cada vez mais todas as pessoas e, que estas, além de respeitar o meio ambiente, cobrem do poder público, participem, reivindicuem, pois só assim conseguiremos políticas

públicas ambientais legítimas, para serem levadas a sério e fiscalizadas por nós e pela população em geral. (Entrevistado E11)

Tenho esperança de que esta catástrofe, tenha aberto os olhos de muita gente e que os órgãos públicos busquem participar mais das discussões sobre o assunto, seja no Comitê ou em qualquer outro espaço e que os municípios e o Governo do Estado façam um trabalho conjunto na busca de soluções sustentáveis. (Entrevistado E12)

Por fim, o entrevistado E13 demonstra expectativas em virtude da atual postura do Governo do Estado: “Acredito que sim, no Governo do Estado, por exemplo, o Comitê agora está fazendo parte das discussões, houve uma aproximação entre o Governo do Estado e o Comitê, e isso já é um grande avanço”.

No que concerne às expectativas dos entrevistados de que o Comitê consiga efetivamente influenciar nas políticas públicas estaduais e municipais, foram constatadas algumas contraposições. As expectativas são individuais advindas do conhecimento, da vivência, dos jornais, do trabalho etc. de cada indivíduo e pressupõe-se que haverá dissenso. Neste contexto a maioria acredita que sim, porém alguns possuem um ponto de vista um pouco mais pessimista afirmando que se acontecer ainda irá demorar muito. Porém, os entrevistados E3 e E8 afirmam que isto já está acontecendo.

4.2.7 Considerações acerca das entrevistas

As entrevistas foram realizadas em locais e tempos diferentes de acordo com a disposição de cada membro entrevistado. Em função disso as entrevistas foram, no decorrer deste tempo, sendo adaptadas e, por vezes, alteradas em razão da evolução do conhecimento do pesquisador durante a pesquisa e da experiência adquirida, durante as primeiras entrevistas. Desta forma, algumas análises de respostas podem ter sido prejudicadas, tanto pela postura do entrevistador quanto por perguntas posteriormente modificadas.

Contudo foi possível fazer considerações importantes sobre as representações sociais dos membros do Comitê do Itajaí. Neste contexto, é importante lembrar, conforme visto no capítulo 1 da presente pesquisa, que a

teoria das representações sociais procura compreender os fenômenos humanos a partir de uma perspectiva coletiva sem perder de vista a individualidade.

Partindo deste conceito, as entrevistas foram pré-elaboradas de maneira igualitária a todos os membros com o intuito de obterem-se as percepções coletivas, porém a pesquisa foi organizada contendo as respostas de cada membro separadamente para não se perder de vista a individualidade nas percepções de cada membro entrevistado.

Conforme visto no capítulo 1 deste trabalho, a teoria das representações sociais procura entender como sujeitos partilham o conhecimento e a partir deste conhecimento constroem sua realidade comum. A representação social é, de acordo com Jovchelovitch (2008, p. 35), “um processo simbólico imbricado em arranjos institucionais, na ação social, na dinâmica da vida ativa social, onde grupos e comunidades humanas se encontram, se comunicam e se confrontam”. Desta forma, estes indivíduos, a partir de contextos e tempos distintos, produzem idéias, percepções, visões de mundo diferentes etc.. Nesse sentido, procurou-se evidenciar percepções construídas individualmente e percepções resultantes da coletividade nas respostas dos membros do Comitê do Itajaí.

Seguindo este raciocínio foi possível visualizar tanto aspectos de consenso quanto de dissenso entre as percepções dos entrevistados.

A primeira pergunta realizada nas entrevistas foi contextualizada em local diferenciado neste trabalho, no capítulo 2, mais especificamente no item 2.3, em virtude de contribuir significativamente para a compreensão dos desastres ocorridos em novembro de 2008. Naquela análise é possível identificar um consenso de maneira direta e indireta entre os membros entrevistados no que concerne à definição do que de fato aconteceu, girando em torno de três razões distintas: eventos naturais, formação do relevo do vale do Itajaí e intervenção humana. Na maioria das respostas é possível identificar um consenso de opiniões. Conforme visto naquele capítulo, todos os membros entrevistados, de forma direta ou indireta, alinham a idéia de que os fatos se deram devido a causas naturais somados a intervenção humana. Por outro lado, dos 13 (treze) entrevistados, 06 (seis) atribuem grande parte da responsabilidade ao poder público, citando negligência, ingerência, falta de planejamento, visão de gestão, ausência etc.. Porém, ainda assim o pesquisador considera que houve um consenso nas respostas em virtude de que a pergunta realizada procurou saber o que aconteceu e não quem são os

responsáveis. Desta forma, a identificação dos responsáveis deve ser entendida apenas como um complemento espontâneo por parte destes 06 (seis) entrevistados e não deve ser considerado para analisar se houve consenso ou dissenso, pois outros entrevistados podem ter idéias semelhantes ou diversas, mas não manifestaram porque não foi perguntado.

Contudo, ainda acerca da mesma pergunta, foi possível perceber um consenso técnico, ou seja, as respostas mostram, além do consenso, um alto nível técnico por parte dos entrevistados. Este fato pode ser resultado de uma possível construção conjunta de conhecimento, ou seja, que estes posicionamentos podem ter sido construídos, em sua maioria, no próprio Comitê, de maneira coletiva, pois representam conhecimentos técnicos das causas dos desastres ocorridos. As percepções individuais de senso comum, parecem ter sido suprimidas e razão dos conhecimentos técnicos adquiridos por aqueles que participam ativamente do Comitê do Itajaí.

Nas respostas dispostas nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4 e 4.2.6 percebe-se, ao contrário do supramencionado, percepções distintas entre os membros, remontando a individualidade construída nas representações sociais dos indivíduos sobre o mesmo objeto em virtude dos diversos fatores condicionantes, conforme explicitado no capítulo 1 deste trabalho, advindos das ciências e senso comum, a partir da realidade vivenciada por cada indivíduo.

Nas respostas dispostas no item 4.2.5, onde foram realizadas duas perguntas em um mesmo item, observa-se, por um lado, as percepções individuais dos entrevistados acerca da postura do Comitê do Itajaí antes da ocorrência dos desastres de novembro de 2008 e, por outro lado, as percepções destes acerca da postura do Governo do Estado anteriormente aos desastres. No que concerne à postura do Comitê anterior aos desastres, existe dissenso nas opiniões, evidenciando, nesta questão, as percepções construídas individualmente. Já no que concerne à postura do Governo do Estado, percebe-se um consenso unânime entre os membros entrevistados de que este deveria ter adotado outra postura anteriormente aos desastres. Este consenso possivelmente é outro exemplo de representação construída coletivamente em virtude das vivências dos membros do Comitê nas assembleias ordinárias, extraordinárias, reuniões da diretoria etc., ou seja, a participação ou não-participação do Governo do Estado nas políticas que envolvem a Bacia do Itajaí são percebidas apenas no Comitê e não individualmente.

Estas percepções podem se dar por meio do não comparecimento de representantes do Governo em questão às reuniões e assembleias, a não atenção às moções encaminhadas pelo Comitê, o próprio Código Ambiental citado pelo entrevistado E2, no que concerne a maneira com que este foi construído etc..

Quando se fala em consenso nas respostas dos entrevistados, podendo ser objeto da construção de percepções de forma partilhada, pelo coletivo, talvez remeta o leitor ao conceito de representações coletivas de Emile Durkheim, conforme explanação teórica no capítulo 1, porém a teoria das representações sociais é mais abrangente, pois afirma os dois lados, ou seja, que as representações são construídas individual e socialmente, propondo uma união classificada no campo da psicologia-social, enquanto o conceito durkheimiano é reduzido neste sentido, afirmando que os saberes são produzidos coletivamente. Como supracitado na pesquisa, Moscovici se apropria do conceito de representações coletivas de Durkheim, porém o tornando mais abrangente, reformulando-o e criando a teoria das representações sociais.

Nas entrevistas realizadas com os membros do Comitê, apesar dos entraves surgidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa que acabaram impossibilitando outros ângulos de análise, é possível identificar individualidade e coletividade em momentos diferentes. Cada membro representa não apenas uma instituição diferente ou grupos de interesse distintos, como também representa culturas e origens diferentes, vivências diferentes ao longo de suas vidas. De acordo com a teoria das representações tudo isso é construído simultaneamente pelo individual e pelas relações do indivíduo na sociedade, ou seja, com o coletivo. Tudo isso gera, em cada indivíduo, diferentes maneiras de perceber, interpretar e analisar os objetos e fatos ao seu redor, bem como de representar estas suas interpretações ou percepções perante outros indivíduos.

No Comitê do Itajaí, pode-se observar a grande “bagagem” que cada membro leva para as reuniões e assembleias, seja de conhecimento técnico-científico ou senso comum, partilhando com os demais membros, na busca de soluções para as questões sócio-ambientais que atendam os diversos interesses e aspirações envolvidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As enchentes ocorridas no Estado de Santa Catarina em novembro de 2008 atingiram mais de 60 Municípios, principalmente os situados no vale do Itajaí, em virtude das proximidades com o Rio Itajaí-Açú e relevo da Bacia do Itajaí.

As dimensões dos eventos, enchentes e principalmente os deslizamentos de terra, deram ao fato as características de catástrofe, que atingiu cerca de 1,5 milhões de pessoas, causando muitas mortes, além de gerar prejuízos sociais, econômicos e ambientais incalculáveis.

Diversos fatores contribuíram para a ocorrência dos desastres, destacando-se fatores naturais como as fortes chuvas ocorridas em novembro de 2008 e a formação da bacia do Itajaí e, por outro lado, fatores humanos como as ocupações irregulares de Áreas de Preservação Permanente, encostas e morros, a urbanização acelerada que cada vez mais torna os solos das cidades impermeáveis, o uso e exploração irregular do solo tornando-o frágil etc..

O Comitê do Itajaí se constitui em um órgão que visa à articulação de ações de defesa contra secas e inundações e de garantia de fornecimento de água adequada para todos os usos. Funciona como um espaço de participação e deliberação social no gerenciamento dos recursos hídricos, sendo formado por um conjunto de pessoas que representam percepções, conhecimentos, interesses diversos de grupos de organizações públicas e privadas etc..

Neste contexto, a presente pesquisa foi elaborada procurando a compreensão das representações sociais dos membros do Comitê do Itajaí frente aos desastres ocorridos em novembro de 2008 em Santa Catarina, ou seja, se estes desastres influenciaram ou não nas representações sociais do Comitê a respeito das políticas públicas da região, sejam estaduais ou municipais.

O objetivo geral do trabalho foi basicamente compreender de que forma as enchentes ocorridas em novembro de 2008 na região do vale do Itajaí mudaram as representações sociais do Comitê do Itajaí a respeito das políticas públicas da região, considerando-se o contexto histórico entre 2000 e 2009. Desta forma, procurou-se trabalhar as representações sociais sob dois contextos diferentes: um contemplando a análise das atas de assembleias e outros documentos do Comitê do Itajaí e outro contemplando entrevistas com algumas lideranças do Comitê.

No que concerne à análise das atas das assembleias gerais do Comitê é possível identificar mudanças nas representações sociais do Comitê em virtude das enchentes. As discussões acerca de implementação de políticas de prevenção e controle voltaram a aparecer nas assembleias de forma significativa. De acordo com estas atas, analisadas através de um quadro resumido elaborado pelo pesquisador para facilitar a visualização (apêndice 1 do trabalho), houve uma movimentação geral quanto à preocupação com os fatos, destacando-se a iniciativa do Governo do Estado, promovendo ações a partir da participação dos diversos órgãos envolvidos na gestão dos recursos hídricos no Estado, incluindo o Comitê do Itajaí.

Além disso, este pesquisador, enquanto observador em algumas assembleias em 2009 e 2010, não presenciou nenhuma discussão específica ou relevante acerca das enchentes. O que ficou evidenciado nestas observações foram as discussões sobre metas de enquadramento dos rios e cobrança pelo uso da água. Esta segunda gerando sempre muita polêmica principalmente entre os representantes do grupo “usuários da água” que representam segmentos comerciais, industriais ou rurais de iniciativas públicas ou privadas que possuem, talvez, um maior interesse em discutir os critérios para a cobrança, por serem estes os atingidos diretamente no primeiro momento da cobrança. Porém observa-se também não apenas a preocupação dos membros acerca do quanto pagar pelo uso da água, como também, uma preocupação em acelerar o processo para capitalizar o Comitê a fim de fomentar suas ações e para que este possa contribuir para a implementação de políticas públicas relativas a recuperação do rio Itajaí.

Entretanto, as discussões acerca de assuntos relacionados às enchentes se deram em assembleias gerais extraordinárias, com pautas específicas para estes temas, destacando-se a Assembleia Geral Extraordinária nº. 21 realizada em 06 de agosto de 2009, em Indaial (ver apêndice I), na qual este pesquisador não esteve presente.

Contudo, ainda não se pode concluir que as enchentes ocorridas contribuíram ou não para transformar as representações sociais do Comitê do Itajaí. O pesquisador também participou como observador em duas reuniões da Diretoria, onde em uma delas os desastres ocorridos em novembro de 2008 não foram mencionados enquanto, na outra, os desastres figuraram o centro da pauta da mesma, onde os membros da Diretoria trataram, com empolgação, do estreitamento das relações entre o Comitê e o Governo do Estado, que resultou na elaboração e

aprovação do Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. Dessa forma, é possível identificar uma influência direta dos desastres ocorridos em novembro de 2008 na ação governamental do Estado com participação direta do Comitê do Itajaí.

Analisando as entrevistas é possível identificar alguns momentos de consensos entre os entrevistados, mas na maioria dos casos as percepções dos membros apresentam dissenso, representando a construção individual de percepções, idéias, interesses pessoais, políticos ou empresariais, a partir de vivências, experiências (senso comum) e conhecimentos, estudos etc. (senso compartilhado), de um mesmo objeto. A construção das representações dos membros, notoriamente advém tanto da individualidade onde cada membro contribui para a formação de um todo, como também, o todo contribui para a formação das idéias do indivíduo. Esta percepção pôde ser visualizada nas entrevistas, principalmente nas opiniões técnicas sobre o que aconteceu em novembro de 2008 onde foi evidenciado um consenso, mostrando que provavelmente essas percepções foram construídas coletivamente, ou seja, o todo influenciou nas representações do indivíduo. Porém em outros tipos de questionamentos os membros se mostraram com diferentes visões, aspirações e expectativas. No entanto, este pesquisador não conseguiu fazer relação das percepções dos grupos (segmentos) dentro do Comitê, como: usuários da água, população da Bacia e Órgãos públicos. As percepções não representavam consensos e dissensos por grupos e, além disso, a quantidade de entrevistados não foi equivalente por grupo, o que prejudicaria significativamente este tipo de análise.

Nas perguntas dispostas nos itens 4.2.2 e 4.2.3 que perguntam respectivamente o que mudou na visão pessoal e o se os desastres influenciaram nos focos ou prioridades do Comitê, em ambas as perguntas, as respostas foram distintas, ou seja, uns acham que os desastres ocorridos em novembro de 2008 em Santa Catarina influenciaram suas visões pessoais enquanto outros não e, da mesma forma, uns defendem que os desastres influenciaram nas discussões, no foco, ou diretrizes do Comitê e outros não.

Contudo o que se observa é que as representações sociais nas discussões do Comitê, em termos coletivos (assembléias gerais), de certa forma, foram impactadas pelas enchentes ocorridas em novembro de 2008, porém o Comitê não perdeu o foco ou suas diretrizes em relação do Plano de Bacia. O que observa-se é

a realização assembleias gerais específicas, extraordinárias, para tratar destes assuntos.

Evidentemente que a preocupação dos membros do Comitê em relação às enchentes aumentou. Os trabalhos da “CT Cheias” também foram influenciados e, intensificados, através da resolução nº. 37 do Comitê do Itajaí, inclusive com algumas modificações regimentais e de participação nesta câmara técnica, além da mudança de nome para “Câmara Técnica de Prevenção de Desastres Naturais”. Porém os trabalhos da câmara técnica já existiam anteriormente às enchentes de 2008 e, a prioridade do Comitê, ainda está centrada no Plano de Bacia, ficando a câmara técnica desenvolvendo um trabalho “a parte”.

No entanto, ficou clara a aproximação entre Governo do Estado, através da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC), e Comitê do Itajaí após os desastres ocorridos, o que acabou resultando no Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. Além disso, recentemente a Prefeitura de Blumenau teve que submeter o seu projeto denominado “Margem Esquerda” à apreciação do Comitê do Itajaí, por uma exigência do Ministério das Cidades. O referido projeto pleiteava recursos no valor de cerca de dez milhões de reais. Os técnicos do Comitê propuseram mudanças ao projeto e a Prefeitura não acatou, resultando no cancelamento, por parte do Ministério das Cidades, do referido projeto.

Contudo, considerando-se as políticas públicas como a materialização de diretrizes do Estado para a orientação das ações governamentais em prol da coletividade e, observando os resultados da pesquisa com estes últimos fatos relatados, é possível identificar que o Comitê do Itajaí está conseguindo, recentemente, influenciar nas políticas públicas da região. A aproximação com o Governo do Estado já remonta a influencia das enchentes e deslizamentos nas políticas públicas da região. Além disso, órgãos como o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, passaram a exigir parecer do Comitê sobre projetos que tenham relação direta ou indireta com o Rio Itajaí. Cabe salientar que estas exigências passaram a acontecer de fato somente após os desastres.

Neste contexto, é possível afirmar que as representações do Comitê não somente mudaram após as enchentes ocorridas em 2008, como também ganharam força para influenciar políticas públicas na região da bacia do Itajaí.

6. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, A. *Impactos da enchente, dragagem de aprofundamento e dinâmica estuarina sobre a ictiofauna no estuário do rio Itajaí-Açú, SC, Brasil*. 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, Santa Catarina.
- AUMOND, J. J. et al. *Condições Naturais que tornam o vale do Itajaí sujeito aos desastres*. In: _____. *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.
- BANDEIRA, P. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Disponível em: <http://home.furb.br/wilhelm/COMPETIV/Desenv_Regional.pdf>. Acesso em: 18 outubro 2006.
- BOEIRA, S. L. *Características básicas dos paradigmas positivista, fenomenológico e da complexidade*. Quadro didático, 2007.
- BOEIRA, S. L. *Características de três revoluções científicas e emergência de paradigmas*. Quadro didático, 2009.
- BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. C. *Recursos hídricos e planejamento urbano e regional*. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal - IGCE-UNESP. 2003. p. 113-127.
- BRECAILO, D. *A teoria da complexidade e o desenvolvimento do pensamento sistêmico na formação dos professores do Curso de Administração*. 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=900> Acesso em: 23 fevereiro 2009.
- BRITO, G. *Santa Catarina: Diante da letargia governamental, catarinenses estão entregues à própria sorte*. Disponível em: <<http://historia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=137>> Acesso em: 23 fevereiro 2009.
- CASTILHO, G. M; JANCZURA, G. A. *Influência do conhecimento conceitual sobre o raciocínio indutivo*. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2002, vol.7, n.1, pp. 151-162. ISSN 1413-294X. doi: 10.1590/S1413-294X2002000100015.
- CHIAVENATO, I. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- COLLI, M. *Uma breve análise do "discurso sobre as ciências" de boaventura de Sousa Santos*. Disponível em: <www.uj.com.br> Acesso em 14 março 2010.
- COMITÊ DO ITAJAÍ: Agência de água. Disponível em: <<http://www.comiteitajai.org.br/hp/index.php?secao=1>> Acesso em: 17 janeiro 2009.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K. *O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

EASTERBY-SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. *Pesquisa gerencial em administração*. São Paulo: Pioneira, 1999.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. *Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do Comitê Lago Guaíba*. RAP — Rio de Janeiro 42(1):109-131, jan/fev. 2008.

GAZETA DO POVO: vida e cidadania. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=831472&tit=Cheias-e-deslizamentos-matam-63-em-Santa-Catarina>> Acesso em: 26 agosto 2009.

GUIVANT, J. S.; JACOB, P. *Da hidro-técnica a hidro-política: novos rumos para a regulação e gestão dos riscos ambientais no Brasil*. 2003.

História de Santa Catarina. In: _____. *Wikipedia: A enciclopédia livre*. Disponível em: <www.wikipedia.org> Acesso em: 06 junho 2010.

HORTON, J. *Como funcionam os deslizamentos de terra*. Disponível em: <<http://ambiente.hsw.uol.com.br/deslizamento-de-terra.htm>>. Acesso em: 04 setembro 2009.

IGLESIAS, V. *Ação governativa do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí: as representações sociais dos problemas hídricos por parte dos membros do Comitê*. 2005. 145f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas - PMGPP) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, Santa Catarina.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 12 junho 2010.

JORNAL DO BRASIL: *País*. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/editorias/pais/>> Acesso em: 30 novembro 2008.

JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

LEI nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em fev/2009.

LOUREIRO, C. F. B. *at al. Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCCHESI Patrícia. Introdução: Políticas Públicas em Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde, 2004. Disponível em:

<[http://itd.bvs.br/itdmod/public/scripts/php/page_show_introduction.php?lang=pt&menuId=2&subject=healthPolicies&search=\(%24\)*\(introduction/\(channel\)\)](http://itd.bvs.br/itdmod/public/scripts/php/page_show_introduction.php?lang=pt&menuId=2&subject=healthPolicies&search=(%24)*(introduction/(channel)))> Acesso em: 11 outubro 2010.

MACEDO, N. D. *Iniciação à pesquisa bibliográfica*. 2ª edição (revista), São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MACHADO, C. J. S. *Recursos hídricos e cidadania no Brasil: Limites, Alternativas e Desafios*. Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

MANZINI, E. J. *Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros*. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIcipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf> > Acesso em: 26 julho 2009.

MARIOTTI, H. *Pensamento Complexo: suas aplicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTEDI, M. A. et al. *O desastre se tornou rotina...* In: _____. *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

MELUCCI, A. *A experiência individual na sociedade planetária*. Revista Lua Nova, nº 38 – 199-221. 1996.

MENESCAL, R. A.; FIGUEIREDO, N. N.; FRANCO, S. R. *A problemática das enchentes na região metropolitana de Fortaleza*. Disponível em: <http://www.cogerh.com.br/versao3/pdf_zip_docs/a%20problematica%20das%20enchentes.pdf> Acesso em: 17 janeiro 2009.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2ª ed. – São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MOREIRA, D. A. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira, 2002.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J.L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Edição revista e modificada pelo autor. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, E. *Da necessidade de um pensamento complexo*. In.: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (Orgs.) *Para navegar no século 21: tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS e Sulina, 2000.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução do francês Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NEGREDO, J. C. *Defesa Civil: a ação necessária e possível*. In: _____. *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

NOVAES, R.C.; JACOBI, P.R. *Comitês de bacia, capital social e eficiência institucional: reflexões preliminares sobre influências recíprocas*. São Paulo: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. I Encontro Anual, 2002.

OLIVEIRA, S. B. S. M. de. *Representações sociais e sociedades: as contribuições de Serge Moscovici*. Revista brasileira de Ciência e Sociologia, São Paulo, vol. 19, nº. 55, Junho 2004.

PORTELA, M. A. *A crise da psicologia clínica no mundo contemporâneo*. Estudos em Psicologia. (Campinas). Campinas, vol. 25, nº. 1, Março 2008. p. 131-140.

Prefeitura Municipal de Blumenau. *Prestando Contas Reconstrução de Blumenau*. Disponível em:

<<http://www.blumenau.sc.gov.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?1,1,32,O,P,0,SRC;54;0;18936;N;SRC;,>> Acesso em: 27 março 2010.

SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1: a crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, J. N. *Democracia e planejamento*. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná. 2ª edição, 1982.

SANTOS, M. L. F. dos. *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*. Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1999.

SANTOS, S. C. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; [Itajaí] : Ed. da UNIVALI, 1997.

SIEBERT, C. *(Des)controle Urbano no vale do Itajaí*. In: _____. *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

TACHINI, M.; KOBIYAMA, M.; FRANK, B. *Descrição do desastre: as enxurradas*. In: _____. *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

VARGAS, M. *O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema sócio-ambiental*. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. Epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar*. epistemologia e metodologia operativa. 3 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)